

Universidade Federal do Rio Grande do Sul  
Instituto de Geociências - IG  
Programa de Pós-Graduação em Geografia - PÓSGEA

Tese de Doutorado

**A PRODUÇÃO DE FUMO EM PERSPECTIVA:  
A tipologia dos produtores de fumo no município de Canguçu, Rio Grande do Sul,  
Brasil**

Éder Jardel da Silva Dutra

Orientador: Dr. Luiz Fernando Mazzini Fontoura

Porto Alegre, agosto de 2015

Universidade Federal do Rio Grande do Sul  
Instituto de Geociências - IG  
Programa de Pós-Graduação em Geografia - PÓSGEA

**A PRODUÇÃO DE FUMO EM PERSPECTIVA:**

**A tipologia dos produtores de fumo no município de Canguçu, Rio Grande do Sul,  
Brasil**

Éder Jardel da Silva Dutra

Orientador: Dr. Luiz Fernando Mazzini Fontoura

Banca Examinadora:

Dr<sup>a</sup>. Jussara Mantelli

Dr. Clécio Azevedo da Silva

Dr<sup>a</sup>. Rosa Maria Vieira Medeiros

Dr. Paulo Roberto Rodrigues Soares

Tese apresentada ao  
Programa de Pós-Graduação  
em Geografia, como  
requisito para obtenção do  
título de Doutor em  
Geografia.

Porto Alegre, agosto de 2015.

CIP - Catalogação na Publicação

Dutra, Éder Jardel da Silva Dutra  
A PRODUÇÃO DE FUMO EM PERSPECTIVA: A tipologia  
dos produtores de fumo no município de Canguçu, Rio  
Grande do Sul, Brasil / Éder Jardel da Silva Dutra  
Dutra. -- 2015.  
167 f.

Orientador: Luiz Fernando Mazzini Fontoura  
Mazzini.

Tese (Doutorado) -- Universidade Federal do Rio  
Grande do Sul, Instituto de Geociências, Programa de  
Pós-Graduação em Geografia, Porto Alegre, BR-RS, 2015.

1. Agricultura familiar. 2. Produção de fumo. 3.  
Tipologias. 4. Produtores. 5. Canguçu. I. Mazzini,  
Luiz Fernando Mazzini Fontoura , orient. II. Título.

## **Agradecimentos**

Em primeiro lugar à força que nos move, orienta e coordena nossas vidas (Deus). Ao governo brasileiro, pela bolsa de pesquisa concedida, através da Comissão de Aperfeiçoamento do Pessoal de Nível Superior (CAPES) permitindo assim, a participação em encontros no Brasil e no exterior. À Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), pela estrutura oferecida e pelas oportunidades propiciadas. Aos produtores de fumo de Canguçu por permitirem e validarem a realização do estudo. Aos amigos e amigas de todos os dias, que foram importantes e relevantes, ainda que não os mencione individualmente, na verdade porque são muitos. Ao professor Luiz Fernando, pelas dicas e pelo incansável trabalho de indicar-me caminhos. Um agradecimento especial aos governos Lula e Dilma, pois foram eles que, a partir de suas políticas de Estado, possibilitaram-me estudar em uma das melhores universidades brasileiras.

## Epígrafe



1945 à História.....

Mais do que nunca, sou um homem de uma  
causa só. E esta causa se chama Brasil.  
(Luiz Inácio Lula da Silva)

## Resumo

O meio rural precisa ser entendido a partir de uma nova visão, que considere o espaço sensível ao predomínio e a inserção das relações capitalistas de produção. Estas geram profundas transformações no campo, fundamentalmente no universo da agricultura familiar. Entre essas dinâmicas, identifica-se a maior interação campo-cidade, bem como a modernização agrícola e a presença dos sistemas integrados de produção. Esse conjunto de fatores possibilita a expansão e consolidação de cultivos agrícolas, como por exemplo, o fumo. A presente tese dá conta das especificidades da fumicultura no município de Canguçu, Rio Grande do Sul, Brasil. Adotou-se como área de estudo o 1º e 2º distritos do município e o recorte temporal estabelecido enfocou os últimos 30 anos, período no qual o cultivo do fumo tornou-se importante. Desse modo estabeleceu-se a tipificação dos produtores de fumo na área pré-estabelecida. As investigações de campo permitiram identificar cinco tipos de produtores: i) produtores com larga trajetória na atividade, antigos ou tradicionais; ii) produtores que ingressaram na fumicultura a partir do ano 2000, novos; iii) produtores reconvertidos, oriundos de outros cultivos; iv) produtores que não estão vinculados às empresas fumageiras e, por fim, v) produtores orgânicos. As diferenças entre os cinco grupos de produtores revelaram-se bastante significativas, entre as quais estão aspectos como a ampliação da produção, grau de modernização e tecnologias aplicadas, bem como perspectivas de permanência dos produtores e suas famílias no meio rural.

**Palavras-chave** - Produção de fumo, município de Canguçu, Tipificação, Produtores.

## Abstract

The rural area needs to be understood from a new vision, that considers the space sensitive to the predominance and the insertion of capitalist relations of production. These generate profound changes in the field, primarily in the universe of family farming. Among these dynamics, one identifies the largest rural-urban interaction, as well as the agricultural modernization and the presence of the integrated production systems. This set of factors makes possible the expansion and consolidation of agricultural crops, such as tobacco. The present thesis gives an account of the specificities of tobacco farming in the municipality of Canguçu, Rio Grande do Sul, Brazil. It was adopted as study area the 1st and 2nd Districts of the municipality and the time frame established focused on the last 30 years, period during which the cultivation of tobacco became important. Thus was established the typification of tobacco producers into the previously assigned area. The field investigations allowed to identify five types of producers: i) producers with long trajectory in the activity, ancient or traditional; ii) producers who joined the tobacco culture from 2000, new; iii) re-converted producers, that came from other crops; iv) producers that are not linked to tobacco companies and, finally, v) organic producers. The differences between the five groups of producers proved to be very significant, among which are aspects such as the expansion of production, degree of modernization and applied technologies, as well as perspectives of permanence of the producers and their families in the rural area.

**Keywords** - Tobacco production, Municipality of Canguçu, Typification, Producers.

## **Lista de figuras**

Figura 1 - Loja Afubra, Canguçu.....	115
Figura 2 - Colheita de fumo no município de Canguçu .....	118
Figura 3- Estufa modelo LL .....	130
Figura 4 - Estrada vicinal, Canguçu .....	134
Figura 5 - Estrada vicinal, localidade da Chacrinha, Canguçu.....	141
Figura 6 - Pontilhão no corredor dos Lemke, localidade da Solidez, Canguçu .....	142
Figura 7 - Casa Abandonada, localidade Passo do Saraiva, Canguçu.....	144

## **Lista de Mapas**

Mapa 1 – Área de localização do município (2015) .....	19
Mapa 2 - Divisão distrital do município de Canguçu, área de estudo (2015) .....	37

## **Lista de Quadros**

Quadro 1 - População do município de Canguçu - RS (1920-2012).....	23
Quadro 2 - População residente em Canguçu- RS por distritos (2010).....	38
Quadro 3 - Localidades componentes do 1° Distrito, Canguçu- RS .....	40
Quadro 4 - Localidades componentes do 2° Distrito, Canguçu – RS .....	41
Quadro 5 - Localidades componentes do 3° Distrito, Canguçu- RS .....	42
Quadro 6 - Localidades componentes do 4° Distrito, Canguçu- RS .....	43
Quadro 7 - Localidades componentes do 5° Distrito, Canguçu- RS .....	44
Quadro 8 - Situação mundial da fumicultura (2011/2012 .....	108
Quadro 9 - Fumicultura regional brasileira .....	110
Quadro 10 - Estatísticas do cadastro central de empresas em Canguçu (2006-2011)...	116
Quadro 11 - Ranking dos municípios brasileiros produtores de fumo (2012/2013) .....	119
Quadro 12 - Produção de fumo em Canguçu e municípios limítrofes (2009/2010)....	120
Quadro 13 – Assistência Técnica prestada pelas fumageiras em Canguçu (2013/2014). .....	125

## **Lista de Siglas**

**ACT** - Aliança de Controle do Tabagismo

**ADAPAR**- Agencia de Defesa Agropecuária do Paraná

**Afubra** - Associação dos Fumicultores do Brasil

**ATC** - Associated Tobacco Company

**BAT** - British American Tobacco

**BNDES** - Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social

**CAI** - Complexo Agroindustrial

**CAPES**- Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

**CEE** - Comunidade Econômica Europeia

**CEEE** - Companhia Estadual de Energia Elétrica

**CMDRS** - Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural

**CQCT** - Convenção Quadro de Controle do Tabaco

**CTA** - Continental Tobaccos Company

**DNPM**- Departamento Nacional de Produção Mineral

**EUA**- Estados Unidos da América

**FEPAM** - Fundação Estadual de Proteção Ambiental

**FINEP** - Financiadora de Estudos e Projetos

**IBAMA** - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis

**IBGE** - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

**INCRA** - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

**INTAB** - Indústria de Tabacos Agropecuária

**ITGA** - International Tobacco Growers Association

**JTI** - Japan Tobacco Company

**LL** - Loose Leaf, ou folha solta (tradução livre)

**MDA** - Ministério do Desenvolvimento Agrário

**Mercoul**- Mercado Comum do Sul

**MPA** - Movimento dos Pequenos Agricultores

**OMS** - Organização Mundial da Saúde

**ONU** - Organização das Nações Unidas

**PIB** - Produto Interno Bruto

**PNB** - Produto Nacional Bruto

**PNERA**- Pesquisa Nacional de Educação e Reforma Agrária

**Pronaf** - Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar

**Provap** - Programa de Valorização da Pequena Produção Rural

**SAF** - Secretaria da Agricultura Familiar

**SDT** - Secretaria de Desenvolvimento Territorial

**SIDRA**- Sistema IBGE de Recuperação Automática

**SindiTabaco** - Sindicato Interestadual da Indústria do Tabaco

**SMPU** - Secretaria Municipal de Planejamento, Meio Ambiente e Urbanismo de Canguçu

**STRC** - Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Canguçu

**UE** - União Europeia

**UFRGS** - Universidade Federal do Rio Grande do Sul

**USDA**- Departamento de Agricultura dos Estados Unidos (tradução livre)

**Vigitel** (Vigilância de Fatores de Risco e Proteção para Doenças Crônicas por Inquérito Telefônico).

## **Lista de Tabelas**

Tabela 1 - Evolução da fumicultura na região Sul do Brasil.....	111
Tabela 2 - Distribuição fundiária na fumicultura sul-brasileira safra (2011-2012).....	113
Tabela 3 - Produção de fumo no município de Canguçu (2000 a 2010).....	122
Tabela 4 - Produtores integrados por distritos (safra 2013-2014).....	123

## Sumário

1 Introdução.....	12
2 Metodologia.....	29
2.1 Delimitação da área de estudo.....	36
2.2 Tema e problema.....	48
2.3 Objetivos.....	49
2.3.1 Objetivo geral.....	49
2.3.2 Objetivos específicos.....	50
2.3.3 Hipóteses.....	50
3 A dicotomia agricultura familiar x campesinato: postulados teóricos.....	53
3.1 A agricultura familiar no Brasil e o contexto do desenvolvimento.....	70
3.2 O rural como um espaço dinâmico: o desenvolvimento e suas particularidades.....	85
4 A produção de fumo no Brasil e no mundo.....	95
4.1 Estabelecendo a tipologia dos produtores de fumo no 1° e 2° Distritos do município de Canguçu.....	114
5. Os cinco tipos de produtores de fumo no 1° e 2° Distritos do município de Canguçu.....	128
5.1 A realidade do meio rural de Canguçu.....	141
5 Considerações finais.....	149
Referências Bibliográficas.....	157
Apêndice	

## 1 Introdução

A virada do século XX guarda uma série de particularidades que estão postas no contexto do mundo globalizado, especialmente as que implicam o meio rural. De uma visão que o caracterizava como o lugar do abandono e das carências, surge uma nova postura e passa-se a visualizar oportunidades. Como destacam Sacco dos Anjos e Caldas (2004, p.72), “[...] não são poucos os arautos que anunciaram e seguem anunciando o fim iminente da ruralidade. No caso brasileiro, já houve até quem arriscasse o palpite de quando isso aconteceria”.

Em que pesem as diferenças entre alguns enfoques, o elemento recorrente do chamado ‘paradigma da modernização’ repousa no entendimento de que ‘o ocaso dos campos’ é algo inevitável. Como é sabido, chegou-se ao paroxismo de simultaneamente identificar, na escassa e declinante participação percentual da população rural na população total, um indicador confiável de desenvolvimento e ideal a ser perseguido pelos países do terceiro mundo se esses quisessem chegar à condição de nações industrializadas e à era do consumo em massa. (Ibidem, p.72)

As concepções que apregoavam o fim do meio rural tiveram consequências como o abandono desse espaço pelas políticas públicas. Dessa forma Sacco dos Anjos e Caldas (Ibid.) apregoam que:

Como fruto dessa situação, vem-se consolidando certas representações sobre a ruralidade, que lhe vinculam como lugar do não-desenvolvimento, da estagnação e do conservadorismo. No caso latino americano tal conjuntura foi decisiva na medida em que significou a legitimação do conhecido ‘viés urbano’ (Veiga, 1997) na alocação de recursos públicos e privados que, a despeito de algumas ações isoladas, negaram à população residente nas pequenas localidades tanto o acesso às estruturas de ascensão social (escolas, centros de qualificação profissional etc.) quanto aos serviços sociais básicos.

A visão a respeito do meio rural não é restrita ao Brasil, mas se estende aos países latino-americanos e de modo geral o evidenciavam como símbolo do atraso.

No caso brasileiro, a exemplo de outros países latino americanos, além da aludida associação com o arcaico e o atraso, a delimitação do rural, como informa Abramovay (2003, p. 22), segue profundamente marcada pelo arbítrio dos poderes públicos municipais. (Ibid., p. 75)

É preciso entender o meio rural além da agropecuária e da associação ao simbolismo do atraso e das carências. Por sua vez, Mior (2006) remete ao universo dos pesquisadores desse espaço e busca subsídios em Saraceno (1994) para dizer: “[...] não se pode analisar a dinâmica rural apenas a partir da agricultura ou da dinâmica urbana”.

O avanço dos sistemas de comunicação (telefonia, internet via rádio, antenas parabólicas e transporte coletivo, entre outros) demonstra as metamorfoses que vêm ocorrendo e poderão se intensificar no futuro. O surgimento de atividades até então tidas como urbanas (vidraceiros, carpinteiros, espaços de lazer, turismo etc.) denotam perspectivas. Ponto notável para os estudiosos é a existência de número cada vez maior de aposentados no meio rural.

Reconocer que el rural no es sinónimo de la actividad agropecuaria permite apreciar los diferentes nexos de intercambio entre lo rural y lo urbano y superar la consideración de los espacios rurales como lo atrasado, sediento de modernización, aislado de lo urbano y proveedor de mano de obra excedentaria para las actividades industriales. La evidencia de las transformaciones ya ilustradas generan la necesidad de cambiar la visión de lo rural como una dinámica unidireccional (de lo rural a lo urbano, de lo agrícola a lo industrial), por una visión de las relaciones urbanos-rurales en las que prime la multidireccionalidad y la multifuncionalidad. (GUERRERO, 2005, p. 39)

Os espaços rurais destacam-se por uma nova dinâmica, em que ocorre maior articulação das relações de produção; isso, entretanto, não isenta que existam lugares do meio rural que estão à margem do processo de desenvolvimento. Por outro lado, existem espaços que estão inseridos num contexto de metamorfoses econômicas intensas, como evidencia Guerrero:

La assunción general que ha orientado la agenda de investigación propuesta por la nueva ruralidad propone que tanto em nuevo modelo de desarrollo em marcha, com las reformas estructurales que se adelantan para su consolidación están generando diversas transformaciones sobre los territorios rurales. Este es resultado de una exposición más abierta de sus economías a los procesos globales de comercialización y paulatina liberalización del movimiento de mercancías y de capitales, a par de mayores interacciones de las sociedades rurales con dinámicas nacionales e internacionales. (Ibid., p. 40)

Diferentes teóricos da questão apontam para a superação da discussão que coloca o meio rural como reflexo apenas das atividades agropecuárias. É verdade, sim, que a agricultura e a pecuária são as atividades mais importantes nesse meio, todavia outras possibilidades surgem, como bem coloca Veiga (2000):

[...] a presença de idosos que desempenha um papel de fundamental importância no ambiente rural, outro ponto importante é a estadia temporária em residências secundárias, como as chácaras de recreio. É algo que aumenta com a redução da jornada semanal de trabalho, favorecendo o comércio, o artesanato e, principalmente, o mercado de produtos agropecuários diferenciados (ou de qualidade), que envolve um grande número de agricultores que não querem ou não podem inserir-se nas cadeias dos grandes complexos agroindustriais. (p. 182)

É para os novos aspectos do meio rural que em diferentes textos Veiga vem alertando, em um chamado para as situações novas que estão presentes no campo e que

na sua concepção devem transcender o simples limite das discussões estéreis e que não acrescentam para entender a ruralidade em seu conjunto.

Guibert (2009), ao focar o caso francês, destaca os fenômenos que atingem o meio rural, com base em Georges Bertrand (1975), entre outros geógrafos, já salientava que “[...] el espacio rural debe estudiarse globalmente” exatamente por ser um espaço em que há a combinação dialética dos elementos naturais com os humanos.

Shanin (1983), por sua vez, destacava na Rússia campesina a existência de trabalhadores rurais em tempo parcial. A existência de trabalhadores em tempo parcial, espaços de segunda residência, turismo rural e serviços, entre outros aspectos, (re) significam o rural.

No Brasil, o processo de desenvolvimento acaba por deslocar a base da economia rural da exportação de produtos primários e manufaturados para importação de pessoas e de dinheiro público. É verdade que mudaram radicalmente as relações cidade-campo, mas não foram mudanças que reduziram o contraste entre ambas, por mais que a estrutura ocupacional da economia rural tenha se tornado semelhante à da economia urbana. Na verdade, o desenvolvimento leva à revalorização do ambiente natural e não à 'urbanização do campo', visualizada por Marx em rascunhos de 1857-1858. Foi-se o tempo em que a virtude das enormes cidades era “[...] arrancar grande parte da população do embrutecimento da vida no campo”, como também escreveu Engels, há exatos 150 anos, no fascinante Manifesto Comunista (VEIGA, 2000).

Veiga (Ibid.) alerta para um equívoco que o desenvolvimento tornará cada vez mais absurdo, ao fazer com que o agro se torne um pequeno componente do fenômeno rural também em termos demográficos e ocupacionais e não somente em termos espaciais. Em países desenvolvidos, os serviços já concentram mais da metade dos empregos rurais, deixando menos de um terço para a agropecuária e cerca de um quinto para o setor secundário, o que de forma alguma significa que os agricultores possam ser considerados um mero resíduo, pois o desenvolvimento torna as famílias rurais cada vez mais pluriativas e multifuncionais, sem que sejam rompidos muitos dos seus laços com sítios e fazendas.

Ainda, Guibert (2009) aponta, entre outros elementos, que os territórios rurais se definem “[...] pela profundidad histórica, una apropiación social y cultural

(construcción social) de la dialéctica naturaleza-hombre, el agro como base de la economía rural y como base de los paisajes rurales”.

A contribuição de Guibert (Ibid.) dá conta que:

El deseo expresado o concretado de aprovechar el campo como marco de vida se traduce en la articulación más estrecha entre espacios rurales y espacios urbanos. El leitmotiv vivir en el campo y trabajar en la ciudad, hasta vivir y trabajar en el campo, alimenta la tendencia muy fuerte a una recomposición de las características sociológicas de los medios rurales. La disminución del número de productores agropecuarios, el aumento de la presencia de jubilados o de una población extranjera con poder adquisitivo elevado, de parejas con familias procedentes de la ciudad o de personas aisladas social y económicamente, provoca un proceso de sustitución o cambio entre los habitantes y conduce a una mayor heterogeneización social de la población rural. (p. 232)

É a dinâmica do espaço rural, sua trajetória, peculiaridades e generalidades, que a presente tese evidencia, enfocando a relação que aponta o meio rural como objeto de estudo, mas que o considera como um espaço dinâmico e ao mesmo tempo reflexo do arcaico, incompleto por excelência. Para tal o recorte espacial se dá no 1º e 2º distritos do município de Canguçu, e o temporal nos últimos 30 anos onde se processou uma série de alterações no universo da produção de fumo. Estudou-se a realidade dos produtores de fumo e sua diferenciação em cinco distintos grupos, mostrando a diversidade de formas de produção, tecnologias aplicadas, perspectivas na atividade e continuidade do produtor e sua família no meio rural.

Recorre-se à história do município, destacando-se aqueles aspectos que mostram a realidade local, como ela é, e buscam-se subsídios no passado para ampliar o presente e projetar o futuro. É importante mencionar que esse lugar possui vínculos com a agricultura, em menores proporções com a pecuária. Dessa forma, irá se destacar aqueles aspectos principais, que envolvem o município de Canguçu, fundamentalmente aqueles vinculados ao meio rural.

A história do município de Canguçu é resultado de uma relação que se estabeleceu ao longo dos séculos, que envolvia os colonizadores portugueses e as disputas com os espanhóis, onde destaca-se a evolução e a importância dos diferentes grupos étnicos que contribuíram para a formação do mosaico cultural local (indígenas, portugueses, negros, pomeranos e italianos, entre outros).

Ao estudar-se a história do município embasa-se o estudo em teóricos como Bento (2007) ao salientar que “[...] as terras de Canguçu, junto com os demais

municípios situados na Serra dos Tapes e do Herval, segmento da Serra do Sudeste, são as mais antigas<sup>1</sup> do Rio Grande do Sul”.

O nome 'Canguçu' deriva de teorias que carecem de confirmação, mas diz-se:

Acerca de uma légua de Canguçu-Velho, segundo João Simões Lopes Neto em 1912, destaca-se um elevado Cerro, há longos anos chamado de Cerro Grande. Da sua altura descortina-se um dilatado e magnífico panorama, talvez maior de dez léguas (cerca de 65 km) de raio em todos rumos. O nome nativo cabia-lhe certo: Cang Kassu, saliência alta, cabeça grande. (Ibid., p. 23)

Bento (Ibid., p. 24) explica que “[...] sobre este cerro está construído um marco da Carta Geral da República. Do marco divisam-se a olho nu os Três Cerros, em Pelotas, a Cordilheira, em Encruzilhada, o Pedregal, em Piratini [...]”.

Em relação à palavra Canguçu, Bento diz:

Apareceu oficialmente em 1783, no nome da Real Feitoria localizada no Rincão do Canguçu, atual Canguçu-Velho. Sobre a palavra formulo as seguintes teorias: primeira, ter sido dada pelos Tapes que originalmente habitavam a região (morro, monte) Canguçu, ponta culminante da Serra dos Tapes conhecida antes como Cerro Grande. (Ibid., p.24)

Entende-se que:

A palavra Cang-Assu significa cabeça grande, saliência alta, o que se aplicaria ao cerro citado, próximo do qual existia o rincão chamado Canguçu-Velho, descrito por J. Simões Lopes Neto e chamado então Rincão de Canguçu. (Ibid.)

Quando se fala dos habitantes primitivos, evidências apontam que foram:

Os índios Tapes [...] que emprestaram o nome à serra onde se assenta o município. Na época de fundação do Rio Grande este grupo indígena era pouco numeroso. Seus últimos remanescentes em Canguçu, ao que se sabe, terminaram seus últimos dias no Posto Branco na década de 30 do século passado. (Ibid.)

---

<sup>1</sup> Do ponto de vista geomorfológico, o escudo riograndense mostra-se presentemente como uma área de forte rebaixamento e predominância da meteorização química. As altitudes não ultrapassam 500m, as feições são do tipo morro arredondado e os afloramentos do embasamento cristalino são esparsos. A relativa calma paleotectônica na área do escudo riograndense (alinhamento de falhas normais) favoreceu um amplo e progressivo desenrolar da alteração química. A composição petrográfica mineralógica favoreceu a morfogênese uniforme, pelo que não são mais encontradas formas salientes. As estruturas mais resistentes à alteração constituem os principais desníveis, dando ao relevo as características de serras (Serras do Sudeste). Na área do escudo são encontradas formações sedimentares, antigas, diversificando a estrutura cristalina original. [...] A dissecação do relevo do escudo produziu uma fisionomia colinosa de baixa altitude, vertentes suaves e grande concentração de material meteorizado que se desloca para o fundo dos vales impulsionados pelos mecanismos de remoção (lavagem fluvial, reptação, solifluxão e deslizamentos). A malha hidrográfica, representada por grande concentração de arroios, movimenta esse material ou parte dele em direção aos rios e daí às lagunas costeiras (incluindo o Canal São Gonçalo). A rede hidrográfica predominantemente dentrítica tem direção geral leste, segundo a inclinação da estrutura dômica do escudo. Essa disposição da hidrografia condiciona a poderosa dinâmica da área, que ao longo do tempo contribuiu à formação da bacia sedimentar de Pelotas. Os principais rios da região formam pelo menos três interflúvios: o do rio Camaquã de contato com a borda norte da depressão central; o do rio Camaquã com o rio Piratini e deste com o rio Jaguarão (FALCÃO VIEIRA *et al.*, 1984, p. 61-62).

Os vestígios dos Tapes nessa região podem ser encontrados:

Nas localidades de Canguçu-Velho e Fávila, onde, segundo vários testemunhos, encontram-se sinais de cemitérios indígenas. Quando da fundação da cidade de Rio Grande, em 1737, marco do povoamento português do Rio Grande do Sul, tropas do fundador brigadeiro José da Silva Paes e de estancieiros lagunistas que desde 1733 começaram a se estabelecer em torno de Porto Alegre atual, na região denominada genericamente de Viamão, escaramuçaram com os Tapes que habitavam as terras de Canguçu. (Ibid.)

Como ocorreu na maior parte do Brasil, os indígenas foram perdendo o domínio sobre suas terras com a conseqüente destruição de seu modo de vida, culminando inclusive com o desaparecimento dos povos nativos. Os aspectos relativos ao povoamento do município dão conta que não se pode ignorar o papel desempenhado pelos povoadores açorianos. Assim é possível dizer que:

Entre 1747 e 1750, deram entrada no Rio Grande do Sul, provenientes dos Açores, numerosos casais que passaram a história com o nome genérico de açorianos. Eles destinavam-se, numa primeira fase, a povoar a faixa litorânea entre a ilha de Santa Catarina e o Arroio Chuí. [...] Com a celebração do Tratado de Madrid em 1750, a partir da terceira leva chegada ao Rio Grande, passaram a povoar os Sete Povos das Missões. (Ibid.)

Nas palavras de Bento (Ibid.), “[...] o primeiro núcleo de migração para Canguçu deu-se entre os anos (1780 e 1800) quando contingentes de açorianos advindos da Torotama, Povo Novo e São José do Norte aportaram no local”.

Com a chegada de núcleos de açorianos, no início do século XIX, Canguçu ainda tinha parte de suas terras subpovoadas. Assim, nas décadas finais do século XIX e duas primeiras décadas do século XX, começam a aportar os primeiros colonos (pomeranos e italianos) provenientes das colônias de Pelotas e São Lourenço do Sul, os quais dedicaram-se fundamentalmente à policultura (feijão, milho, trigo, abóbora, batata doce e batata inglesa, entre outros) e à criação de animais.

Esse processo permitiu e assentou as bases do que posteriormente viria a constituir-se num importante polo de predomínio da agricultura familiar. Foram períodos e dificuldades enfrentadas pelos chamados colonos, com a inexistência de infraestrutura (escolas, postos de saúde, estradas etc.) que prejudicavam sobremaneira a vida dessas pessoas. Mesmo nesse contexto de problemas, deu-se a transição lenta e gradual da agricultura de subsistência para um modelo baseado e ancorado nas unidades familiares de produção e articulação com o mercado. Entretanto, ao longo dos anos 80 e 90 do século passado, essas unidades familiares de produção especializaram-se em

produtos determinados como fumo, soja e leite, configurando a adesão ao modelo de agricultura comercial.

O povoamento do sul do estado do Rio Grande do Sul consolidou-se juntamente com uma das principais atividades econômicas, a pecuária, que marcou as características regionais. Esse povoamento deu-se inicialmente com a colonização portuguesa, seus primeiros povoados e estâncias. Entretanto, ao final do século XIX, os pomeranos e italianos que vieram para o sul gaúcho possibilitaram a formação de amplo mosaico cultural, de acordo com Mota (2000), ao oferecer um breve ensaio sobre a colonização de Canguçu e a presença do elemento negro, que destaca:

Nos primórdios de Canguçu, encontramos o açoriano-português, das lides campeiras, homem hospitaleiro e vinculado à pecuária, proprietário das melhores propriedades e senhor de praticamente todo o poder político e econômico. Ao seu lado, auxiliando nas lides campeiras e agrícolas, esta última de subsistência, encontramos o negro proveniente do continente africano, trazido ao Brasil como escravo. Elemento humano de natureza forte, que os portugueses utilizavam a mão-de-obra na agricultura, pecuária e inclusive na própria segurança da região, destacando-se muitas vezes pela valentia nos campos de batalha.

Outros dos aspectos relativos à formação do município de Canguçu deve levar em conta a colonização alemã, como indica Mota:

Por volta do ano de 1824, surgem em nosso estado levas de colonos alemães. Colonos estes provindos da Renania, Vestfália e Pomerania. Os primeiros eram os Kramer, Hopper, Hammel, Rust, Timm, Bentzen e Jaacks, num total de 39 pessoas [...]. (Ibid.)

A colonização alemã desdobra-se no Rio Grande do Sul por diferentes espaços:

Eles tiveram como primeiro destino São Leopoldo, Vale do Rio dos Sinos, na antiga Real Feitoria do Linho Cânhamo 1780-1824, que fora transferido do Rincão de Canguçu em 1789, por ordem do brigadeiro Rafael Pinto Bandeira, governador interino do Rio Grande do Sul (Ibid., p. 162).

Parte significativa dos imigrantes que chegaram ao sul do Rio Grande do Sul eram provenientes de regiões rurais da Europa e dedicaram-se à agricultura e a atividades artesanais (marceneiros, carpinteiros e ferreiros, entre outros), atividades estas que requeriam um 'saber fazer'.

Mota (Ibid.) salienta sobre estes colonos no Rio Grande do Sul:

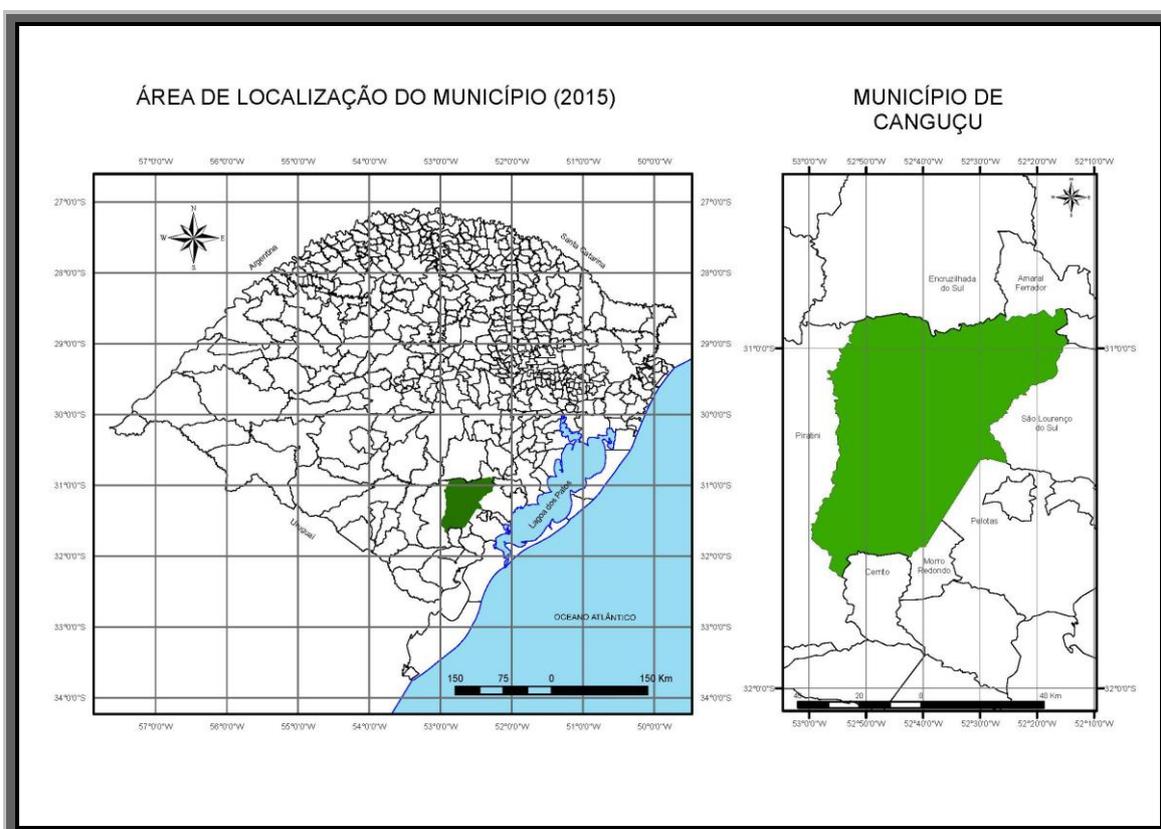
Começaram pelo Vale dos Sinos, lentamente os colonos alemães foram encontrando novas terras. No Sul do Rio Grande do Sul, primeiro por São Lourenço do Sul e depois inclusive para Canguçu onde passaram a residir e constituir suas famílias.

Com relação à colonização alemã (pomerana) em Canguçu, alguns nomes são evidentes na sociedade local:

Especialmente aqueles que não estavam relacionados ao trabalho manual propriamente dito. Foram os Wolff, Bese, Brockmann, Lindmann, Strelow, Arndt, Altenburg, Krusser, Otto, Tessemann, Hols, Ewald, Bergmann, Bubolz, Bonh, Buchweitz, Ziezmeier, Neutzling... (Ibid.)

Na época da chegada dos imigrantes (pomeranos e italianos) ao final do século XIX e início do século XX, as terras da região sul do estado do Rio Grande do Sul estavam ocupadas e utilizadas pela pecuária, basicamente os terrenos planos. Apenas áreas dotadas de terrenos ondulados estavam disponíveis à ocupação. Eram os casos de algumas áreas dos atuais municípios de Pelotas, Canguçu, Morro Redondo, Arroio do Padre e São Lourenço do Sul.

O município de Canguçu, que tem sua localização mostrada no mapa. 1, teve naquela época (final do século XIX e início do século XX) afluência de imigrantes que provinham das imediações dos atuais municípios de Pelotas, Arroio do Padre, Morro Redondo e São Lourenço do Sul. Juntamente com os descendentes de portugueses e escravos africanos remanescentes, formaram importantes núcleos de povoamento. Nesse momento, surgiram comunidades como Canguçu Velho e Fávila.



Mapa 1- Área de localização do município (2015)

Fonte: Autoria de Michele Barbosa da Silva Moraes.

O núcleo de povoamento referido consolidou-se e ampliou a existência de uma agricultura voltada naquele momento para o consumo do grupo familiar. Era uma diversificada produção, especialmente agrícola.

Nas palavras de Grigoletti (2000):

Com a chegada de imigrantes alemães, surgiram as lavouras de trigo que, nos moinhos, era transformada em farinha e garantia o pão de cada dia; lavouras de milho que alimentavam a criação doméstica que fornecia a carne, o leite, os ovos e a gordura necessária; lavouras de batata inglesa, batata doce, feijão e verduras que compunham a dieta alimentar das famílias. (p. 53)

Sacco dos Anjos e Caldas (2009), ao mencionar o processo de formação do sul gaúcho e por consequência do município de Canguçu, inferem:

[...] é crucial mencionar que, no extremo sul gaúcho, o processo de colonização com imigrantes europeus (alemães, pomeranos, italianos e franceses) só irá ocorrer na segunda metade do século XIX, numa região marcada pelo peso do latifúndio e da pecuária extensiva. [...] A constituição desses núcleos coloniais representou verdadeiro enclave da agricultura de base familiar em meio ao império da oligarquia regional ligada à pecuária extensiva e à produção do charque. (p. 156)

Os colonos do sul gaúcho:

[...] dedicaram-se à policultura e à pecuária de pequena escala, sobretudo para atender ao mercado de consumo urbano de Pelotas e região. Além da banha suína, o rol de artigos incluía produtos que literalmente desapareceram no período posterior. Desse rol fazem parte o alpiste, alfafa, piretro, cevada, aveia, marmelo, figo, trigo, batata inglesa, feijão, milho, cebola, entre outros. (Ibid.)

Gradualmente a produção oriunda das propriedades locais passou a ser industrializada, de maneira artesanal, entretanto, com a evolução das técnicas produtivas, possibilitou-se a formação de indústrias alimentícias, que produziam diferentes produtos como (geleias, doces,...). Essas tinham na cidade de Pelotas a sede e os centros de distribuição. Sacco dos Anjos e Caldas (Ibid.), com base em Grando (1990, p. 19), explicam que a origem das indústrias de conservas vegetais está nas fábricas artesanais rurais que, “[...] ao saírem do domínio camponês, se transformaram em parque de unidades industriais”.

As agroindústrias familiares, localizadas em especial na região rural de Pelotas, foram responsáveis por absorver a produção excedente e conferir certa dinâmica regional, em uma vasta região dominada pela pecuária extensiva. Todavia, ao estudar o processo de industrialização do sul gaúcho, Sacco dos Anjos e Caldas (2009) ratificam

que as pequenas agroindústrias que tinham por base a gestão familiar foram gradualmente desaparecendo:

[...] assestando um duro golpe às colônias do extremo sul gaúcho e à sobrevivência de muitos estabelecimentos familiares. O fechamento das agroindústrias familiares responde às crescentes exigências da legislação sanitária e fiscal que, sob a alegação de preservar as condições de higiene de instalações e equipamentos, impuseram o fim desses empreendimentos.

Acerca do processo de industrialização dos produtos originários da agricultura familiar, Sacco dos Anjos e Caldas mencionam:

[...] esse processo de expansão industrial não se deu de forma aleatória ou espontânea, senão como resultado direto de uma política deliberada de incentivos fiscais e creditícios concedidos ao grande capital que se inicia na Era Vargas com o monopólio estatal do trigo e o fechamento compulsório dos moinhos coloniais, ampliando-se nas décadas subsequentes, com a implantação do modelo de substituição de importações durante a ditadura militar. Com efeito, na região de Pelotas, o período compreendido entre as décadas de 1950 a 1970 coincide com o surgimento de grandes indústrias conserveiras (pêssego, figo, aspargo e abacaxi.) essencialmente situadas no perímetro urbano dessa cidade pólo do sul gaúcho. (Ibid., p. 157)

Ao longo das décadas de 60 e 70 do século passado, muitas indústrias<sup>2</sup> se consolidaram e articularam relações com os mercados nacional e internacional impulsionando o crescimento regional. A atividade econômica tornou-se dinâmica, com geração de empregos nos meios urbano e rural, uma vez que a produção agrícola era orientada para abastecer as indústrias conserveiras. Sacco dos Anjos e Caldas (Ibid.) ratificam:

Paulatinamente os colonos vão se convertendo em produtores especializados de matéria-prima para as indústrias de conservas, abandonando, definitivamente, um traço peculiar dessa forma social de produção marcada pela policultura, diversificação de atividades e fontes de ingresso econômico. A simplificação dos sistemas de culturas é um fato inquestionável, conjuntamente com a subordinação a um mercado regional que se impõe a um número estimado de famílias rurais que passam a depender, em maior ou menor medida, de uma única fonte de ingresso econômico.

A expansão das indústrias conserveiras de Pelotas ao longo da década de 60 do século XX teve consequências na economia de Canguçu, entre as quais se destacam: i) incremento na demanda por produtos oriundos das unidades familiares de produção, visando ao fornecimento de matéria-prima para as indústrias conserveiras; ii)

---

<sup>2</sup> A instalação de indústrias não se restringe somente a plantas industriais, mas a todo um conjunto de elementos e fatores que irão marcar a produção daquela espacialidade. Cria-se, portanto, um meio técnico que, aparente ou não, ajuda a explicar um espaço, pois, juntamente com as empresas industriais, vieram empresários, operários, comércio e serviços para o atendimento de necessidades de ordem industrial, assim como matéria-prima e todo um arcabouço em termos de infraestrutura [...]. (FRAGA MARTINS, 2006, p.29)

exploração das indústrias em relação aos produtores familiares e iii) intensificação do êxodo rural.

Com a consolidação das indústrias conserveiras e seu ciclo produtivo, uma parcela de canguçuenses migrou para Pelotas. Muitos tinham por objetivo trabalhar nas indústrias que à época absorviam expressivos contingentes de mão-de-obra, como Cicasul, Agapê, Vega, Minuano e Almeida, entre outras empresas que continuam no imaginário popular como representações de um tempo passado.

Esse período coincide com a década de 70 do século passado, período no qual o município de Canguçu enfrentou uma das maiores reduções de sua população, notadamente os residentes no meio rural. O Quadro 1, por exemplo, faz um apanhado geral da população do município de Canguçu entre os anos de 1920 e 2012, revelando as dinâmicas populacionais ao mostrar os dados relativos e absolutos da população urbana e rural.

Quadro 1 - População do Município de Canguçu - RS (1920-2012)

Ano	População Rural	(%)	População Urbana	(%)	População Total
1920	25.900	95,95	1.100	4,05	27.000
1940	47.177	93,29	2.895	6,71	50.612
1950	55.769	95,81	2.438	4,19	58.207
1960	54.281	94,59	3.257	5,41	57.538
1970	57.256	91,68	5.195	8,32	62.451
1980	46.947	84,09	8.878	15,91	55.825
1991	36.556	72,57	13.811	27,43	50.367
1996	34.608	69,15	15.437	30,85	50.045
2000	33.742	65,58	17.685	34,41	51.447
2007	33.443	62,91	18.712	37,09	53.155
2010	33.565	63,02	19.694	36,98	53.259
2012*	-	-	-	-	53.533

Fonte: IBGE, 2013 (Elaboração do autor);

\*População estimada.

Como revelam os dados, em Canguçu parte da população está concentrada no meio rural. Parte expressiva da população reside no meio rural 63,02% em (2010), mas verifica-se que a população urbana vem aumentando constantemente ao passo que a população rural sofre reduções.

Ao observar-se o quadro populacional de Canguçu, algumas considerações são necessárias. Por exemplo, ao longo dos últimos anos, em especial nas últimas três décadas, há um processo lento e gradual de esvaziamento populacional do campo e aumento da população residente no meio urbano. Quando temos em conta o êxodo rural,

claramente vê-se que ao longo dos anos 70 do século passado houve crescimento do número de pessoas que abandonam o campo.

Ao longo daquela década, milhares de pessoas deixaram o meio rural e foram em busca de melhores condições de vida. Essa migração se deu em diferentes momentos, diminuindo o ritmo, ao longo dos anos 90 do século passado. Notadamente nesse período surge outra alternativa de produção, é a partir desse período que se intensifica a produção de fumo.

O 4º Distrito de Canguçu, por exemplo, perdeu muitos, sendo o distrito onde os efeitos do êxodo rural foram intensos. Em localidades como Trapeira, Coxilha das Flores, Passo da Maria Antonia e Coxilha dos Piegas, milhares de pessoas deixaram o meio rural e partiram rumos às cidades, basicamente Pelotas. Não se dispõe de dados que diagnostiquem o destino das pessoas que partiram, mas, sem dúvida alguma, muitos abandonaram o meio rural e as difíceis condições de vida, atraídos pela massiva oferta de empregos em especial na cidade de Pelotas, gerada em parte pela absorção de mão-de-obra nas indústrias conserveiras.

Outros distritos, também tiveram os efeitos do êxodo rural, notadamente o 1º, que sofreu perdas populacionais, assim como localidades como Remanso, Passo dos Oliveiras e Canguçu Velho, entre outras, que perderam parte do contingente populacional. Novos fenômenos à época intensificaram as relações capitalistas de produção, como colocam Sacco dos Anjos e Caldas:

Aparecimento de novas necessidades materiais, a multiplicação de relações mercantis, a internacionalização da agricultura, com a crescente exposição às oscilações dos mercados, figuram em destaque como uma perversa tendência que conduz as famílias à especialização produtiva. O pêssego representa o exemplo de um fenômeno que alcança o sul gaúcho até meados dos anos 1970. (Ibid.)

Ao longo das últimas décadas do século XX, especialmente ao longo dos anos 80 e 90, a cadeia produtiva das conservas enfrentou percalços, por uma série de problemas que impuseram-se, entre eles: i) concorrência dos produtos, importados da Argentina, Chile, Espanha e Grécia; ii) falta de inovação e eficiência administrativa dos empresários do setor; iii) desestruturação do papel do Estado<sup>3</sup> pelas políticas neoliberais, que culminou com a retirada de incentivos fiscais à cadeia produtiva.

---

<sup>3</sup> O Brasil no seu processo de transição para um estado democrático [...] e descentralizado adotou as políticas liberais como resposta à crise fiscal do Estado desenvolvimentista. Com isso, perdeu o controle sobre as flutuações monetárias e os fluxos financeiros. Generalizou-se a convicção liberal de que, junto

### Sacco dos Anjos e Caldas refletem que:

A década de 80 é marcada pela crise do setor conserveiro no extremo sul gaúcho com a falência das grandes empresas que processavam o pêssego, aspargo, morango, ervilha e outros produtos importantes para a sobrevivência de milhares de famílias rurais que, como se disse anteriormente, haviam sido convertidas em fornecedoras de matérias-primas. Boa parte deles encontrou na horticultura e produção de leite uma alternativa econômica, ao passo que um grande número de famílias sucumbiram em meio à crise e deixaram o campo. (Ibid.)

O conjunto de alterações permitiu e potencializou problemas que já eram evidentes e assim muitos agricultores de Canguçu que produziam para atender às demandas das indústrias conserveiras ficaram sem mercado para sua produção. Sacco dos Anjos e Caldas (Ibid.) salientam que “[...] os anos noventa reservam um fato inusitado na cena rural do extremo sul gaúcho e tem a ver com a expansão do fumo”. Em meio a esse contexto, a fumicultura, que já estava presente em Canguçu, passou a ganhar espaço, pois muitos produtores que tinham ligações com as indústrias de conservas passaram a cultivar fumo.

A fumicultura transformou-se em cultivo relevante, por uma série de razões que abordaremos posteriormente, mas, sem dúvida, um dos fatores que permitiu a ampliação da área cultivada foi a existência de uma estrutura agrária caracterizada pelas unidades familiares de produção. Estudar e compreender a evolução econômica, social e política do município de Canguçu requer que enfoquemos a questão da agricultura familiar como um dos fatores que contribui para a formação da atual estrutura socioeconômica local. Agricultura familiar é uma categoria de análise, passível de diferentes abordagens e ao mesmo tempo reflete as dinâmicas do meio rural brasileiro.

Carneiro (2008) expõe que o debate sobre a agricultura familiar no Brasil nos chama a atenção para pelo menos dois problemas que necessitam de maiores investimentos dos estudiosos do assunto. Um deles diz respeito à dificuldade de se articular o modelo construído como definidor da agricultura familiar e a realidade da qual se está tratando. Não é raro que se atribua a essa construção abstrata o status de realidade ou, no caminho inverso, que se tome uma determinada realidade, normalmente aquela que se está estudando, como modelo ou expressão do que se entende por agricultura familiar. Ambas as abordagens acabam dificultando ainda mais a já

---

com a inviabilização das economias capitalistas autárquicas e a universalização dos mercados, também se esgotara a função econômica dos Estados nacionais (FIORI, 1994).

complicada tarefa de se trabalhar comparativamente e dar conta da heterogeneidade das formas através das quais a agricultura familiar se expressa no país.

Kautski, na sua célebre 'Questão Agrária' (1980) infere:

Devo falar aqui com as partículas se e mas, porque até agora ao que eu saiba não se pode estabelecer com segurança qual é a tendência evolutiva da agricultura, nem qual a mais alta forma de exploração ou mesmo se há uma forma de exploração, ou mesmo se há uma forma superior de exploração na produção rural. Dentro do que posso julgar as deduções de Marx não podem ser transportadas, tais quais são, para o domínio da agricultura. Sobre as questões de ordem agrária ele chegou igualmente a exprimir idéias de grande valor. Mas a sua teoria do desenvolvimento, que pressupõe o crescimento da grande exploração, a proletarianização das massas, e que se deduz dessa evolução, como consequência necessária, o socialismo - essa teoria só é clara para o domínio industrial. Ela não o é para o domínio agrário. Parece-me que apenas a pesquisa científica poderá preencher a lacuna, que existe certamente.

Wanderley (1999) ao compreender essa categoria social chamada 'agricultura familiar' evidencia:

Não é uma categoria social recente, nem a ela corresponde uma categoria analítica nova na sociologia rural. No entanto, sua utilização, com o significado e a abrangência que lhe tem sido atribuído nos últimos anos, em especial no Brasil, assume ares de novidade e renovação. (p 23-24)

Os subsídios propostos por Wanderley (Ibid.) dão conta que:

O ponto de partida é o conceito de agricultura familiar, entendida como aquela em que a família, ao mesmo tempo em que é proprietária dos meios de produção, assume o trabalho na propriedade. Torna-se relevante insistir que esse caráter familiar não é um mero detalhe superficial e descritivo, ou seja, o fato de uma estrutura produtiva associar família-produção-trabalho tem consequências fundamentais para a forma como ela age econômica e socialmente. Assim definida, essa categoria é necessariamente genérica, pois a combinação entre propriedade e trabalho assume, no tempo e no espaço, uma grande diversidade de formas sociais.

Wanderley (Ibid., p. 25), ao destacar Lamarche (1993), corrobora que “[...] a agricultura familiar não é um elemento da diversidade, mas contém nela mesma toda a diversidade de elementos e atores”. A diversidade ratificada por Lamarche é um indicativo da complexidade que envolve a agricultura familiar, suas derivações, particularidades e permanências. Porém um fato é inegável: gradualmente a agricultura familiar é integrada e absorvida pelos processos hegemônicos que se dão no campo, quais sejam o avanço das relações capitalistas de produção que evidenciam não só as faces da modernização agrícola<sup>4</sup> e suas variantes, mas também fatos que se expressam

---

<sup>4</sup> A modernização da agricultura acarretou mudanças no setor agropecuário, crescendo pressão sobre o mesmo, pois a indústria instalada a montante requeria um mercado consumidor em expansão, enquanto a indústria a jusante necessitava da oferta crescente de matéria-prima para a sua produção, bem como para exportação, que garantia divisas para o país. Este modelo de modernização se caracterizou pelo uso da

pela presença dos complexos agroindustriais, um dos vieses que identifica novos processos que passam a predominar no ambiente rural, em especial na agricultura familiar.

A discussão proposta por Schneider (2003) salienta que:

[...] a agricultura familiar vem ganhando legitimidade social, política e acadêmica no Brasil, passando a ser utilizada com mais frequência nos discursos dos movimentos sociais rurais, pelos órgãos governamentais e por segmentos do pensamento acadêmico, especialmente pelos estudiosos das ciências sociais que se ocupam da agricultura e do mundo rural. (p. 99)

A confirmação da agricultura familiar no cenário nacional tem várias razões, entre as quais:

[...] relacionada à legitimação que o Estado lhe emprestou ao criar em 1996, o Pronaf (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar). Esse programa, formulado como resposta às pressões do movimento sindical rural desde o início dos anos de 1990, nasceu com a finalidade de prover crédito agrícola e apoio institucional às categorias de pequenos produtores rurais que vinham sendo alijadas das políticas públicas ao longo da década de 1980 e encontravam sérias dificuldades de se manter na atividade. (Ibid., p. 100)

Uma das razões que devem ser destacadas, de acordo com Schneider (Ibid.) “[...] pode ser apontada pela reorientação dos debates acadêmicos sobre a ruralidade”.

Schroder (2010) enfoca a agricultura familiar e suas diferentes possibilidades, bem como a ampliação de sua importância no contexto brasileiro. A autora afirma:

O termo agricultura familiar passou a ser assimilado no Brasil pelos textos acadêmicos ou pela ação política dos agricultores e de suas organizações de representação, ou mesmo pelas políticas públicas, a partir da década de 1990, conformando uma categoria social, que é referência para a elaboração de políticas públicas ou pesquisas científicas, e uma categoria sindical ou profissional, que norteia um conjunto de ações e propostas dos sindicatos e de outras organizações de representação social dos agricultores. (Ibid., p. 6)

Existia uma multiplicidade de termos e imprecisões que incorporavam o universo da agricultura familiar. Schroder (Ibid.) explicita:

[...] os termos empregados eram diversos, a depender do reconhecimento social e significado histórico atribuídos: camponês, minifúndio, agricultura de subsistência, pequeno produtor, pequeno proprietário ou pequena produção, ou ainda, trabalhador rural, para fins de enquadramento sindical. O conteúdo do termo agricultura familiar, por sua vez, encerra elementos

---

tecnologia poupadora da mão-de-obra e provocou o êxodo rural em escala ampla e acelerada, aumentando a demanda urbana por produtos agrícolas. [...] o Estado incentivou a modernização como forma de dinamizar a economia nacional, criou uma série de medidas oficiais para fomentar a homogeneização tecnicada na produção agrícola. A opção pela modernização do setor agropecuário nesses moldes foi ao encontro de diferentes setores da economia nacional e internacional e sua justificativa se pautava na tese de que a agricultura brasileira, da forma como estava sendo objetivada, significava um entrave ao crescimento econômico do país. (SANTOS, 2005, p.221-222)

políticos, sociais e econômicos e seu reconhecimento, como se nota pela manifestação de diferentes atores sociais, vem se consolidando na sociedade brasileira.

A concepção do termo ‘agricultura familiar’ é um processo que evidencia um novo momento do campo brasileiro, onde os movimentos sociais, as organizações sindicais e os próprios trabalhadores assumem a consciência de sua importância no contexto nacional, retomando assim a capacidade de luta e iniciativa.

O setor familiar na agricultura representa parcela da produção agrícola nacional e é responsável pela geração de milhares de empregos ao longo de distintas cadeias de produção. No caso do tabaco, essa produção se dá sobremaneira nas unidades familiares de produção, gerando assim muitos empregos no meio rural.

Deste modo, a presente tese é composta pelas seguintes partes: i) Introdução; ii) Metodologia; iii) A dicotomia agricultura familiar x campesinato: postulados teóricos e seus subcapítulos; iv) A produção de fumo no Brasil e suas partes integrantes; v) Os cinco tipos de produtores de fumo no 1º e 2º Distritos do município de Canguçu, acrescido do subcapítulo a realidade do meio rural de Canguçu e por fim vi) Considerações finais.

Todo o trabalho acadêmico do porte de uma tese que engloba o universo da agricultura familiar necessita de espaço e metodologias adequadas. O método, além da objetividade, deve trazer a subjetividade, como elemento intrínseco de um trabalho que envolve peculiaridades, e generalidades mas lida com frustrações, esperanças e expectativas dos produtores e suas famílias. A tese procurou mostrar o novo momento dos sistemas integrados de produção, basicamente o universo dos produtores de fumo do 1º e 2º Distritos do município de Canguçu. Para retratar essa realidade é que seguem no próximo capítulo os procedimentos metodológicos julgados adequados para a realização da presente pesquisa.

## 2 Metodologia

Na metodologia e suas diferentes partes, caracteriza-se a área de estudo representada pelas localidades do 1º e 2º distritos do município de Canguçu. Descreve-se o método de estudo empregado, qual seja a saturação empírica e teórica da amostra. Para tal saturação da amostragem, as entrevistas junto aos produtores buscam aqueles pontos relevantes e que na visão dos produtores permitem a expansão da produção fumageira.

Por sua vez, caracteriza-se a área de estudo, diferenciando-se os distritos como construções distintas ao longo da história do município. Dessa forma, o enfoque no 1º e 2º Distritos visou a caracterizar o estudo de caso e a metodologia demonstrou essas especificidades, especialmente indicou que há um novo momento nos processos de integração produtiva. Para dar conta dessas particularidades, é que segue a discussão.

Pesquisar é um procedimento que envolve método, regras pré-estabelecidas com objetivo de tornar conciso o objeto de pesquisa. Almeida (1989) ao falar sobre metodologia científica enumera alguns pontos básicos que devem ser observados, como destaca-se a seguir: a) objetividade, b) generalização, c) confiabilidade, d) predição e, por sua vez, e) observação.

Quanto ao conceito 'objetividade', Almeida (Ibid.) explica que foi enunciado por Durkheim e consiste em considerar os fatos, eventos e opiniões como 'coisas' distintas das opiniões e personalidades do pesquisador. Um método é objetivo quando os resultados obtidos através de sua aplicação são, em princípio, independentes do pesquisador que o aplica, de maneira que duas pessoas estudando o mesmo fenômeno pela utilização do mesmo método devem chegar a idênticas conclusões.

No tocante ao quesito generalização Almeida (Ibid., p. 20) esclarece que “[...] as conclusões de um estudo devem ser de aplicabilidade universal. [...] Nas ciências sociais, porém, raramente é atingida uma universalidade completa. [...] as conclusões são válidas condicionalmente”.

Almeida (Ibid.), ao reportar a confiabilidade que um estudo deve apresentar, afirma: “[...] um método é confiável na medida em que sua repetição, mesmo por outros pesquisadores, produza resultados idênticos, dada as mesmas condições de observação”.

A predição, para Almeida (Ibid.), invoca que os “[...] resultados confiáveis e objetivos de um estudo levam a poder prever eventos futuros com relativa segurança. O grau de segurança na predição é maior nas ciências exatas que nas ciências sociais”.

Por último Almeida (Ibid.) fala da observação: “[...] o pesquisador da realidade rural não deve partir de pressupostos fictícios e imaginários, mas da observação direta dos fatos. Para Goode e Hatt a ciência começa e termina pela observação”.

Por outro lado Lakatos e Marconi (1985) destacam com base em Ander-Egg (1978, p.28) que a pesquisa é um “[...] procedimento reflexivo sistemático, controlado e crítico que possibilita descobrir novos fatos ou dados, relações ou leis, em qualquer campo do conhecimento”.

Para realizar uma pesquisa é necessário que se tenha um método pré-estabelecido. Importa também a contribuição de Almeida (1989, p.21-22) ao explicitar que “[...] é difícil limitar-se a um método único à medida que a ciência avança com a acumulação de novos dados, com a dedução de novos princípios e leis e com a formulação de novas teorias”.

Em relação ao método de pesquisa Almeida (Ibid., p.22) esclarece que “[...] o método dedutivo é mais adequado para as partes teóricas e interpretativas do trabalho científico, enquanto que o método indutivo serve melhor ao propósito da análise de dados”.

Almeida (Ibid., p. 22) menciona que “[...] o pesquisador é livre na escolha de um método ou na utilização de vários métodos, aquilo que convém melhor para o tratamento de seu problema”.

Gil (1991), ao compreender o universo da pesquisa, diz que “[...] é um procedimento racional e sistemático que tem por objetivo proporcionar respostas aos problemas propostos. A pesquisa é requerida quando não se dispõe de informação suficiente para responder ao problema”.

Retomamos Gil (Ibid.), quando salienta:

Que como toda atividade racional e sistemática, a pesquisa exige que as ações desenvolvidas ao longo de seu processo sejam efetivamente planejadas.

Desse modo concebe-se o planejamento como a primeira fase da pesquisa, que envolve a formulação do problema, a especificação de seus objetivos, a construção de hipóteses e operacionalização de conceitos. (p. 21)

A pesquisa requer um 'objeto' e exige a delimitação espacial do mesmo. No caso específico, a demarcação da área pesquisada seguirá o critério de importância socioeconômica da fumicultura, para tal elegem-se as unidades familiares de produção no município de Canguçu, situadas no 1º e 2º Distritos. Segundo Raffestin *et al.* (1983, p.124), “[...] não se pode aceitar [...] que uma pesquisa seja conduzida sem que a escala esteja claramente especificada”.

A fumicultura é uma atividade que articula a escala local de produção e inter-relaciona-se com as demais escalas (regional, nacional e global) como um reflexo das articulações geradas pela globalização<sup>5</sup> e internacionalização das relações de produção. Admite-se a necessidade de analisar o raio de ação de cada ator (produtores, indústrias, governo, movimentos contrários ao setor etc.). Ao discutir-se a erradicação do cultivo de fumo no Brasil e no mundo parte-se de uma decisão tomada em escala global representada pelas normativas da Organização das Nações Unidas (ONU) por meio da Organização Mundial da Saúde (OMS).

De modo complementar analisar-se-ão os reflexos de políticas definidas por organismos internacionais e nacionais (é o caso da ratificação brasileira à Convenção Quadro<sup>6</sup>). Não se pode ignorar as relações na escala local, uma vez que a autonomia do local é condicionada e influenciada por aspectos que lhe são externos. O local não se explica em si, mas a partir das relações mantidas com o todo. “O domínio das escalas é, portanto, um elemento prévio a toda a ação” (Ibid., p.134).

---

<sup>5</sup> Giddens na obra *As Consequências da Modernidade* diz que a globalização pode ser definida como a intensificação das relações sociais em escala mundial, que ligam localidades distantes, de tal maneira que acontecimentos locais são modelados por eventos ocorrendo a milhas de distância e vice-versa. Esse é um processo dialético porque tais acontecimentos locais podem se deslocar numa direção anversa às relações muito distanciadas que os modelam. A transformação local é tanto uma parte da globalização quanto a extensão lateral das conexões sociais através do tempo e do Espaço (GIDDENS, 1991, p. 69-70).

<sup>6</sup> A Convenção-Quadro para o Controle do Tabaco (CQCT) é o primeiro tratado internacional de saúde pública, desenvolvido sob os auspícios da Organização Mundial da Saúde, entre 1999 e 2003, após audiências públicas e seis reuniões de negociações envolvendo os 192 países membros da OMS. O tratado entrou em vigor em fevereiro de 2005 e o Brasil foi um dos líderes em seu processo de desenvolvimento. Seu objetivo é “[...] proteger as gerações presentes e futuras das devastadoras consequências sanitárias, sociais, ambientais e econômicas geradas pelo consumo e pela exposição à fumaça do tabaco”. Considerada um marco histórico para a saúde pública global, a Convenção-Quadro traz, em seu texto, medidas para reduzir a epidemia do tabagismo em proporções mundiais, abordando temas como propaganda, publicidade e patrocínio, advertências, marketing, tabagismo passivo, tratamento de fumantes, comércio ilegal e impostos (ACT, 2013).

A fumicultura é uma atividade que envolve as esferas de atuação e espaço de inter-relação entre distintos atores<sup>7</sup>, entre os quais o agricultor familiar<sup>8</sup>, o Estado e as empresas, entre outros. Isso não exclui a sobreposição de esferas de atuação dos atores e suas intencionalidades, em razão das especificidades que envolvem a atividade.

A área de estudo compreende a produção de tabaco no município de Canguçu, especificamente o primeiro e o segundo distritos, onde utilizamos dados de fontes primárias (especialmente produtores), mas também fontes secundárias, representadas por órgãos oficiais como o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e entidades de classe como a Associação dos Fumicultores do Brasil (AFUBRA) e o Sindicato das Indústrias do Tabaco (SindiTabaco), dados esses que visam a subsidiar a realização do presente estudo.

Para tal fim, o estudo utiliza a abordagem qualitativa.

A abordagem qualitativa parte do fundamento de que há uma relação dinâmica entre o mundo real e o sujeito, uma interdependência entre sujeito e o objeto, um vínculo indissociável entre o mundo subjetivo e a subjetividade do sujeito (CHIZZOTTI, 1995, p.79).

É preciso entrever

[...] a existência de pesquisas qualitativas onde não se descarta a coleta de dados quantitativos, principalmente na etapa exploratória de um campo, ou

---

<sup>7</sup> Situados na tradição sociológica, Elias e Bordieu partilham de uma visão relacional dos grupamentos sociais, que busca superar a dicotomia entre indivíduo e sociedade. Ambos os autores se valem do conceito de *habitus* com grandes semelhanças, conferindo igualmente um papel relevante à sociabilidade, ao Estado e às suas instituições na coação ou modelagem dos comportamentos sociais (SOUZA, 2007, p.71-72).

<sup>8</sup> O agricultor familiar é, sem dúvida, um ator social do mundo moderno, o que esvazia qualquer análise em termos de decomposição do campesinato, mas, como afirma Marcel Jollivet (2001: 80), “[...] no agricultor familiar há um camponês adormecido” (aliás, um camponês bem acordado). Assim, o que concede aos agricultores modernos a condição de atores sociais, construtores e parceiros de um projeto de sociedade – e não simplesmente objetos de intervenção do Estado, sem história – é precisamente a dupla referência à continuidade e à ruptura. [...] Deve-se, portanto, considerar a capacidade de resistência e de adaptação dos agricultores aos novos contextos econômicos e sociais. Não é mais possível explicar a presença de agricultores familiares na sociedade atual como uma simples reprodução do campesinato tradicional, tal como foi analisado pelos seus 'clássicos'. Esteve e está em curso, inegavelmente, um processo de mudanças profundas que afetam precisamente a forma de produzir e a vida social dos agricultores e, em muitos casos, a própria importância da lógica familiar. Porém, parece evidente, como já foi dito, que a 'modernização' dessa agricultura não reproduz o modelo clássico (refiro-me aqui aos outros 'clássicos') da empresa capitalista, e sim o modelo familiar. Mesmo integrada ao mercado e respondendo às suas exigências, o fato de permanecer familiar não é anódino e tem como consequência o reconhecimento de que a lógica familiar, cuja origem está na tradição camponesa, não é abolida; ao contrário, ela permanece inspirando e orientando – em proporções e sob formas distintas, naturalmente – as novas decisões que o agricultor deve tomar nos novos contextos a que está submetido. Esse agricultor familiar, de uma certa forma, permanece camponês (o camponês 'adormecido' de que fala Jollivet) na medida em que a família continua sendo o objetivo principal que define as estratégias de produção e de reprodução e a instância imediata de decisão (WANDERLEY, 2004).

nas etapas em que estes dados podem mostrar uma relação entre fenômenos particulares (Ibid., p. 84).

O presente trabalho é um estudo de caso, que pode ser entendido como:

Uma caracterização abrangente para designar uma diversidade de pesquisas que coletam e registram dados de um caso particular ou de vários casos a fim de organizar um relatório ordenado e crítico de uma experiência ou avaliá-la analiticamente, objetivando tomar decisões a seu respeito ou propor uma ação transformadora (Ibid., p. 102).

O estudo de caso representa:

Uma unidade significativa do todo e, por isso, suficiente tanto para fundamentar um julgamento fidedigno quanto propor uma intervenção. É considerado também como um marco de referência de complexas condições socioculturais que envolvem uma situação e tanto retrata uma realidade quanto revela a multiplicidade de aspectos globais, presentes em uma dada situação (Ibid., p. 102).

Analisar-se-ão os impactos que a fumicultura tem no rural e no urbano, especialmente as inter-relações desses espaços do município de Canguçu. A fumicultura não possui uma distribuição uniforme ao longo dos distritos. É possível, de modo empírico e baseado em dados de campo, perceber a concentração da produção no primeiro e segundo distritos, portanto o interesse de análise irá concentrar-se nessa área específica. Por razões que ainda desconhecíamos, mas acreditamos que tais impactos estão relacionados a fatores como: i) estrutura fundiária; ii) larga tradição no cultivo do tabaco e iii) presença de agentes<sup>9</sup> econômicos externos que impulsionam a atividade.

A realização de uma pesquisa do porte de uma tese de doutorado exige o dimensionamento da amostra e o tipo de amostragem a ser utilizado, fundamentalmente, quando se evoca o ângulo qualitativo da análise. É preciso ter em conta o que destacam Deslauriers e Kerisit (2008), ao afirmar que, “[...] contrariamente ao que certos pesquisadores pensam, a pesquisa qualitativa também recorre à amostra”.

Pires (2008), ao referir-se ao universo de amostra, diz que:

---

<sup>9</sup> Aparentemente, o agente econômico de Bourdieu não parece muito diferente daquele da ciência econômica, tendo sido acusado de utilitarista por vários autores, sociólogos ou economistas heterodoxos, que concordam sobre sua inserção na “axiomática do interesse” ou numa “antropologia utilitarista” (cf. ALEXANDER, 2000; CAILLÉ, 1986; 1987; BROCHIER, 1987; FAVEREAU, 2001). Para Alexander, apesar de Bourdieu ter introduzido a noção de *habitus* como alternativa ao pensamento utilitarista, ela é empregada de tal maneira que “demonstra a onipresença do utilitarismo” (ALEXANDER, 2000, p. 85). Bourdieu sustenta que toda ação social obedece ao cálculo econômico, pois está sempre orientada pela necessidade de “atingir com o menor custo os objetivos inscritos na lógica de um determinado campo” (BOURDIEU, 1980a, p. 85). Caillé (1987) também salienta que os atores sociais de Bourdieu buscam sempre satisfazer seu interesse. Inclusive, atrás do desinteresse aparente da dádiva, escondem-se somente cálculo e interesse. Assim, Bourdieu afirma: “Os universos sociais nos quais o desinteresse é a norma oficial não são, sem dúvida, inteiramente regidos pelo desinteresse: por trás da aparência piedosa e virtuosa do desinteresse, há interesses sutis, camuflados”. (RAUD, 2007).

A palavra 'amostra' pode conter uma dupla significação. No sentido estrito ou operacional, ela designa exclusivamente o resultado de um procedimento visando extrair uma parte de um todo bem determinado; no sentido amplo, ela designa o resultado de qualquer operação visando constituir o corpus empírico de uma pesquisa. É no âmbito desse segundo sentido que se deve entender aqui a referida palavra. Assim compreendida, a noção de amostra concerne tanto às grandes investigações por questionário quanto às pesquisas referidas a um único indivíduo. [...] As estratégias de amostragem são, então, portadoras de uma parte razoavelmente grande de imprevisível. (p. 154-155)

O pesquisador tem papel central nessa relação que, de acordo com Pires (Ibid.), “[...] consiste em saber tirar partido de seus dados: isto é, construir satisfatoriamente seu problema de pesquisa e sua análise, a partir dos dados que dispõe”.

Novamente ao buscar subsídios em Pires (Ibid.) percebe-se que “[...] o objetivo da amostra, consiste, portanto, em dar base a um conhecimento ou a um questionamento, que ultrapassa os limites das unidades e mesmo do universo de análise, servindo para produzi-lo”.

Almeida (1989), ao recorrer à amostragem como método, destaca algumas considerações e restringe-se a selecionar uma parcela da população, realizar observações sobre essa parcela e generalizar os resultados para toda a população. As evidências apontam que, nas áreas rurais, há dificuldade para estabelecer contato com as pessoas, pelo difícil acesso às propriedades e por um fato bem peculiar, que está relacionado à desconfiança inicial dos agricultores em participar de uma investigação.

Dada a natureza peculiar da pesquisa adotamos o questionário semiestruturado com questões abertas<sup>10</sup>, aplicado a um número pré-determinado de fomicultores de modo que possamos atingir a saturação da amostra.

Almeida (Ibid.) com base em Kerlinger (1966) explicita que a população ou universo é “[...] definido como todos os membros de um conjunto bem delimitado de pessoas, eventos ou objetos. A população pode ser a população real ou um subgrupo dentro da população”.

Ainda neste quesito Almeida (1989), quando evoca a amostra intencional, explica que esta consiste “[...] em selecionar um grupo de elementos considerados típicos, em função das variáveis estudadas”.

---

<sup>10</sup> A experiência também mostra que a entrevista aberta permite acompanhar o fio condutor do pensamento dos próprios agricultores, é capaz de revelar as informações qualitativas preciosas para o diagnóstico. Essas entrevistas são mais ricas se forem realizadas no campo - nas parcelas ou nas instalações do produtor [...] (GARCIA FILHO, 1997).

Importa ter em conta o que afirma Pires (2008) acerca da saturação da amostra:

A coleta de dados se faz em função das necessidades de análise e da construção teórica: à medida que se colocam questões, ou se formulam hipóteses, buscam-se os elementos empíricos para prosseguir ou encerrar a análise. Em qual momento deve-se por um fim a esta tarefa sem fim? Quando se tem material suficiente já investido pela reflexão teórica para sustentar as análises, verdadeiros resultados da pesquisa. (p. 189)

Ponto importante e que deve ser mencionado diz respeito à saturação da amostra que nas palavras de Pires (Ibid.) pode ser compreendido:

Ao que eu saiba, deve-se o conceito de saturação a Glaser e Strauss (1967 p.61-71). [...] hoje o uso nos permite falar em dois tipos de saturação: a 'saturação teórica' (theoretical saturation) e o que eu denominei a 'saturação empírica'. Para Glaser e Straus (1967), a saturação teórica se aplica a um conceito (category) e significa que ele emerge dos dados e é depois confrontado com diferentes contextos empíricos, sendo objetivo do pesquisador desenvolver as propriedades do conceito e assegurar-se de sua pertinência teórica e de seu caráter heurístico (p. 198).

Nas palavras de Pires (Ibid.):

[...] a saturação empírica designa, assim, o fenômeno pelo qual o pesquisador julga que os últimos documentos, entrevistas ou observações não trazem mais informações suficientemente novas ou diferentes para justificar a ampliação do material empírico (p.198).

Com a aplicação da entrevista<sup>11</sup> composta por perguntas abertas, mas que enfocou o universo da agricultura familiar, a produção de fumo, a sucessão e o sistema integrado de produção, entre outros pontos, pretende-se atingir a saturação da amostra. Para tal, o recorte espacial foi estabelecido no 1º e 2º distritos do município de Canguçu. As entrevistas foram realizadas com número pré-determinado de fumicultores<sup>12</sup>, até atingir-se o ponto de saturação da amostra e dessa forma buscou-se o conjunto de variáveis que caracterizam a produção de fumo na área de estudo.

Ainda é importante mencionar que, nas palavras de Almeida (1989), a técnica da entrevista, enquanto método para coleta de dados, necessita de aproximação física das pessoas. O pesquisador (ou entrevistador) observa o comportamento do respondente, anota as respostas e as situa no contexto do grupo onde o entrevistado está inserido.

---

<sup>11</sup> Para Goode e Hatt (1969, p. 237) a entrevista consiste no desenvolvimento de precisão, focalização, fidedignidade e validade de um ato social, como a conversação. Trata-se, pois, de uma conversação efetuada face a face, de maneira metódica, que proporciona ao entrevistador a informação necessária. Alguns autores consideram a entrevista como o instrumento por excelência da investigação social (MARCONI e LAKATOS, 1999, p. 95).

<sup>12</sup> O tamanho da amostra é, pois, determinado, sobretudo, pela complexidade e pela diversidade da realidade estudada. Não se trabalha, portanto, com amostragens aleatórias, pois elas não asseguram, justamente por seu caráter intrínseco, a representação e a análise aprofundada de toda essa diversidade (GARCIA FILHO, 1997).

Almeida (Ibid.), ao considerar a amostragem da entrevista, diz que entrevistar um só membro de um grupo é inaceitável mas, por outro lado, não é necessário entrevistar todos os membros do grupo, se são observadas as leis estatísticas da amostragem. Dadas as limitações do pesquisador e dos recursos disponíveis, é necessário delimitar uma área específica de estudo, uma cidade, um bairro, uma rua, ou uma localidade rural, um distrito ou mais de um distrito, como forma de otimizar os recursos disponíveis.

## 2.1 Delimitação da área de estudo

Em razão das limitações do pesquisador, Lakatos e Marconi (1985) especificam que “[...] delimitar a pesquisa é estabelecer limites para a investigação”, mas esse procedimento deve seguir alguns princípios quanto:

- a) ao assunto - selecionando um tópico, a fim de impedir que se torne muito extenso, ou complexo; b) à extensão - porque nem sempre se pode abranger todo o âmbito onde o fato se desenrola e seus desdobramentos; c) a uma série de fatores - meios humanos, econômicos e de exiguidade de prazos. (Ibid.)

Com o objetivo de caracterizar a área de estudo, demonstramos as principais diferenças entre os distritos, que se desdobram no campo político, social e econômico.

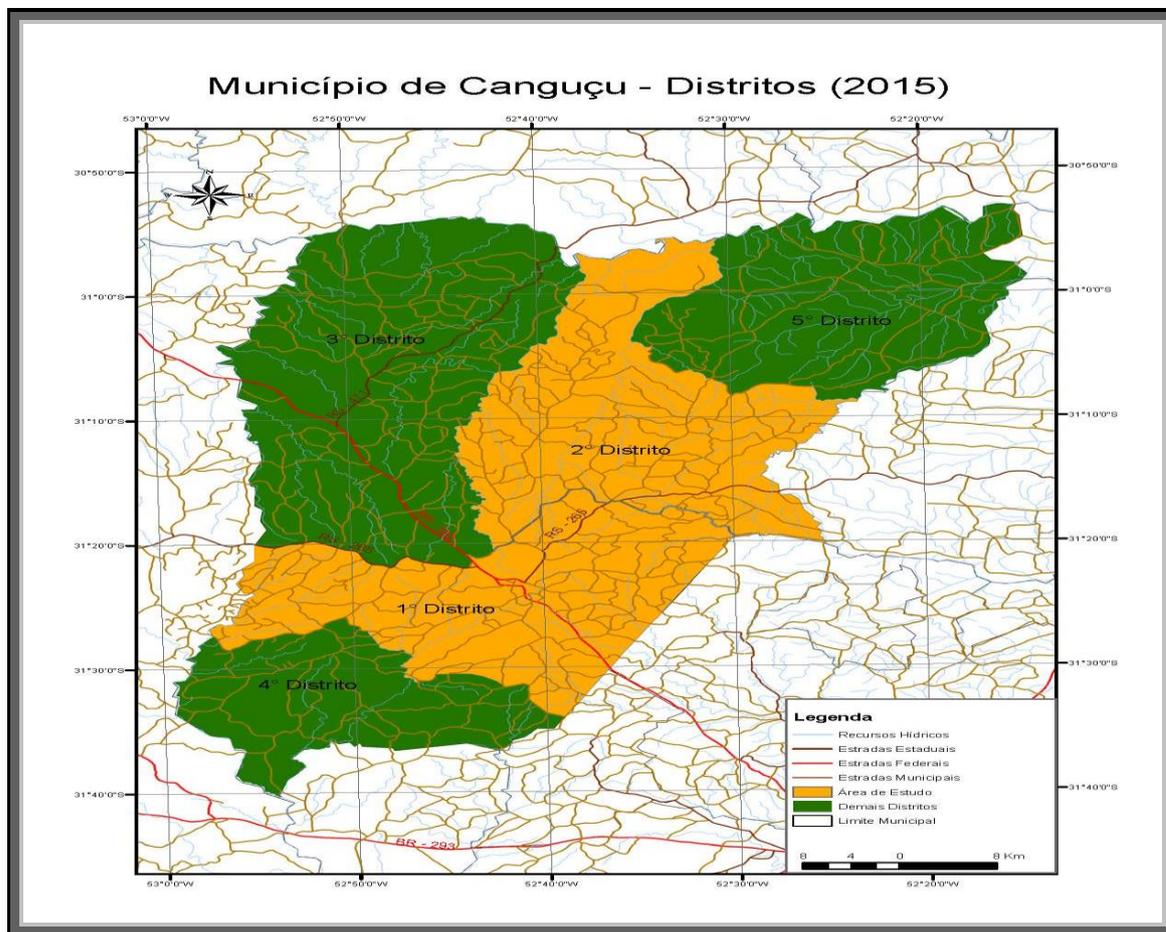
Tendo em vista a delimitação espacial da área de estudo é relevante que se destaque a divisão distrital do município, conformada e atualizada de acordo com a Lei 2.967/2007, assinada pelo então Prefeito Cássio Luiz de Freitas Mota, portanto tal divisão é estruturada do seguinte modo: a) primeiro distrito; b) segundo distrito; c) terceiro distrito; d) quarto distrito e, por fim, e) quinto distrito.

Segundo a Secretaria Municipal de Planejamento, Meio Ambiente e Urbanismo (SMPU), a área do município perfaz um total de 3.252 km<sup>2</sup>. Ressalta-se que algumas localidades<sup>13</sup> como Armada, Costa do Sapato e Coxilha do Vento distam mais de 80 quilômetros da sede, revelando as dimensões e a diversidade presentes no município de Canguçu. Pelas especificidades da área de estudo e suas diferenças intrínsecas adotamos como recorte espacial o 1º e o 2º Distritos, área onde há presença majoritária das

---

<sup>13</sup> Conforme o dicionário da coordenação cartográfica do IBGE, “[...] localidade é uma categoria que define o espaço geográfico com alguma concentração humana” (IBGE, 2000).

unidades familiares de produção e o predomínio da produção de fumo. O mapa. 2, portanto, destaca a área de estudo e os demais distritos do município de Canguçu.



Mapa 2 – Divisão distrital do município de Canguçu, área de estudo (2015)

Fonte: Autoria de Michele Barbosa da Silva Moraes

Como demonstra o mapa 1, o município de Canguçu é composto por cinco distritos, sendo que o 1º compreende a sede urbana. As diferenças entre eles se dão em vários aspectos, como povoamento e atividades econômicas desenvolvidas. O povoamento, por exemplo, não é homogêneo; há distritos que concentram boa parte da população enquanto outros possuem menos residentes, como ficará evidente adiante.

Para fins ilustrativos e para fundamentar os aspectos inerentes às particularidades da área de estudo, insere-se o Quadro 2, com base nos dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) para o ano de 2010, apontando a

realidade dos distritos no tocante ao local de residência, com destaque para os valores absolutos e relativos da população.

Quadro 2- População residente em Canguçu - RS por distritos (2010)

Distritos	População residente (absoluta)		População residente (%)
	Urbana	Rural	
1° Distrito	Urbana	19.694	63,02
	Rural	11.479	36,98
2° Distrito	Urbana	-	-
	Rural	8.623	100,00
3° Distrito	Urbana	-	-
	Rural	5.889	100,00
4° Distrito	Urbana	-	-
	Rural	4.325	100,00
5° Distrito	Urbana	-	-
	Rural	3.249	100,00

Fonte: IBGE, 2012 (Elaboração e organização do autor).

As peculiaridades dos distritos são evidentes. Por exemplo, o 1° abarca a sede e possui 33.443 habitantes e nesse mesmo lugar existem 11.479 pessoas residindo no meio rural, o que demonstra sua pujança. No outro extremo está o Quinto Distrito com a menor população rural, da ordem de 3.249 habitantes, onde historicamente predominam propriedades extensivas dedicadas à pecuária e nos últimos anos ao florestamento.

No 2° Distrito, por sua vez, houve inclusive tentativas de emancipação política, sendo que a Vila do Herval seria a sede do possível município. Cabe aqui uma

consideração a respeito da chamada Vila do Herval: esse lugar conta com acesso asfáltico, escola, posto de combustível, mercado, todavia é considerado um espaço rural. No 1º distrito existiram tentativas de criação de um município, com a Vila dos Campos como provável sede, mas esbarrou na resistência dos próprios moradores. De um modo geral, verifica-se o abandono do interior do município, em especial daquelas localidades distantes da sede. Mesmo que o ritmo do êxodo rural - fundamentalmente no 3º, 4º e 5º Distritos - tenha diminuído nos últimos anos, em comparação às décadas de 70 e 80 do século passado, esse esvaziamento continua lento, mas persistente. Outro fato notável nesses distritos (3º, 4º e 5º) é a redução da população de jovens e um notado aumento no número de idosos.

Quando se enfoca o primeiro Distrito, como demonstra o mapa 1, percebe-se que ele compreende a área urbana e a rural, onde predominam as unidades familiares de produção. A delimitação legal estipula os seguintes limites: a) Norte - 3º Distrito pela RS 265, Canguçu-Piratini; b) Sul - 4º Distrito pela estrada da Sanga Funda, Trapeira, Passo do Saraiva, Coxilha dos Piegas e por fim Arroio do Remanso; c) Leste - Morro Redondo e Pelotas, por linha seca; e d) Oeste - Município de Piratini. O quadro 3, enfoca as localidades componentes do 1º Distrito.

Quadro 3 - Localidades componentes do 1º Distrito, Canguçu - RS

<b>Localidades</b>	Alto da Pedreira, Canguçu Velho, Chacrinha, Coxilha dos Campos, Coxilha dos Cavalheiros, Coxilha dos Cunhas, Coxilha dos Silveiras, Coxilha do Sobradinho, Encruzilhada dos Grilos, Fávila, Glória, Lacerda, Passo da Olaria, Passo da Barra, Passo dos Oliveiras, Passo do Valadão, Passo do Vime, Posto Branco, Remanso, Rincão dos Maias, Santa Clara, Sanga Funda, Solidez, Três Pontes
<b>Total</b>	<b>24</b>

Fonte: Secretaria Municipal de Planejamento, Meio Ambiente e Urbanismo, 2013 (Organização do autor)

O Primeiro Distrito possui a população rural de 11.479 habitantes combinada com a diversidade produtiva. Esse também é o distrito que tem as localidades com a melhor infraestrutura em aspectos como escolas, postos de saúde, transporte regular/escolar e estradas em condições de trafegabilidade. Em seu aspecto populacional é possível evidenciar a diversidade de povoamento, refletindo o mosaico que constitui o município (portugueses, negros, pomeranos e italianos).

A intensificação do mercado da construção civil possibilitou uma realidade nova, em virtude da qual muitos agricultores realizam o trajeto diário entre o meio rural e a zona urbana. São produtores rurais que trabalham nas construções em andamento, mas que ao final do dia desenvolvem atividades como plantio de hortas e trato dos animais domésticos, caracterizando-se *a priori* como pluriativos<sup>14</sup>.

Estes produtores pluriativos, são aqueles que após a jornada de trabalho no meio urbano, basicamente nos meses de verão (dezembro, janeiro e fevereiro, em especial) dedicam-se ao plantio de feijão, milho, abobora, e outras variedades agrícolas que são consumidas pelo grupo familiar e raramente vendem o excedente.

<sup>14</sup> Como fenômeno social e econômico presente na estrutura agrária de regiões e países, pode-se definir a pluriatividade como um fenômeno através do qual membros das famílias que habitam no meio rural optam pelo exercício de diferentes atividades ou, mais rigorosamente, pelo exercício de atividades não-agrícolas, mantendo a moradia no campo e uma ligação, inclusive produtiva, com a agricultura e a vida no espaço rural (SCHNEIDER, 2003, p. 112).

Já o Segundo Distrito, como estipula a norma legal, tem as seguintes delimitações: a) Norte - Rio Camaquã; b) Sul - 1º Distrito, estrada Canguçu-Passo da Guarda, estrada para Amaral Ferrador e município de Pelotas; c) Leste - São Lourenço do Sul e d) Oeste - 3º Distrito pelo Arroio Pantanoso. O Segundo Distrito é composto por 13 localidades e possui notável colonização pomerana, e um dos destaques é a presença das unidades familiares de produção com especialização em cultivo do fumo e importante produção leiteira, na chamada encosta da Serra do Sudeste. É perceptível nesse distrito a diversidade de produção, fumo, leite, soja e milho, onde se identificam as características da agricultura familiar. O quadro 4, mostra as localidades que formam o 2º Distrito.

Quadro 4 - Localidades componentes do 2º Distrito, Canguçu - RS

<b>Localidades</b>	Alto Grande, Arroio das Pedras, Chácara dos Bugres, Estância da Figueira, Florida, Herval, Iguatemi, Pantanoso, Passo das Capoeiras, Potreiro Grande, Nova Gonçalves, Santa Bárbara, Vila Vinke
<b>Total</b>	<b>13</b>

Fonte: Secretaria Municipal de Planejamento, Meio Ambiente e Urbanismo, 2013 (Organização do autor)

Merecem referência as localidades de Nova Gonçalves, Iguatemi e Herval, que concentram boa parte da produção do distrito. O total populacional do distrito perfaz 8.623 habitantes, sendo necessário destacar que todos residem no meio rural. O cultivo do fumo é uma constante ao longo da paisagem<sup>15</sup>. Um dos aspectos a ser salientados é a presença de uma combinação leite/fumo, que predomina em muitas unidades familiares de produção. Ainda é possível perceber que esse é um dos distritos com boa infraestrutura em escolas, serviços de transportes e estradas.

<sup>15</sup> A ideia de paisagem está presente desde a antiguidade, principalmente na pintura e na arte. A incorporação desse conceito nos estudos acadêmicos é uma criação da modernidade. Sendo assim, 'paisagem' é um termo impreciso e, por isso mesmo, cômodo, que utilizamos ao bel-prazer, utilizando um qualificativo que precisa seu sentido. Para as pessoas em geral, o termo 'paisagem' sugere duas maneiras distintas de ser entendido: a de visão objetiva e a de representação [...]. Na geografia a paisagem pode ser concebida como um conjunto de formas que caracterizam um determinado setor da superfície terrestre. Os geógrafos analisam os elementos que compõem a paisagem em função de sua forma e magnitude e propõem a classificação (FONTOURA e VERDUM, 2009).

O 3º Distrito, por sua vez, conforme a determinação legal possui as seguintes delimitações: a) Norte - Rio Camaquã; b) Sul - RS 265, Canguçu-Piratini; c) Leste - 2º distrito-Arroio Pantanoso e d) Oeste - município de Piratini. O Terceiro Distrito é o maior em extensão territorial, com carências em diferentes áreas em especial nas estradas, mas conta com núcleos de povoamento relativamente densos como a localidade do Faxinal, onde predominam as unidades familiares de produção e, contraditoriamente, localidades fracamente povoadas, como Passo do Marinheiro, Vau dos Prestes, Coxilha dos Ventos e Santo Antônio, entre outras. A regra geral é a existência de estâncias de gado bovino, com baixo investimento em tecnologia. O quadro 5, mostra por sua vez as localidades componentes do 3º Distrito.

Quadro 5 - Localidades componentes do 3º distrito, Canguçu - RS

<b>Localidades</b>	Badeco, Boa Vista, Cerro do Graxaim, Coxilha do Fogo, Coxilha do Lajeado, Coxilha dos Pereiras, Coxilha da Tuna, Coxilha do Vento, Cruz de Pedra, Faxinal, Paraíso, Passo do Canto, Passo dos Goulartes, Passo do Marinheiro, Pedra das Mentiras, Rincão do Progresso, Rincão dos Rossales, Santo Antônio, Vau dos Prestes, Venda da Lagoa, Vila Silva
<b>Total</b>	<b>21</b>

Fonte: Secretaria Municipal de Planejamento, Meio Ambiente e Urbanismo, 2013 (Organização do autor)

Ponto marcante nesse distrito é a constatação dos efeitos intensos do êxodo rural, todavia mesmo assim ali residiam 5.889 pessoas em 2010. São diversas casas abandonadas mostrando um cenário onde muitas pessoas migraram pela falta de oportunidades. Nesse distrito, nas proximidades com o rio Camaquã, as tradicionais áreas destinadas à pecuária foram absorvidas pelo florestamento de pinus e pela plantação de soja. Aqui, claramente, a pecuária dá espaço para atividades que teoricamente geram maior aporte de capital. Porém, essas atividades são desenvolvidas por empresas de grande porte, fundamentalmente com o pinus.

Sobre o Quarto Distrito, pode-se dizer que foi um dos mais povoados até por volta de 1970, entretanto na atualidade conta com 4.325 habitantes. Localidades como a Coxilha dos Piegas eram as catalisadoras e centralizadoras do outrora dinâmico distrito. Com os efeitos do êxodo rural que se intensificou nas décadas posteriores aos anos 70 do século XX, culminou inclusive o cenário de inúmeras residências abandonadas, muitas recentemente, como nas localidades Coxilha das Flores e Rincão dos Marques.

Conforme determinação legal o Quarto Distrito possui as seguintes delimitações: a) Norte - Sanga Funda, Passo dos Oliveiras e Arroio Remanso; b) Sul - município de Cerrito; c) Leste - Município de Morro Redondo e d) Oeste - Piratini pelo Arroio Maria Antônia. O Quarto Distrito é formado por 20 localidades e tinha uma população rural no ano de 2010 da ordem de 4.325 habitantes. O quadro 6 destaca as localidades que compõem o 4º Distrito.

Quadro 6 - Localidades componentes do 4º Distrito, Canguçu - RS

<b>Localidades</b>	Coxilha das Flores, Coxilha dos Piegas, Coxilha das Três Pedras, Fortaleza, Passo da Areia, Passo da Canoa, Passo da Mangueira, Passo da Maria Antônia, Passo da Tapera, Passo do Floriano, Passo do Lajeado, Passo do Lourenço, Passo do Machado, Passo do Rosa, Passo do Salso, Passo do Saraiva, Passo do Tenente, Rincão dos Marques, Rincão dos Melões, Trapeira
<b>Total</b>	<b>20</b>

Fonte: Secretaria Municipal de Planejamento, Meio Ambiente e Urbanismo, 2013 (Organização do autor)

Nesse distrito, embora exista a produção de fumo, ela é pouco significativa e a agricultura, como na localidade da Trapeira, que pode ser chamada de familiar, vem sofrendo transformações. Exemplo significativo é o dos tradicionais produtores de batata, que desistiram desse cultivo agrícola e passaram a dedicar-se à soja. Já nas proximidades das divisas com Piratini e Cerrito, a pecuária tradicional, seja com a criação de bovinos ou ovinos, perde importância, em especial para o cultivo da soja.

Observam-se as péssimas condições das estradas, a carência de escolas e de postos de saúde, enfim, uma realidade complexa, resultando que muitas pessoas em conversas informais manifestam desejo de migrarem para outros lugares, em busca de um futuro que lhes aponte outras perspectivas. É o distrito em que houve a maior migração campo/cidade nos últimos 40 anos, com visualização de elevado número de taperas. Também se percebe a existência de atividades econômicas pouco dinâmicas, estruturadas no binômio soja-gado, sendo que as criações existentes possuem baixo emprego de técnicas produtivas, caracterizadas pelo escasso aprimoramento genético.

É perceptível a existência de um elevado número de idosos, sendo que os jovens em sua maioria migraram para outros lugares (municípios de Canguçu, Pelotas, Rio Grande etc.). Esses fatos no futuro terão consequências de difícil solução, pois a população economicamente ativa migra em busca da concretização de suas esperanças por uma vida melhor.

Já o Quinto Distrito conforme a determinação legal é delimitado como segue: a) Norte - Rio Camaquã; b) Sul - 2º Distrito pela estrada do Iguatemi à Colônia Palma; c) Leste - São Lourenço do Sul e Cristal e d) Oeste - 2º Distrito pelo Arroio das Pedras. O Quinto Distrito é um caso peculiar, historicamente representado pelas grandes propriedades nas proximidades do rio Camaquã, contrapondo-se ao predomínio das unidades familiares de produção que caracteriza parte do município. As 14 localidades que compõem esse distrito são evidenciadas pelo Quadro 7.

Quadro 7 - Localidades componentes do 5º Distrito, Canguçu - RS

<b>Localidades</b>	Alto Alegre, Alto da Bela Vista, Alto Bonito, Alto da Cruz, Armada, Arroio das Pedras, Carajá, Cerro das Velhas, Cerro Pelado, Colônia Palma, Cordilheira, Costa do Sapato, Passo do Guarda, Sucessão Moreira.
<b>Total</b>	<b>14</b>

Fonte: Secretaria Municipal de Planejamento, Meio Ambiente e Urbanismo, 2013 (Organização do autor)

O que se percebe nesse distrito é o predomínio das propriedades usadas para a produção de gado bovino, mas nos últimos 10 anos ocorre o avanço do cultivo de soja. Identifica-se a falta de infraestrutura básica, com escolas que têm dificuldades em completar seus quadros profissionais, postos de saúde que possuem restritos horários de atendimento e estradas em péssimo estado de conservação. Recentemente, com o Programa Mais Médicos, do governo federal o posto de saúde da localidade da Armada recebeu um médico cubano que presta atendimento de qualidade, segundo os moradores locais.

Mesmo com todo esse quadro de falta de infraestrutura, foram colocados assentamentos em localidades como Colônia Palma e Armada, que enfrentam dificuldades para produzir e escoar a produção, dada a distância que os separa da área urbana de Canguçu. Nesse distrito nos últimos anos tem havido certa estabilização do número de habitantes; atualmente lá residem 3.249 pessoas. Ressalte-se que a prefeitura municipal não cumpre sua parte em assegurar o mínimo necessário para essas comunidades, mostrando um cenário que à primeira vista não é nada animador.

O Quarto e Quinto Distritos de fato são os menos povoados e é onde se percebe o avanço do cultivo da soja sobre as áreas tradicionalmente usadas pela pecuária. No Quinto Distrito, onde existia o consórcio gado-arroz, em especial nas terras planas ao longo do Rio Camaquã, o quadro modifica-se com a substituição pela soja, mas também com a ampliação da base florestal.

Enfatiza-se que nessas áreas (4° e 5° Distritos) ocorreu de maneira significativa o êxodo rural e que se acentua nos últimos anos. É observável ao longo da paisagem<sup>16</sup> a série de residências abandonadas, algumas a menos de 10 anos. No Quarto Distrito, por exemplo, em localidades como (Passo da Maria Antonia, Coxilha das Flores, Rincão dos Marques, entre outras) próximas às divisas dos municípios de Piratini e Cerrito, houve intensa migração de jovens do meio rural para o urbano. A pecuária do Quarto Distrito foi perdendo espaço, inclusive outros cultivos agrícolas como as oliveiras estão ganhando importância, com finalidade exclusivamente comercial e operada por empresas de médio e grande porte.

---

<sup>16</sup> São as paisagens agrárias que oferecem as primeiras informações importantes para o diagnóstico. Observando-as podem-se obter, mais do que por meio dos documentos existentes, informações indispensáveis sobre as diversas formas de exploração e de manejo do meio ambiente e sobre as práticas agrícolas e suas condições ecológicas [...] (GARCIA FILHO, 1997).

Acrescenta-se que nesses distritos (4° e 5°) as carências em infraestrutura no que tange as escolas, postos de saúde, estradas e transporte são elementos que comprometem a permanência do homem no campo. As famílias que possuem condições econômicas propiciam que seus filhos estudem em outras cidades e eles dificilmente retornam para os locais de origem. Ao observar-se a realidade *in loco*, verificam-se algumas das razões que levaram milhares de canguçuenses a abandonar o meio rural. São localidades com carências em temas básicos como saúde, educação e transporte, entre outros, e que comprometem a aludida permanência do homem no campo.

Uma das demonstrações das dificuldades enfrentadas pelas populações dessas localidades distantes pode ser descrita e identificada nas localidades do Passo do Lourenço e Rincão dos Cravos. Nesses lugares existem postos de saúde, mas eles não possuem estrutura. A prefeitura, gestora da saúde municipal, alega as dificuldades de conseguir médicos, profissionais que não se dispõem sequer a se deslocar para esses lugares. Sempre que a população necessita, tem que ir até a cidade e percorrer grandes distâncias para buscar atendimento, normalmente em estradas em péssimas condições.

Outro ponto controverso e que está gerando problemas diz respeito às isenções no transporte coletivo. Sabidamente, todos maiores de 65 anos gozam de gratuidade<sup>17</sup>, o que onera a tarifa aos pagantes. Isto implica que a maioria dos usuários e pagantes em potencial utilizem outros meios de locomoção (motocicleta, automóvel etc.) em razão dos valores praticados serem incompatíveis com a realidade local.

Na licitação realizada em 2014 pela prefeitura municipal não houve empresas interessadas e as atuais operadoras já oficiaram o executivo municipal que não terão condições de ofertar o serviço. Alegam que as isenções aos maiores de 65 anos causam prejuízos, o que já levou a redução de horários em diferentes itinerários e algumas dessas empresas encontram-se na iminência de entrar em falência. Embora seja uma concessão municipal, a prefeitura não subsidia o transporte rural e tampouco teria condições de fazê-lo nas atuais circunstâncias, demonstrando que os problemas que afetam o rural são complexos e de difícil resolução.

---

<sup>17</sup> Conforme o Estatuto do Idoso em seu Art. 39 “Aos maiores de 65 (sessenta e cinco) anos fica assegurada a gratuidade dos transportes coletivos públicos urbanos e semi-urbanos, exceto nos serviços seletivos e especiais, quando prestados paralelamente aos serviços regulares”. (Estatuto do Idoso, 2003).

Outro aspecto importante é o envelhecimento e masculinização<sup>18</sup> dos habitantes do campo, com migração em especial dos jovens<sup>19</sup> para trabalhar na cidade de Canguçu ou em municípios como Pelotas e Rio Grande, com destaque para o polo naval de Rio Grande, que acabou atraindo migrantes com expectativas de conseguir trabalho nesse dinâmico setor.

De um modo geral, em nossas visitas exploratórias de campo, identificou-se, por exemplo: i) o estado de abandono das estradas vicinais; ii) escolas sem estrutura adequada; iii) transportes com pouca oferta de horários; iv) elevado número de residências abandonadas; v) pontes de madeira em péssimo estado de conservação. Como veremos adiante o cenário é complexo e, claro, não bastam os discursos fáceis e demagógicos, tão comuns em nossa classe política, que consegue a 'solução para tudo'. Espera-se a articulação de políticas que possibilitem a ampliação da cobertura telefônica, de energia elétrica, melhorias nos postos de saúde, escolas que ofereçam Ensino Médio (noturno), estradas que permitam mínimas condições de trafegabilidade, mas principalmente projetos que possibilitem a melhoria da renda do agricultor.

Tais projetos, evidentemente, devem passar pela valorização da agricultura familiar de modo que envolva a participação efetiva dos agricultores na tomada de decisões. Entretanto, dadas as condições atuais, dificilmente terão êxito em diminuir o fenômeno de esvaziamento das zonas rurais, em especial aquelas que apresentam maior distância em relação ao meio urbano. Como todo trabalho acadêmico, este deve ter um sentido comum, um objetivo pré-definido, mas especialmente um tema específico e um problema bem delimitado. Visando a dar conta dessas premissas, com base em apontamentos teórico empíricos, é que segue a discussão.

---

<sup>18</sup> O êxodo rural nas regiões de predomínio da agricultura familiar atinge hoje as populações jovens com muito mais ênfase que em momentos anteriores. Ao envelhecimento acopla-se um processo severo de masculinização da juventude. As moças deixam o campo, antes e numa proporção muito maior que os rapazes. Este 'viés de gênero' no êxodo rural não parece estar ligado a oportunidades particularmente favoráveis no mercado de trabalho urbano, mas às precariedades das perspectivas assim como ao papel subalterno que continuam a ter as moças no interior das famílias de agricultores. Diferentemente do que ocorria até o final dos anos 60, o horizonte que consistia em reproduzir quase automaticamente - em um quadro social marcado pela força dos laços comunitários - os papéis tradicionais de mãe e esposa é cada vez mais longínquo. Por outro lado, são mais escassas as possibilidades objetivas de formação de novas unidades familiares de produção. Por outro, são maiores as alternativas que dispõem as jovens naquele que foi o destino secular de seus antepassados (ABRAMOVAY *et al.*, 1992, p.15-16).

<sup>19</sup> A juventude rural é constantemente associada ao problema da migração do campo para a cidade. Contudo ficar ou sair do meio rural envolve múltiplas questões mediante as quais a categoria jovem é construída, e seus significados, disputados. A própria imagem de um jovem desinteressado pelo meio rural contribui para a invisibilidade da categoria como formadora de identidades sociais, e, portanto de demandas sociais. (CASTRO *et al.*, 2009, p.23).

## 2.2 Tema e problema

Nas palavras de Lakatos e Marconi (1985, p. 120) baseados em Asti Vera (1967, p. 97), o tema de pesquisa:

É um assunto que se deseja provar ou desenvolver. “É uma dificuldade ainda sem solução, que é mister determinar com precisão, para intentar em seguida, seu exame, avaliação crítica e solução”.

Já o problema é uma das principais vicissitudes da pesquisa de forma, que permite denotar e nortear a condução do trabalho, por isso é necessário delimitá-lo. Para Lakatos e Marconi (1985, p. 120-121):

Determinar com precisão significa enunciar um problema, isto é, determinar o objetivo central da indagação. Assim, enquanto o tema de uma pesquisa é uma proposição até certo ponto abrangente, a formulação do problema é mais específica: indica exatamente qual a dificuldade que se pretende resolver.

Portanto para Lakatos e Marconi (1985, p. 121) baseadas em Rudio (1978, p. 75) formular o problema consiste em:

Dizer de maneira explícita clara, compreensível e operacional qual a dificuldade com a qual nos deparamos e que pretendemos resolver, limitando seu campo e apresentando suas características. Dessa forma, o objetivo da formulação do problema da pesquisa é torná-lo individualizado, específico e inconfundível.

O problema consiste em “[...] um enunciado explicitado de forma clara, compreensível e operacional, cujo melhor modo de solução é uma pesquisa ou pode ser resolvido por meio de processos científicos” (LAKATOS e MARCONI, 1985, p. 120).

Tendo por base Lakatos e Marconi (Ibid., p 121), de acordo com Schrader (1974, p. 20), ao formularem propósitos para verificar a validade científica de um problema, é possível dizer que:

a) Pode ser enunciado em forma de pergunta; b) corresponde a interesses pessoais, sociais e científicos, isto é, de conteúdo e metodológicos [...] Estes interesses estão harmonizados [;] c) constitui-se o problema em questão científica, ou seja, relaciona, entre si, pelo menos dois fenômenos (fatos, variáveis) [;] d) pode ser objeto de investigação sistemática, controlada e crítica [;] e) pode ser verificado em suas consequências [.]

Almeida (1989, p. 31) explicita que “[...] a primeira preocupação na articulação do problema é a de escolher uma pergunta estratégica, isto é, aquela que satisfaça os critérios da cientificidade e viabilidade”.

Em razão da problemática em questão, a pesquisa e seu centro norteador é evidenciado pelo tópico a seguir. A aplicação de capitais no universo da agricultura familiar é um fato notório. Na fomicultura a existência dos sistemas integrados de

produção tem sido um dos fatores para a expansão da fumicultura. **Este conjunto de variáveis remete para a existência e diferenciação entre os tipos de produtores, que tipos são esses?**

### 2.3. Objetivos

A pesquisa deve ter objetivo<sup>20</sup> claro, preciso, que permita esclarecer o tema em estudo. Lakatos e Marconi (1985, p. 149) com base em Ander-Egg (1978, p. 62) salientam:

Toda pesquisa deve ter um objetivo determinado para saber o que se vai procurar e o que se pretende alcançar. Deve partir [...] de um objetivo limitado e claramente definido, sejam estudos formulativos, descritivos ou de verificação de hipóteses.

Lakatos e Marconi (1985) destacam que na visão de Ackoff (1975, p. 27) “[...] o objetivo da ciência não é somente aumentar o conhecimento, mas o de aumentar as nossas possibilidades de continuar aumentando o conhecimento”.

#### 2.3.1 Objetivo Geral

Constituir a tipologia dos produtores de fumo no 1º e 2º Distritos do município de Canguçu.

#### 2.3.2 Objetivos Específicos

1º Estabelecer um diagnóstico<sup>21</sup> da complexa relação que envolve a expansão e consolidação da fumicultura, enfatizando o universo dos produtores familiares;

---

<sup>20</sup> A primeira tarefa ao se iniciar um diagnóstico é definir, de maneira mais concreta e precisa possível, os objetivos do trabalho. Cabe, em virtude desses objetivos, definir claramente o objeto do estudo, ou seja, o universo social e geográfico com o qual se deseja trabalhar. [...] existe algum sistema de produção ou algum aspecto da realidade que se deseja particularmente enfatizar? Qual a delimitação de área do estudo: uma grande região, uma pequena região, um município, um distrito, um assentamento ou ecossistema (GARCIA FILHO, 1997).

<sup>21</sup> O desenvolvimento rural é, em primeiro lugar, um encadeamento de transformações técnicas, ecológicas, econômicas e sociais. Convém entender a sua dinâmica e as suas contribuições presentes para prever tendências futuras. [...] O diagnóstico dos sistemas agrários não é um fim em si mesmo, mas uma ferramenta. Seu principal objetivo é contribuir para linhas estratégicas do desenvolvimento rural, isto é, para a definição de políticas públicas, de programas de ação e de projetos [...]. O diagnóstico deve trazer respostas a perguntas importantes tais como: quais são as práticas técnicas e sociais e econômicas dos agricultores e os seus sistemas de produção; quais são as razões que explicam a existência dessas práticas; quais são as principais tendências de evolução; quais são os principais fatores que condicionam essa evolução; quais são os principais problemas que vêm enfrentando; como se pode contribuir para superar

2° Verificar se a fumicultura como atividade econômica possibilita a ampliação e a melhoria de renda do produtor;

3° Identificar as razões que levam à concentração da produção de fumo em áreas específicas do município, basicamente o 1° e 2° Distritos.

### 2.3.3 Hipóteses

Almeida (1989) aponta que a hipótese é a pedra angular da investigação científica. Enquanto o problema traduz o estado de perplexidade do espírito diante de situação sentida como dificuldade (teórica ou prática), para a qual não se dispõe, agora, de uma resposta, a hipótese oferece uma explicação provável do problema, é um palpite que orienta o pesquisador através de um conjunto não-organizado de fatos que parecem relevantes para o estudo do problema.

Almeida (Ibid.) esclarece que a hipótese deve ser formulada de tal maneira que a mesma seja concisa e abrangente. Entre suas características deve-se destacar: a) conceitualmente clara; b) concisa e não muito geral; c) destituída de conteúdo emocional; d) consistente com os objetivos da pesquisa; e) verificável e f) formulada de maneira simples, construindo-se a frase com palavras de fácil compreensão.

Assim, as hipóteses<sup>22</sup> do presente estudo são as seguintes:

- a) A existência dos sistemas integrados de produção é o principal condicionante para a diferenciação de produtores.
- b) A integração produtor-indústria é o ponto central que permite a consolidação do volume de tabaco produzido;
- c) O atual modelo de integração exige do produtor maior contato com a cidade (assinatura de contratos, conta bancária, compra de insumos etc.), estreitando a relação cidade-campo;

---

esses problemas; quais seriam os sistemas de produção e os tipos de produtores adequados à sociedade? (GARCIA FILHO, 1997).

<sup>22</sup> A lo largo del diagnóstico agrário, es importante formular hipótesis. Trabajar con hipótesis permite enmarcar la etapa de la recolección de datos, y limitarla a la información realmente necesaria para realizar el diagnóstico, cuyo fin es la formulación o readecuación de un proyecto o de acciones de desarrollo. Para Mondain-Monval (1995) as hipóteses se deben construir a partir del razonamiento, alimentarlas y corregirlas permanentemente confrontándolas a los hechos (APPOLLIN e EBERHART, 1999).

- d) Na atualidade, o alto valor comercial do fumo torna pouco atrativo o cultivo de outras variedades agrícolas.

A importância do universo de análise está na realidade dos agricultores familiares, pois sabidamente a produção de tabaco em Canguçu desenvolve-se nas unidades familiares de produção. São as transformações da agricultura familiar, categoria de análise que ganha corpo nas últimas décadas, o foco de interesse do presente estudo.

Para adentrar ao universo de análise que compreende as unidades familiares de produção, é importante buscar subsídios na categoria de análise agricultura familiar. É importante, portanto, mencionar as origens do termo, suas particularidades e desdobramentos. É relevante traçar a trajetória do conceito agricultura familiar em países do chamado capitalismo avançado (Estados Unidos da América, Inglaterra e Canadá) entre outros. Navarro (2010) afirma que a agricultura familiar apresenta uma trajetória que pode ser conformada em duas histórias interpretativas distintas e principais, ambas se concretizando no período contemporâneo. Uma é a norte-americana e apresentou grande desenvoltura analítica entre os anos 1950 e meados dos anos 1980.

A outra é a via europeia, no continente onde a produção agrícola sob gestão familiar recebeu o interesse dos cientistas sociais antes mesmo de a expressão agricultura familiar ser usada com frequência, o que somente ocorreu em um período recente, ou seja, ao final dos anos 80 do século passado. Embora seja denominada via europeia, foram esforços de pesquisa que se concentraram em alguns países, notadamente Alemanha, Inglaterra e França.

No Brasil o termo agricultura familiar data da década de 90 do século passado e que ganhou corpo, nas discussões políticas e acadêmicas, como conceito com aplicabilidade nas políticas públicas. Ocorreu a legitimação de uma discussão acadêmica e no meio político institucional brasileiro. A variedade de termos para definir esse universo que compreende o espectro familiar da agricultura era impreciso e vago (colonos, pequenos produtores, lavradores, agricultores de subsistência, camponeses etc.) e foi englobada pelo termo agricultura familiar.

Navarro (2010), ao reportar-se à discussão acadêmica que envolve agricultura familiar, diz que o interesse pelo tema diretamente se correlaciona com uma história empírica prévia e esta necessariamente se associa à afirmação incontestável da chamada agricultura moderna, especialmente a partir da década de 1940. No período compreendido entre aqueles anos e o final da década de 70, o padrão moderno se consolidou, começando pelos Estados Unidos e depois, já nos anos 50, redefinindo o desenvolvimento agrário em países europeus e posteriormente em outros como o Brasil.

A agricultura familiar, o campesinato, as unidades familiares de produção, a pequena produção, a agricultura de subsistência e a inserção do mundo rural na economia contemporânea remetem para discursos e discussões complexas, ao mesmo tempo instigantes. Há várias possibilidades de abordagens entre aquelas que admitem ser o campo um elemento sensível às relações capitalistas de produção e por isto dinâmico, mas alguns estudiosos da questão, saudosistas, creem que as mudanças que ocorrem no campo são apenas reflexos das dinâmicas internas do campesinato.

Ancorados em diferentes estudiosos, procuramos dar conta das dinâmicas que se processam no campo, especialmente aquelas que nos últimos anos intensificam-se a partir das relações capitalistas de produção. Nesse contexto, enfocaremos a trajetória da agricultura familiar no Brasil e no mundo e embasando a dicotomia agricultura familiar x campesinato. O próximo capítulo dá conta dessa situação pontual, principalmente para demonstrar a superação dessa disputa e apontar os caminhos norteadores da discussão.

### **3. A dicotomia agricultura familiar x campesinato: postulados teóricos**

Neste capítulo mostra-se a evolução do conceito de campesinato no mundo e no Brasil como construções coletivas que não possuem uma única origem. Em diferentes momentos e países procurou-se salientar a questão do campesinato, onde pioneiros como Lênin contribuíram para a evolução de tema tão complexo. Foram os russos, alemães e franceses, principalmente, que elaboraram o arcabouço teórico que procurava entender o campesinato e aportaram subsídios relevantes um tema ainda inconcluso e por si só gerador de enormes divergências.

Já quando se trata da agricultura integrada aos complexos industriais e o domínio das corporações no setor da produção agrícola, tem-se que ressaltar a tradição estadunidense, uma vez que ali a atuação das grandes corporações não permitiu o surgimento do campesinato tradicional. Foi no espaço estadunidense que surgiram a agricultura empresarial e o processo de predomínio das grandes corporações, que posteriormente iriam estender sua influência pelo mundo.

Por sua vez, o caso brasileiro é bastante peculiar pois, embora tenha existido um campesinato chamativo, foi um setor relegado ao plano secundário das políticas públicas. Essa ausência de políticas públicas culminou inclusive com o esvaziamento populacional de extensas áreas rurais, fato que se deu especialmente a partir dos anos 50 do século passado. Para dar conta, dessas especificidades, é que segue a discussão proposta.

Navarro (2010), ao aportar subsídios à discussão sobre o campesinato, por sua vez agrega que camponeses<sup>23</sup>, em consequência, são parte de coletivos sociais

---

<sup>23</sup> As palavras camponês e campesinato são das mais recentes no vocabulário brasileiro, aí chegadas pelo caminho da importação política. Introduzidas em definitivo pelas esquerdas há pouco mais de duas décadas, procuraram dar conta das lutas dos trabalhadores do campo, que irromperam em vários pontos do país nos anos cinquenta. Antes disso, um trabalhador parecido, que na Europa e em outros países da América Latina é classificado como camponês, tinha aqui denominações próprias, específicas até em cada região. Famoso tornou-se o caipira, palavra provavelmente de origem indígena, usada para designar o camponês das regiões de São Paulo, Minas Gerais, de Goiás, do Paraná e do Mato Grosso do Sul. No litoral paulista, esse mesmo trabalhador é denominado caiçara. No nordeste do país, chamam-no de tabaréu. Noutras partes é conhecido como caboclo, palavra muito difundida que quer dizer diferentes coisas em diferentes épocas e em diferentes lugares: em São Paulo do século XVII era designação depreciativa pela qual se nomeavam os mestiços de índios e brancos; no norte e centro-oeste do país é a

encontrados frequentemente apenas na gênese de processos econômicos que posteriormente constituíram sociedades capitalistas. Uma vez, contudo, que a lógica desse regime econômico-social tenha se imposto mais vigorosamente, com o passar do tempo, e sua sociabilidade se torne dominante, os camponeses encontram dois caminhos. Ou são gradualmente integrados, radicalmente alterando os seus sistemas de produção sob os ditames da agricultura moderna e, em especial, desenvolvendo uma nova racionalidade e formas de ação social, ou engrossam as correntes migratórias e deixam o campo (NAVARRO, *Ibid.*).

Quanto destaca as relações de produção no campo, Oliveira (1986) atenta para:

[...] o fato de que a força de trabalho familiar tem um papel muito significativo e vem aumentando numericamente de modo expressivo. Para exemplificar esse fato, basta lembrarmos o caso brasileiro, em que ela representa mais de 80% da força de trabalho empregada na indústria. (p. 6)

A diversidade de abordagens que enfocam o universo da agricultura é ampla, com diferentes correntes teóricas e concepções dos processos que ocorrem no campo, especialmente aqueles que evidentemente tratam das dinâmicas do capitalismo e das relações de produção. As abordagens são dinâmicas, daí as correntes teóricas possuem em seu próprio universo algumas divergências. Oliveira (*Ibid.*) explica:

Procurando entender essas e outras informações que o campo vem sofrendo, surgem inúmeras correntes de interpretação dessas realidades. De uma maneira geral, poderíamos dizer que todos os estudiosos da questão agrária concordam, tanto para o campo como para a cidade, com o processo de generalização progressiva por todos os ramos e setores da produção, o assalariamento, relação de produção específica do modo capitalista de produção. (p.6)

Feliciano (2006, p.21) com base em Oliveira (1995), ao estudar as correntes teóricas dominantes no universo da agricultura<sup>24</sup> brasileira, especialmente as que

---

palavra empregada para distinguir o pagão do cristão, sendo nome que se dá ao índio, mesmo em contato com o branco; em várias regiões é palavra que designa o homem do campo, o trabalhador. São palavras que desde tempos remotos têm duplo sentido. Referem-se aos que vivem lá longe, no campo, fora das povoações e das cidades, e que, por isso, são também rústicos, atrasados ou ingênuos, inacessíveis. Tem também o sentido de tonto, tolo. Às vezes querem dizer também preguiçoso, que não gosta do trabalho. No conjunto são palavras depreciativas, ofensivas. Isso talvez explique porque essas palavras foram desaparecendo do vocabulário cotidiano, encontrando o último refúgio nos dicionários folcloristas. É significativo que a progressiva inutilidade dessas palavras tenha correspondido aproximadamente ao crescimento das lutas camponesas e à entrada da situação do campesinato no debate nacional (MARTINS, 1995, p 21-22).

<sup>24</sup> Estamos entendendo aqui agricultura como o conjunto de atividades, relativas aos cultivos e aos sistemas criatórios, presentes no campo, conforme se convencionou nos estudos de Geografia da Agricultura. José Alexandre Felizola Diniz (1984), em seu livro *Geografia da Agricultura*, discute várias concepções que partilham da ideia de que agricultura é muito mais do que a prática de cultivos, envolvendo também a criação de animais. Conforme René Dumont (*apud* DINIZ, 1984, p.20) “[...] a agricultura pode ser definida como a transformação do meio rural feita pelo homem”. Já segundo Erich

envolvem a dicotomia agricultura familiar e campesinato, destaca que o avanço das relações capitalistas de produção na agricultura é algo incontestado, especialmente no universo da agricultura familiar, tomada aqui como categoria de análise consolidada. Ele destaca que as principais correntes teóricas que permeiam o debate sobre o modo capitalista de produção e a agricultura brasileira são: a) *a teoria clássica* que defende uma generalização inevitável das relações capitalistas do campo, sendo que em um determinado momento há uma divergência com relação aos caminhos dessa generalização; b) *a tese sobre a existência das relações feudais* de produção na agricultura e c) uma *terceira corrente* que tem como princípio o entendimento da criação e recriação do campesinato e do latifúndio no campo brasileiro.

Segue o entendimento de Feliciano (2006, p. 21 e 22), com base em Oliveira (1995), que menciona o seguinte a respeito da teoria clássica:

[...] entende que há uma generalização das relações capitalistas no campo brasileiro. Porém, segundo a mesma tese, “há uma divergência com relação ao processo para se chegar definitivamente à total inserção do trabalho assalariado. Alguns estudiosos acreditam que esse caminho dar-se-ia pela destruição do campesinato por meio de um processo denominado de diferenciação interna”.

Feliciano (2006) com base em Oliveira (1995) aponta que, na concepção desses teóricos, cada vez que o camponês se insere e mantém relações com o mercado capitalista, ele se descaracteriza e perde seu referencial, que no limite acabaria por suprir sua produção natural. Essa inserção das relações capitalistas aconteceria principalmente pelos empréstimos e pelas altas taxas de juros, além do acesso e da dependência a mecanização, insumos, agrotóxicos, etc. Em seu ápice chegaremos ao seguinte cenário, por meio de duas classes sociais distintas: “[...] os camponeses ricos, que seriam os pequenos capitalistas rurais, e os camponeses pobres, que se tornariam trabalhadores assalariados, proletarizar-se-iam.”

Nas palavras de Oliveira (1986) a generalização das relações capitalistas de produção no âmbito da teoria clássica se dá por duas formas, como segue:

Uma seria produto da destruição do campesinato ou do pequeno produtor familiar da subsistência, através de um processo de diferenciação interna provocada pelas contradições típicas de sua inserção no mercado capitalista. [...] O outro caminho seria dado pelo processo de modernização do latifúndio, via introdução no processo produtivo de máquinas e insumos

---

Zimmermann (*apud* DINIZ, 1984, p. 20), “[...] o termo agricultura abarca os esforços produtivos, mediante os quais o homem sedentário trata de aproveitar e, se possível, melhorar e acelerar o ciclo vegetativo natural das plantas e animais, a fim de obter produtos vegetais e animais necessários ao homem ou desejados por ele” (SUZUKI, 2009, p. 241).

modernos, o que permitiria a esses latifúndios evoluir para empresas rurais capitalistas. (p. 7)

Feliciano (2006) com base em Oliveira (1995) evidencia que outro ponto interessante e chamativo é o entendimento nessa corrente de que “[...] a inserção das relações capitalistas no campo aconteceria por meio de um processo denominado modernização do latifúndio (compreendido por alguns estudiosos como 'modernização conservadora', 'junkerização', aqui remetendo para o termo alemão)”.

Nessa perspectiva Feliciano (2006) agrega com base em Oliveira (1995, p.22):

Com a introdução de máquinas cada vez mais potentes, com os insumos mais eficientes e, atualmente, os melhoramentos genéticos, plantios transgênicos, entre outros, os grandes latifúndios evoluíram em direção às grandes empresas rurais capitalistas. O papel que caberia aos camponeses nesse contexto seria vender sua força de trabalho para essas empresas e também para os camponeses ricos (pequenos capitalistas), que estariam unificando seus interesses [...].

Feliciano (2006) com base em Oliveira (1995) esclarece que, todavia, há uma segunda linha de pensamento que advoga a permanência das relações feudais de produção na agricultura:

[...] aponta o campesinato e o latifúndio como indício da permanência e fundamento dessa interpretação. A total 'penetração' do capitalismo no campo ocorre “a partir do rompimento com as estruturas políticas tradicionais de dominação”. Esse processo aconteceria nas seguintes etapas: 1) a transformação do camponês em produtor individual, em que perderia todos os vínculos com o modelo tradicional vivido anteriormente; 2) maior inserção do mercado, forçando-o a procurar instrumentos que antes eram fabricados domesticamente (separação industrial rural e agricultura); 3) como produtor individual 'livre' das amarras do modelo arcaico e atrasado, esse camponês estaria totalmente inserido e dependente do mercado, a tal ponto que se endivida e paga altos preços por empréstimos para saldar dívidas. (OLIVEIRA, 1995, p 23- 24)

O que os teóricos dessa corrente não dizem e de fato não querem compreender é que a existência de setores como o latifúndio<sup>25</sup>, por excelência improdutivo, é em alguns

---

<sup>25</sup> As palavras camponês e latifundiário são palavras políticas, que procuram expressar as unidades das respectivas situações de classe e, sobretudo, que procuram dar unidade às lutas dos camponeses. Não são, portanto, meras palavras. Estão enraizadas numa concepção da história das lutas políticas e dos confrontos entre as classes sociais. Nesse plano, a palavra camponês não designa apenas o seu novo nome, mas também o seu lugar social, não apenas no espaço geográfico, no campo em contraposição à povoação ou cidade, mas na estrutura da sociedade; por isso, não é apenas um novo nome, mas pretende também a designação de um destino histórico. Uma coisa, porém, é esse destino. Outra coisa é a concepção desse destino. O transplante da concepção de camponês de outras realidades históricas, particularmente da realidade russa dos fins do século XIX e do começo do século XX, para enquadrar e explicar a situação e as lutas no meio rural brasileiro, destes tempos recentes, é procedimento que apresenta suas dificuldades. O destino do camponês brasileiro passa a ser concebido através de entendimento estrangeiro de destino camponês (como estranha a própria palavra nova que o designa) e que não corresponde a sua realidade, às contradições que vive, ao destino real que nasce de fato dessas contradições e não da imaginação política. Caio Prado Júnior questionou em tempo o caráter metodologicamente insustentável dessa transposição mecânica. No seu entender, não tivemos nem temos

casos mera reserva de mercado para a especulação imobiliária e que a permanência de setores como o campesinato é uma situação que tende a desaparecer, senão por completo, em sua quase totalidade.

Oliveira (1986) pontua que:

Essa corrente parte do princípio de que há uma penetração das relações capitalistas no campo. De certo modo crêem esses autores que há uma dualidade em jogo: um setor urbano industrial capitalista nas cidades e um setor feudal, semifeudal pré-capitalista atrasado no campo. Esses autores entendem que a penetração das relações capitalistas no campo ocorre a partir do rompimento das estruturas que garantem a coerção extra-econômica, particularmente a partir do rompimento com as estruturas políticas de dominação. (p. 9)

A existência de camponeses que não estão inseridos no mercado se dá em muitas vezes, pelo fato destes viverem em locais isolados e de difícil acesso, o que dificulta a comercialização dos produtos oriundos dessas propriedades. Na verdade são esses lugares que apresentam os maiores índices de êxodo rural, especialmente das populações jovens. A existência de lugares ermos, distantes ou desprovidos de infraestrutura condiciona os produtores ao isolamento. Pode-se falar aqui em camponeses por falta de oportunidades, uma vez que dificilmente conseguiriam colocar seus produtos no mercado. Isso implica que haja a intensificação do êxodo rural, sem que se possa falar em avanço do agronegócio, é uma migração campo-cidade por falta de opções de vida.

Feliciano (2006) com base em Oliveira (1995) menciona que:

[...] a terceira corrente de interpretação sobre o desenvolvimento capitalista na agricultura entende que há um crescimento tanto do campesinato como do latifúndio, pois parte do pressuposto de que o próprio capital cria e recria suas relações especificamente não-capitalistas de produção. Nas palavras de Oliveira (1995) “o processo contraditório de reprodução ampliada do capital, além de redefinir as antigas relações de produção, subordinando-as à sua reprodução engendra relações não-capitalistas, igual e contraditoriamente necessárias a sua reprodução”. O desenvolvimento contraditório e combinado no campo é fator intrínseco ao processo capitalista. Diferentemente do que ocorre nas indústrias e nas cidades, onde ocorreu à sujeição formal e real do trabalho ao capital, no campo ocorre a sujeição da renda ao capital e é por esse fenômeno que se explica o processo de expansão do capitalismo no campo. (p.24)

O capital de acordo com aspectos conjunturais e necessidades estruturais inventa e reinventa as relações não-capitalistas de produção. Recria o latifúndio e o campesinato ao mesmo tempo. Embora o objetivo não seja o de questionar as correntes teóricas, é

---

no Brasil nada que se pareça ao camponês dessas concepções políticas. Tal camponês seria personagem de um estrutura feudal ou dos restos do feudalismo, o que no entender daquele autor não tem cabimento (MARTINS, 1995, p 21-22).

necessário acrescentar que a existência, por exemplo, de assentamentos da reforma agrária não significa que estes deixem de possuir inserção nas relações capitalistas de produção; ao contrário, são aqueles assentamentos que possuem estreita relação com o mercado que possuem solução de continuidade.

Nas palavras de Feliciano (2006) com base em Oliveira (1995)

Uma discussão que atualmente aquece os debates dos estudiosos da questão agrária, tanto no meio acadêmico, como no meio político, ou de ambos simultaneamente, remete-se à interpretação de duas visões de mundo diferenciadas: a agricultura familiar versus a agricultura camponesa. (p. 26)

Os estudos referentes à conceituação da agricultura familiar tem basicamente a finalidade teórico-metodológica e política de desencadear um desenvolvimento linear do modo de produção na agricultura camponesa, o qual é compreendido como um estágio para a formação da agricultura familiar. Acreditamos que a existência do campesinato é um resquício do passado no campo. Os estudos dignos de uma metodologia adequada apontam inexoravelmente para um mesmo fim, ou o chamado camponês transforma-se em agricultor familiar ou migra para a cidade.

Grave é legitimar a discussão que o camponês, é avesso à modernização<sup>26</sup> e, por isso mesmo, deve-se evitar entender a situação a partir da enorme exclusão que sofrem essas populações. Isso só consolida o que já se sabe, ou seja, os constantes aumentos do êxodo rural, pois o homem do campo, especialmente o mais pobre, se vê na contingência de não possuir sequer condições de prover o sustento de sua família e frente a essa situação acaba ocorrendo o inevitável êxodo rural.

Lênin, na obra '*O desenvolvimento do capitalismo na Rússia: o processo de formação do mercado interno para a grande indústria*' (1985), fornece bons subsídios para entender a chamada desintegração do campesinato.

O conjunto das contradições existentes no interior do campesinato constitui o que denominamos desintegração do campesinato. Empregando a palavra descamponização, os próprios camponeses fornecem uma definição extremamente precisa e relevante desse processo, que redundará na destruição radical do antigo campesinato patriarcal e na criação de novos tipos de população rural. (LENIN, 1985, p. 113)

---

<sup>26</sup> Modernização é um termo usado habitualmente na sociologia do desenvolvimento para indicar os efeitos do desenvolvimento econômico sobre estruturas sociais e valores tradicionais. A teoria da modernização é usada ainda para designar as etapas de desenvolvimento social baseadas na industrialização, a expansão da ciência e da tecnologia, o Estado-Nação moderno, o mercado capitalista mundial, a urbanização e outros elementos infra-estruturais [...] (FEATHERSTONE, 1995, p. 17).

Abramovay (2007), por exemplo, diz que: “[...] os estudos em relação ao campesinato são inadequados para o caso de sociedades em que a agricultura familiar esta mergulhada num ambiente marcado pela força das instituições do mundo capitalista”.

É justamente nesse ponto que entendemos a diferenciação entre os dois conceitos. Para o camponês, a terra tem um sentido de reprodução do espaço e da vida familiar, um sentido de autonomia, autogestão e liberdade; é compreensível e lúcido perceber as transformações históricas ocorridas no mundo - os camponeses também se transformam, só que em outro sentido.

A terra como bem que possui valores que estão além do monetário é uma das características que marcam o chamado 'mundo camponês', é também o lugar de rememorar o passado e procura cuidar dela para que as futuras gerações possam desfrutar desse espaço. Com o agricultor familiar, não se pode descartar essa ligação com a terra, até porque também possui em muitos casos uma ligação com aquele lugar que transcende gerações, todavia algo o distingue do camponês: a presença das relações comerciais de produção. Aqui a produção obtida tem como destino as transações comerciais e auferir lucro, revelando a presença incontestável das relações capitalistas de produção.

Nessa discussão é importante mencionar Kautsky (1980) quando esclarece o apego do camponês a terra, como se percebe:

O camponês ainda está mais preso a sua parcela do que o artesão a sua tenda. Quanto mais a população aumenta e se disputa o solo, tanto mais obstinadamente ele se apega ao seu pedaço de terra. Na América ele o abandona, ou melhor, abandonava, não há muito tempo, de muito bom grado, quando não lhe rendia bastante, para encaminhar-se para o Oeste, onde havia ainda regiões livres. Na Alemanha e na França, nenhuma privação lhe parece excessiva a fim de conservar a sua pequena gleba, e não há preço quando se trata de aumentá-la. (p.148).

Sacco dos Anjos e Caldas (2004), por sua vez, esclarecem que, na sociologia objetiva de Durkheim do final do século XIX, já estavam assentadas as bases da antinomia entre as sociedades primitivas ou tradicionais e as modernas, opostas não só em função do grau de divisão do trabalho e diferenciação social, mas também pelo fato de que são portadoras de valores distintos em termos de maior ou menor peso da consciência coletiva sobre as consciências individuais e de distintas formas de solidariedade (mecânica e orgânica, respectivamente).

O grau do recorte proposto por Sacco dos Anjos e Caldas (Ibid.) estava focado na dicotomia que se fazia e se acentuaria *a posteriori* e que tinha evidentemente a ver com moderno e arcaico. Não se pode dizer que esse modelo seja de todo inadequado para compreender a realidade que ora se apresenta, com um campesinato marcado por traços únicos, como a ligação com a terra, o apego ao passado, mas que se desintegra rapidamente frente às forças do avanço das relações capitalistas de produção e que aprofundam o distanciamento entre agricultura familiar e universo compreendido pelo campesinato.

Nas palavras Feliciano (2006) de acordo com Oliveira (2001):

[...] é como se a dicotomia conceitual resolvesse, por meio de um sistema classificatório, a dinâmica das categorias sociais, pela qual o camponês dá lugar ao agricultor, ao pequeno produtor e, hoje, ao produtor familiar. Coisa que o camponês sempre foi; mas não se consegue categoria em novos contextos, muda sua definição para servir à estatística. (p. 26)

Outro postulado importante é o fornecido por Navarro (2010), com base em Ellis (1988), em sua obra *'Peasant economics: farm households and agrarian developmen'*, quando menciona que “[...] a integração a mercados completos, portanto, é o aspecto econômico central que separa os camponeses dos agricultores familiares em regimes sociais capitalistas”.

Como bem menciona Navarro, a inserção a mercados completos é o ponto de inflexão, que marca a transição do camponês ao chamado agricultor familiar, uma vez que seria impossível chamar de camponês a um agricultor que produz explicitamente visando o lucro. É o caso dos produtores de fumo, aves e suínos, entre outros ramos da produção agrícola e pecuária, cuja produção é uma extensão da indústria.

Para que se possa aprofundar a discussão do que se entende por agricultura familiar, é necessário recorrer a teóricos como Abramovay, que faz um amplo estudo em sua tese de doutorado, posteriormente transformado em livro, *'Paradigmas do capitalismo agrário em questão'*, e que aborda as especificidades do que se convencionou chamar de agricultura familiar, basicamente as discussões que envolvem a sociologia estadunidense. Ainda é importante mencionar os importantes estudos conduzidos por Zander Navarro que faz análise a cerca do universo da agricultura, buscando subsídios nas discussões da sociologia rural norte-americana e europeia. Outro dos estudiosos que deve ser mencionado é Sacco dos Anjos, em suas diferentes produções intelectuais, onde postula não só a consolidação do familiar na agricultura,

mas também processos como pluriatividade, multifuncionalidade e agricultura de tempo parcial como demonstrações do novo rural.

A trajetória da agricultura familiar e o peso que ela tem na agricultura dos países desenvolvidos ou do capitalismo avançado é motivo de discussões e debates no meio acadêmico, Abramovay faz um apanhado dessas discussões e coloca os principais pontos de vista pertinentes.

Os estudos desenvolvidos por Abramovay (2007) apontam que em 1981 a Revista de Economia e Política publicou dois artigos (NAKANO, 1981; AIDAR e PEROSA, 1981) com dados aparentemente definitivos sobre o peso da agricultura familiar e os limites das grandes empresas no campo em países do capitalismo avançado. Não só na Europa Continental, onde a herança histórica camponesa tinha um peso dominante na própria formação das estruturas agrárias, mas também nos Estados Unidos e na Grã-Bretanha (NAKANO, 1981, p. 3-4), esse ramo era de empreendimentos de caráter familiar que dependiam fundamentalmente do crescimento da produção agropecuária.

No mundo acadêmico Abramovay (2007) diz que naquela época uma verdadeira bateria de trabalhos acadêmicos ou de vulgarização nos Estados Unidos da América (EUA) procurava apontar o contrário. Na verdade, o peso da produção familiar na agricultura norte-americana afirmava esses trabalhos, é a versão contemporânea do mito jeffersoniano de democracia agrária e que funciona como cortina de fumaça: nada mais conveniente para os interesses das grandes corporações que dominam, crescentemente, não só a venda de insumos, o processamento, a distribuição e armazenagem de produtos agrícolas, mas também a própria produção de alimentos e fibras que prosseguir seu avanço de maneira despreocupada, respaldada na crença popular de que a democracia agrária norte-americana prossegue intacta. Essa é basicamente a tese de um trabalho muito citado (VOGELER, 1981) como a demonstração de que o modelo norte-americano “one farm, one farmer, one household” (SHERTZ, 1982) não existe mais. Mais do que isso, o mito da *small family farm* permitiria que as grandes corporações continuassem obtendo subsídios públicos que, sob pretexto de apoiar a agricultura, constituíam-se na verdade na privatização dos recursos sociais.

Quando se tem em conta a importância das discussões acerca da agricultura familiar, Navarro (2010) menciona:

[...] enquanto agrupamento de interesse sociológico e foco de ação governamental emergiu inicialmente nos Estados Unidos, repercutindo o seu histórico de colonização, especialmente nas suas regiões mais ao norte, fronteiriças ao Canadá. Aqueles colonos, transformados em produtores rurais, foram depois identificados como farmers, os quais foram gradualmente integrados a múltiplos mercados e se articulando mais intensamente à vida econômica. Esse processo se acelerou no período seguinte à independência americana, com correntes migratórias de origem europeia. A afirmação social e, principalmente, econômica deste grupo de produtores, contudo, se daria somente no final do século XIX e, em especial, a partir dos anos de 1930, com a crescente capacidade governamental de estimular um forte processo de transformação da base produtiva que acabou consagrando o ideário da agricultura moderna, sobretudo depois de 1940. (p. 190)

Já para Abramovay (2007), a ideia de que a produção familiar na agricultura norte-americana não passa de um mito a serviço das grandes corporações entre nós é partilhada por Graziano da Silva (1987), citando expressamente o livro de Vogeler. Não se trata aqui de negar que tenha havido intensa manipulação a respeito. Em 1951, por exemplo, em plena guerra fria, o ministro da agricultura dos Estados Unidos escrevia: “O amor à liberdade está profundamente enraizado na comunidade de explorações familiares [...] Este amor à liberdade é o verdadeiro sustentáculo da democracia [...]. As ideias de democracia e comunismo são colocadas umas contra as outras numa vasta luta mundial [...]. As unidades familiares possuem valores a oferecer para a democracia americana. (USDA, apud FRIEDMANN, 1978).

Navarro (2010, p.191) por sua vez agrega que:

[...] o processo de ocupação do território nos Estados Unidos, historicamente mais recente que na Europa, implicou a inexistência de um conjunto social camponês que ostentasse narrativas sociais de profunda densidade, enraizando culturas regionais e modos de vida. Sem este passado a considerar, a sociologia rural, ao emergir com maior desenvoltura naqueles anos, repercutiu, sobretudo, o nascimento e a expansão do padrão moderno e suas características sociais e econômicas - assim não surpreendendo que o *farmer* simbolize esta fase do desenvolvimento agrário naquele país.

Abramovay (2007) com base em Dorel (1985) esclarece que, a partir da segunda metade da década de 1970, essa foi uma discussão importante na cena política norte-americana. As grandes corporações pareciam ter feito da agricultura um terreno de concentração e poder, onde as saudáveis regras da livre concorrência acabariam cedendo lugar às manipulações de preços, isso num setor sensível como o da alimentação. Alguns dados, de fato, eram alarmantes. Um quinto da produção de alface norte-americana pertencia a uma só firma, a Inter Harvest (filial da United Fruits), cujos trabalhadores assalariados plantavam o produto, que era colhido mecanicamente e imediatamente resfriado para ser distribuído para todo o país. Sessenta por cento de toda a produção hortícola era controlada por corporações, das quais um punhado de não mais

de mil empresas tinha o controle de 30% da oferta total. Vinte e oito por cento da produção avícola e 33% da de boi gordo estavam entre as mãos de grandes grupos econômicos, além da cana-de-açúcar, vinhos e reflorestamento”.

Desse debate, uma unanimidade emergiu:

Verificou-se que o peso das gigantescas empresas capazes de dominar não só os processos industriais, comerciais e distribuição, mas a própria produção agrícola aumentara de forma preocupante. Se até o início dos anos de 1970 eram raras as informações confiáveis a respeito, em termos nacionais, uma publicação especial de censo de 1974 sobre as *corporate farms* veio a preencher algumas lacunas e forneceu sinais dessa intensa concentração. (ABRAMOVAY, 2007, p.147)

Kautski (1980, p. 29) expressa que “[...] o sistema de produção capitalista se desenvolve geralmente (com exceção de certas colônias) em primeiro lugar nas cidades, em segundo lugar na indústria. O mais comum é que a agricultura lhe escape à influência durante muito tempo”, mas a evolução da indústria já conseguiu modificar o caráter da produção rural.

Ao colocar a agricultura como apêndice da produção industrial e determinar a quantidade e a qualidade da produção necessária, a evolução industrial alterou as características dessa agricultura. É o que salienta Abramovay (2007, p. 147):

Com base nessa unanimidade, pode-se destacar, porém, uma divergência básica entre os especialistas do assunto. Por um lado estão aqueles que vêem no peso atual dos grandes empreendimentos capitalistas na agricultura não só uma realidade presente como, sobretudo, o destino inelutável da organização do espaço rural norte-americano. À direita como à esquerda, glorificando-a ou deplorando sua existência, muitos enxergam nas *corporate farming* a imagem futura da agricultura. Outros, ao contrário, procuram enfatizar que o domínio das grandes unidades empresariais é importante, mas que existem razões consistentes para que a produção familiar tenha desempenhado historicamente e continue a jogar num futuro próximo um papel decisivo na produção de alimentos e fibras nos Estados Unidos. O poder das *corporate farms* seria imenso, real, mas tópic e localizado.

A discussão continua e são muitas as visões a permear o universo da agricultura, especialmente nos Estados Unidos, país que lenta, mas gradualmente, tendia à hegemonia do capitalismo mundial. Em 1913, o economista russo M. Gimmer, apoiado em dados do censo norte-americano de 1910, afirmava que nos Estados Unidos a imensa maioria dos estabelecimentos era formada por explorações fundamentadas no trabalho pessoal e que o capitalismo agrícola estava em franca decomposição (Ibid.).

Lênin replicava e contradizia essa afirmação, com uma visão muito mais aprofundada, e confirmava que isso não passava de uma 'monstruosa falsidade', em seu celebre trabalho de 1916, onde demonstra que, apesar do sensível tamanho dos

estabelecimentos por área, as explorações norte-americanas crescem em intensidade no que se refere ao uso de máquinas, equipamentos e, sobretudo, de trabalho assalariado. Para Lênin (1960, p.30), “[...] com efeito, o trabalho assalariado é o principal indicador do caráter capitalista de uma determinada agricultura” (Ibid.).

Lênin marcou época com seus postulados acerca da natureza particular da agricultura, entretanto outros teóricos aportaram sua contribuição para entender essa natureza tão peculiar da agricultura.

O historiador Gavin Wrigt (1988) mostra que, embora os prognósticos leninistas com relação à extensão do assalariamento era de fato, importante, tendo declinado sensivelmente a partir de então. Num estudo para uma região específica de North Dakota em 1920 (Cass County), Friedmann (1978) indica também que a importância da produção simples de mercadorias não impedia que quase metade do trabalho necessário numa exploração especializada em trigo tivesse que vir do assalariamento. É bem verdade que, no caso por ele estudado, este assalariamento se reduzia apenas a certas épocas do ano, restringia-se a um número limitado de pessoas e poderia até mesmo ser abolido tão logo a família, por seu crescimento demográfico natural, adquirisse uma dimensão pela qual o trabalho contratado se tornasse quase inexistente. (Ibid., p. 149)

Friedmann é uma das autoras que aprofundou o debate sobre a natureza social da agricultura familiar no capitalismo avançado. Se ela fala em produção simples de mercadorias, o pressuposto é o pleno desenvolvimento do mercado, mesmo do mercado de trabalho, e a inexistência das obrigações coletivas que marcam aquilo que Weber (1979, p.417) não hesitava em chamar 'colonização semicomunista', característica da ocupação europeia pré-moderna (ABRAMOVAY, 2007, p. 149).

Outro dos pontos controversos no tocante à discussão da agricultura familiar, aqui entendida como categoria de análise consolidada, reside no real dimensionamento de suas características e critérios para sua definição. É assunto que carece de análises devido a sua natureza particular, diversa e ao mesmo tempo controversa, por isso mesmo inconclusa.

Foram estudiosos em diferentes épocas e países que, ao entenderem a agricultura familiar como categoria de análise consolidada, aportaram concepções distintas. O pesquisador canadense Ghorayashy (1986), ao definir as unidades de produção familiares, dizia que esse piso deveria ser estabelecido em cinco trabalhadores assalariados. Embora não forneça a explicação técnica ou sociológica desse número, ele aponta importantes autores contemporâneos que estabelecem tal patamar como linha divisória entre unidades familiares de produção (ou pequeno burguesas como preferem alguns) e capitalistas. É o que fazem Therborn (1979 *apud* GORAYASHY, 1986) em

seu estudo sobre o Canadá e Stavenhagem (1975, *apud* GORAYASHI, 1986) ao analisar as classes sociais nas sociedades agrárias (ABRAMOVAY, 2007).

A questão é controversa e restam dúvidas do que seja um estabelecimento familiar, qual o critério a ser adotado para classificar uma propriedade como familiar e se o que deve prevalecer é aplicação da força de trabalho, se é o rendimento da propriedade, o número de empregados ou ainda a conjunção de diferentes critérios.

Mas restam dúvidas do que seja um estabelecimento agrícola familiar? A primeira imagem que nos vem ao espírito, quando fazemos essa pergunta, é a de um lugar bastante pobre, habitado por muita gente, particularmente por grande número de crianças, trabalhando com instrumentos tecnicamente precários. Essa imagem é tão forte que não hesitamos em associar a noção de familiar a algo frágil e sem poder econômico. O que os exemplos dos Estados Unidos, Canadá e Europa (em suma, de todos os países capitalistas centrais), mas também de boa parte do Sul do Brasil e de São Paulo mostram é que familiar não é sinônimo de precário: a existência de unidades produtivas contando majoritariamente com o trabalho da família, mas que são 'grandes' quanto ao seu volume e valor da produção é a regra no hemisfério Norte. Claro que a produção está 'cada vez mais concentrada num número menor de unidades produtivas: essa é a consequência do próprio funcionamento de uma economia de mercado. O interessante é que mesmo as unidades de grandes dimensões econômicas permanecem na maior parte dos casos familiares quanto a sua composição social (Ibid.).

Por sua vez, a classificação que Radoje Nikolicht empregou para demonstrar essa questão é a seguinte: a) *Family farms* (unidades familiares de produção), que são as que contam apenas com o trabalho familiar ou com uma quantidade de trabalho assalariado que em média não ultrapassa a contribuição da família, e b) *Larger than farms*, que poderíamos traduzir como unidades produtivas ultrafamiliares ou patronais, aquelas onde os membros da família não executam nenhuma atividade diretamente ligada ao processo de trabalho ou executam mas numa proporção menor que a oferecida pela mão-de-obra contratada. O que essa classificação coloca em destaque não é a divisão entre grande e pequena produção, mas a natureza social (familiar ou patronal) da atividade produtiva (Ibid.).

Entretanto, existem diferenças entre o caso americano, tratado até aqui, e o europeu, pois a agricultura europeia possui longa tradição. O próprio campesinato 'inexistiu' nos Estados Unidos da América, enquanto na Europa há uma extensa história,

exposta em diferentes momentos. A larga trajetória do campesinato europeu possibilitou diversidades de estudos e abordagens acerca da temática, retratando suas características e particularidades.

O caso europeu é infinitamente mais nuançado, com destacadas variações entre países e inigualável riqueza analítica. Novamente sob forma sintetizada, indicam-se os aspectos considerados importantes como primeira sugestão para situar a história intelectual da agricultura familiar em alguns países daquele continente. Destaque-se o fato de serem as regiões rurais da Europa ocupadas em tempo histórico de longa duração por populações camponesas (NAVARRO, 2010).

Navarro (Ibid.) complementa que as decorrentes vicissitudes territoriais e as distintas facetas socioculturais constituíram regiões rurais de profunda singularidade, com relevantes especificidades reproduzidas ao longo dos tempos, o que é mesmo que dizer que as tradições camponesas se mantiveram e, como tal, suas facetas culturais e processos sociais típicos continuaram a influenciar os estudos dos cientistas sociais. Em segundo lugar, em alguns dos países mais influentes (como Inglaterra e França), os ambientes intelectuais e acadêmicos foram fortemente influenciados por disputas teóricas plurais. Em especial, contavam com a presença do marxismo e suas leituras correspondentes sobre o desenvolvimento agrário. Esse fato acarretou, por exemplo, a forte presença de uma categoria analítica específica nos debates, a qual persistiu até o final dos anos 1980, que foi a noção de produtor simples de mercadorias – usada para designar tanto os camponeses como os agricultores familiares. Essa categoria, oriunda do modelo marxista, permeou por um longo período os debates entre os estudiosos, até que fosse paulatinamente esquecida.

Apesar do exagero contido em expressões como 'desaparecimento dos yeomanry' ou 'extinção do campesinato' no período da Revolução Industrial (HOBSBAWN, 1978), a situação britânica atual possibilitava que Paul Mantoux (1906) falasse da Inglaterra como “[...] o país clássico das grandes propriedades e das grandes fazendas” (ABRAMOVAY, 2007).

Kautski (1980, p. 112) reflete que “[...] quanto mais o capitalismo progride na agricultura, acentua a diferença qualitativa entre a técnica da grande e da pequena exploração”. Em 1988 alguns dos mais importantes economistas, antropólogos sociais, historiadores e sociólogos rurais britânicos reuniram-se para realizar uma revisão bibliográfica crítica sobre a relação entre família e empreendimento econômico na

agricultura. Problemas ligados à sucessão hereditária, à formação não só profissional e técnica mas cultural do agricultor e à influência do caráter familiar no desempenho econômico da unidade produtiva compuseram uma significativa agenda de pesquisas que Gasson *et al.* (1988) procuraram resumir. Na verdade, seu texto é o resultado de importantes trabalhos que se desenvolvem no país a respeito da família rural e da natureza de suas atividades econômicas ao menos desde os anos de 1970.

O ponto de partida está numa constatação recorrente da literatura britânica sobre o tema: é o caráter familiar da produção que caracteriza fundamentalmente a estrutura social da agricultura. É interessante observar que mesmo autores que lançaram a hipótese contrária acabaram por voltar atrás. Com efeito, num *paper* apresentado no 8º Congresso Internacional de Sociologia Rural, Bell e Newby (1974, p.86), dois dos mais importantes estudiosos britânicos dos problemas agrários, procuraram insurgir-se contra a sociologia rural de seu país, que sempre enfatizou o papel dos *farmers*, e saíram em busca daquelas explorações onde existem relações antagônicas de classe (ABRAMOVAY, 2007).

Navarro (2010) aponta que, na década de 90, a antiga Comunidade Econômica Europeia (CEE) se ampliou e nasceu em fevereiro de 1992 a União Europeia (UE). Entre tantas consequências dessa ampliação foram reforçadas as políticas para o meio rural, especialmente aquelas chamadas de reestruturação ou reconversão produtiva, acelerando-se os processos de integração econômica dos produtores rurais e assim se reforçando a agricultura de base familiar. Uma vez que já predominava em todos os países essa forma social de produção, gradualmente a expressão agricultura familiar iria se difundir rapidamente.

Assim, à medida que novas políticas ampliaram o escopo empírico de uso da expressão, também os cientistas sociais desse campo do conhecimento mudaram, gradualmente, os termos e modelos de interpretação. Concomitante, foi também nessa década que a influência do marxismo se tornou marginal e, igualmente, uma literatura de origem norte-americana passou a ser aceita entre os cientistas sociais. Nessa confluência de fatores, a expressão agricultura familiar, já no final daqueles anos, também passaria a ser usada com relativa frequência pelos cientistas sociais do continente europeu.

Mas o que é exatamente essa produção familiar? Gasson *et al.* (1982, p.2) propõem critérios certamente mais flexíveis que os adotados por Nikolitch com relação aos Estados Unidos para responder essa questão. O

estabelecimento familiar, dizem eles, caracteriza-se por três traços básicos: a) os membros estão relacionados por parentesco; b) a propriedade dos negócios é usualmente combinada com controle gerencial e c) o controle é transmitido de uma geração para outra de uma mesma família. (ABRAMOVAY, 2007, p. 176)

Abramovay (Ibid.) esclarece que, por esses critérios, nada menos que 97,5% dos estabelecimentos na Inglaterra e País de Gales eram genuinamente familiares. Nos últimos anos, ao contrário do processo maciço de entrada de capital financeiro na apropriação do solo rural de que suspeitavam Bel e Newby em 1974, o que houve foi um reforço da exploração individual e familiar da terra, o que nem sempre é sinônimo de propriedade individual do solo. O grupo de sociólogos liderados por Terry Marsden (1986) vem desenvolvendo interessantes estudos na Grã-Bretanha sobre a flexibilidade no uso do trabalho e da capacidade administrativa das famílias rurais. Por esse estudo eles perceberam a existência, por exemplo, de um processo de negociações entre famílias possuidoras de valores muito altos imobilizados em terras e instituições financeiras que buscavam ativos de longo prazo de realização para seus investimentos. Não se trata, entretanto, de uma expropriação, pois não só o caráter familiar do processo de trabalho persiste, como também é a família que define basicamente aqueles que serão os futuros agricultores: a esmagadora maioria dos agricultores britânicos (83% no final dos anos 1960) é de filhos de agricultores, o que mostra o papel decisivo da família na reprodução social da categoria (GASSON, 1969): “[...] a família torna-se significativa como meio de entrada na atividade agropecuária” (Gasson *et al.* 1988).

Os pensadores econômicos clássicos foram grandes admiradores da capacidade da agricultura britânica, a partir do século XVIII, de elevar sua produtividade, aumentar a oferta agrícola e, ao mesmo tempo, liberar braços para a industrialização. A Revolução Agrícola conseguiu historicamente resolver a quadratura do círculo que consistia em aumentar a produção com uma contribuição cada vez menor de trabalho humano, e por isso foi exaltada como verdadeiro modelo de progresso econômico e técnico. Seu vertiginoso declínio, a partir de 1870, e com ele a redução do imenso poder até ali detido pela aristocracia fundiária, revela o calcanhar de Aquiles do próprio modelo tripartite de organização social da agricultura que dominou – embora não tão exclusivamente, como se supõe com frequência – os campos ingleses: os preços resultantes de uma agricultura organizada em moldes tão científicos não podiam enfrentar a concorrência dos produtos agrícolas que o avanço nos meios de transporte e comunicações colocavam na Europa, vindos dos Estados Unidos, da Argentina ou da Austrália. (ABRAMOVAY, 2007, p. 183)

Friedmann (1985) fala a respeito da produção agrícola britânica em essência, mas fundamentalmente aponta para um elemento relativamente novo, que tem a ver com deslocamento da produção baseada fundamentalmente no trabalho assalariado. No caso inglês, não veio de grandes *plantations*, nem tampouco de unidades camponesas de

produção, mas, ao contrário, de estabelecimentos altamente integrados ao mercado mundial, cujos proprietários eram colonos sem qualquer tipo de tradição camponesa (ABRAMOVAY, 2007).

Navarro (2010) esclarece que as diversas contribuições recentes de Henry Bernstein foram relevantes. Este autor, fundador das duas revistas sobre estudos agrários mais renomadas no mundo, o *Journal of Peasant Studies* e o *Journal of Agrarian Change* (ambas pluralistas, com forte inspiração marxista), vem insistindo não existir mais uma 'questão agrária do capital', em face dos processos de intensificação capitalista do período contemporâneo. Movidos por escalas de expansão econômicas sem precedentes, pondera Bernstein (2004) que “[...] aqueles processos teriam arquivado muitos temas, inclusive visões sobre as relações de classe no campo”.

Aqui, da mesma forma que nos Estados Unidos – e, de maneira geral, em todo o mundo capitalista avançado -, foi à agricultura familiar que, sobretudo após a Segunda Guerra Mundial, responsabilizou-se não só assegurar um consumo alimentar mais do que suficiente aos europeus, mas por garantir ao continente o lugar em 1988 de segundo exportador mundial de produtos agrícolas, logo após os Estados Unidos. Esse desempenho só foi possível em virtude de um conjunto tão grande e profundo de transformação na agricultura familiar que faz dela não a resistência de formas sociais anteriores, mas, ao contrário, uma realidade econômica e social absolutamente inédita que, com sua base ancestral, guarda semelhança cada vez mais pálida. (ABRAMOVAY, 2007, p. 188)

Importante trabalho de Claude Servolin (1989) concebe a agricultura familiar contemporânea como criatura do Estado e de sua política agrícola: senhor daquilo que produz, do patamar técnico que opera de sua própria base fundiária, dos mercados que depende e até da sua própria renda, o Estado contemporâneo responde pela reprodução social da agricultura familiar talvez mais que por qualquer outro segmento produtivo da sociedade. Nos Estados Unidos, somente o complexo militar recebe atenção governamental tão relevante quanto a agricultura (ABRAMOVAY, 2007).

A discussão proposta trata dos casos europeu e americano, especialmente o estadunidense, como questões com desenvolvimento distintas. O caso europeu por suas especificidades possui larga tradição do campesinato que reflete nos posteriores estudos. Estudiosos do tema sejam franceses, ingleses, holandeses, alemães ou russos, entre outros, foram os precursores das discussões do campesinato. Já o caso americano atém-se às discussões que procuram dar conta da agricultura integrada aos mercados, dado que ali não houve propriamente a existência do campesinato. Ao contrário, a agricultura

americana esteve atrelada às corporações e seu enorme poder de influência que transcendem o próprio território dos Estados Unidos da América.

O caso brasileiro, por sua vez, é bastante complexo pela existência de um campesinato expressivo que esteve historicamente posto à margem das possibilidades de inserção nas relações econômicas de produção. O aporte de capitais do Estado brasileiro privilegiou historicamente culturas agrícolas específicas como cana-de-açúcar e café, entre outras, que estavam em mãos de grandes proprietários. As modificações impostas pela modernização da agricultura brasileira, ao longo das últimas décadas do século passado, combinadas com a expansão do mercado de consumo urbano industrial, impuseram importantes modificações no meio rural brasileiro.

A inserção das relações capitalistas de produção implicou em alterações na estrutura agrária brasileira. O campo perdeu parte significativa de sua população que se deslocou para as cidades, em busca de trabalho, mas fundamentalmente fugindo das péssimas condições de sobrevivência no meio rural.

Pelo enfraquecimento do chamado campesinato, é natural que outras categorias analíticas se imponham. O surgimento do termo agricultura familiar e sua consequente consolidação demonstra que o esforço teórico foi proveitoso no sentido de colocar em prática a existência de uma categoria analítica adequada às dinâmicas do mundo moderno. A trajetória do campesinato brasileiro, suas nuances e particularidades foram e são motivo de discussões no cenário político e acadêmico brasileiro, mas interessa aqui, sobretudo, a evolução da agricultura familiar enquanto categoria de análise relativamente nova e que agregou diferentes termos que procuravam definir o familiar na agricultura. Para dar conta dessas nuances, premissas e considerações é que segue o próximo subcapítulo.

### **3.1 A agricultura familiar no Brasil e o contexto do desenvolvimento**

A agricultura familiar no Brasil e o contexto do desenvolvimento, apontam as especificidades do desenvolvimento brasileiro. Menciona-se a consolidação da agricultura brasileira, especialmente do setor familiar da produção agrícola. Destacam-se os aportes teóricos, evidenciados por Schneider, um dos maiores estudiosos brasileiros da temática 'agricultura familiar'. A contribuição brasileira foi relevante para entender as transformações que se processaram no campo e procurou unificar os

diferentes termos e imprecisões que tratavam do familiar na agricultura. Para elucidar a complexa discussão é que segue a discussão.

A trajetória da política agrícola brasileira, até a década de 1980, privilegiou as regiões desenvolvidas e os produtos nobres, a maioria dos quais voltada para a exportação, assim como favoreceu os extratos de produtores que possuíam áreas maiores, facilitando a modernização e a acumulação de capital por parte desse segmento. Em contrapartida, os produtores menos capitalizados e com terras de qualidade inferior, sobretudo os mini e pequenos agricultores, foram colocados paulatinamente à margem do processo produtivo agropecuário (MATTEI e CAZELLA, 2004).

Nos últimos 15 anos, o debate político se intensificou em torno das alternativas ao padrão de desenvolvimento agrícola no Brasil, colocando fim a um silêncio e a uma marginalidade que já duravam longo tempo. Carregadas de fortes conotações ideológicas e partidárias, essas discussões, no entanto, não avançaram nos meios acadêmicos, nos quais faltam ainda reflexões suscetíveis de transpor as fronteiras impostas pelas descrições empíricas, por uma visão encantada dos fatos, ou, ainda, por um pensamento determinista e evolucionista que, sob a influência de uma compreensão mecanicista do marxismo, vê nessas alternativas o embrião (necessário) de formas novas e revolucionárias de fazer e viver a agricultura (ALMEIDA, 2009).

É natural que as ciências sociais procurem compreender a realidade presente. Sobre o universo das ciências sociais Almeida (Ibid., p.17-18) diz:

Na área das ciências sociais, esse tema começa a suscitar um real interesse no Brasil nos últimos anos. Até então, os principais trabalhos realizados sobre a agricultura do país, e segundo diferentes abordagens, estiveram limitados aos processos internos e à dinâmica da agricultura 'moderna', hesitando muito em se interessar por outras formas que não aquelas dominantes. Os últimos 10 anos foram dedicados à pesquisa e à reflexão nessa temática, buscando extrapolar os esquemas tradicionais nos quais estão circunscritos um bom número de pesquisadores, atores sociais, homens públicos e de quadros técnico-profissionais.

Almeida (Ibid.) destaca que se acreditava que o advento da modernidade e os processos decorrentes eliminariam o subdesenvolvimento e as desigualdades sociais. Tal visão do processo histórico conduziu a uma supervalorização da busca de uma identidade 'moderna', sem uma perspectiva crítica no que diz respeito ao que se quer construir. A modernidade foi concebida como um valor em si, subtraída toda historicidade de seus conteúdos particulares. As crises que abalam atualmente a

sociedade e a agricultura brasileira colocam em evidência a fraqueza da ideia do moderno como sendo portador de valores ontológicos que corrigiriam naturalmente os desequilíbrios. A crise econômica de padrão de desenvolvimento proposto no Brasil nos últimos 40 anos tem evidenciado a falência desse axioma.

A ideia de que o moderno corrigiria as assimetrias na sociedade brasileira mostrou-se equivocada, na verdade desastrosa, pois desconsiderou elementos complexos que fazem parte de uma sociedade. Almeida (Ibid.) pontua que:

A dependência econômica em relação ao exterior (em particular em relação aos países centrais do padrão de desenvolvimento industrial) e uma dívida externa crescente e que atinge somas colossais são alguns elementos considerados como negativos na dimensão macroeconômica e social e que foram agravados pela crise econômica internacional nos anos oitenta.

A estrutura histórica de conformação da sociedade brasileira é uma chaga que perdura, uma sociedade constituída por e para poucos. Os recursos do Estado Nacional são drenados para setores já privilegiados pelas políticas públicas. Um reflexo do que falamos pode ser percebido pela irresponsável gestão da dívida pública, durante o governo militar (1964-1985), em que se endividou a nação como forma de gerar crescimento econômico.

No caso brasileiro os valores monetários adquiridos no exterior foram colocados em setores e regiões pontuais, deixando os dividendos a pagar para o 'conjunto da sociedade'. O ônus gerado com os serviços da dívida consomem parte da riqueza nacional, uma vez que os recursos do orçamento geral da união são alocados para pagar juros, enquanto isto restam escolas sem qualidade, saúde com inumeráveis problemas e principalmente um Estado ausente das grandes questões nacionais.

Após a abertura democrática que se consolidou com a queda da ditadura militar, novamente os setores populares do campo e da cidade passaram a cobrar importância e principalmente a mostrar sua indignação, com a atual situação de desamparo à qual historicamente estiveram submetidos. No campo o setor dos produtores familiares passa a reclamar por políticas específicas que permitam sua existência com dignidade.

O cenário muda, principalmente ao longo da década de 1990, devido a um conjunto de acontecimentos mais ou menos articulado, que coloca no centro do debate a importância socioeconômica da agricultura familiar na dinâmica de desenvolvimento do país: agravamento da crise econômica com aumento dos índices de desemprego, aprofundamento da atuação dos movimentos sociais e sindical no campo, ampliação do

número de estudos relativos à unidade familiar de produção agrícola e, finalmente, a implantação de um programa de política agrícola diferenciado para as distintas categorias de agricultores familiares.

Houve naquele período incentivos à exportação de bens primários, provenientes em especial da agricultura, e privilegiaram-se aqueles produtos e setores do campo que historicamente foram beneficiários das políticas públicas. Em detrimento, amplos setores sociais foram relegados; no campo, camadas de produtores viram-se mais uma vez desprovidos de políticas públicas que os considerassem um setor social importante. A sociedade como um todo reagiu; organizações e coletivos sociais passaram a contestar o modelo neoliberal implantado, que gerava riquezas para uma minoria e exclusão e desemprego para numerosos grupos.

No campo as organizações sociais, especialmente aquelas vinculadas à chamada 'pequena agricultura', tomaram corpo, amalharam forças para pressionar o governo brasileiro a ter um olhar diferenciado. Como resposta à demanda dos coletivos sociais, especialmente de pequenos agricultores, o governo brasileiro criou à época do então presidente Itamar Franco o chamado Programa de Valorização da Pequena Produção Rural (Provap), posteriormente transformado em Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf).

Como bem mencionam Schneider *et al.* (2004):

[Dentre] os acontecimentos marcantes que ocorreram na esfera das políticas públicas para o meio rural brasileiro, no período recente, pode-se destacar a criação do Pronaf. O surgimento deste programa representa o reconhecimento e a legitimação do Estado em relação às especificidades de uma nova categoria social – os agricultores familiares -, que até então era designada por termos como pequenos produtores, produtores de baixa renda ou agricultores de subsistência, entre outras categorias.

Pode-se dizer que até o início da década de 1990 não existia nenhum tipo de política pública especial, com abrangência nacional, voltada ao atendimento das necessidades desse segmento social da agricultura, o qual era, inclusive, meramente instrumental e bastante impreciso no âmbito da burocracia estatal. Os mesmos autores esclarecem:

É preciso lembrar que, no contexto do início da década de 1990, a agricultura brasileira, e particularmente a da região Meridional do Brasil, estava fortemente afetada pelo processo de abertura comercial e de desregulamentação dos mercados, fatores que a submetiam a uma concorrência intensa com os países do MERCOSUL. Em vista das sucessivas dificuldades decorrentes da crise da segunda metade dos anos 80, particularmente no que se refere à disponibilidade de crédito e da queda da

renda, os agricultores familiares da região Sul do Brasil, e em menor medida os agricultores da região Nordeste (sobretudo produtores de algodão), encontravam-se debilitados diante da nova conjuntura econômica e comercial. (Ibid., p. 22)

Os anos que sucederam a ditadura militar (1964-1985) foram caracterizados pela preocupação com a dívida externa e uma dívida interna comprometidora. Com esse cenário a eleição de Fernando Collor de Mello (1990-1992) representou um novo momento na história brasileira. Como saída para a terrível crise das contas públicas o caminho encontrado foi a minoração do papel do Estado com as privatizações e a delegação de tarefas à iniciativa privada. Esse contexto de impossibilidades do Estado brasileiro em atender às necessidades de seu povo gerou movimentos de protesto e indignação da população brasileira. No campo, os movimentos sociais ganharam força e consolidaram suas reivindicações e aspirações.

Em 1994, em consequência das reivindicações dos agricultores familiares anteriormente citadas, o governo Itamar Franco (1992-1994) criou o Provap, que operava basicamente com recursos do Banco Nacional de Desenvolvimento (BNDES). O Provap seria o embrião da primeira e importante política pública criada dois anos mais tarde destinada aos agricultores familiares. Cabe frisar que, embora o Provap tenha tido resultados pífios do ponto de vista dos recursos aportados para os agricultores, sua importância consiste na transição que ali se inicia em direção a uma política pública diferenciada por categorias de produtores rurais. Deve-se lembrar, por exemplo, que até aquela época os pequenos produtores eram enquadrados como 'mini-produtores' pelas normas do Manual de Crédito Rural do Ministério da Agricultura, o que fazia com que tivessem que disputar recursos com os grandes proprietários, que historicamente foram os principais tomadores de crédito para a agricultura. (SCHNEIDER *et al.*, 2004).

Os grandes produtores tomadores de crédito, em muitos casos, são devedores eternos para os bancos estatais, situação bem diferente quando se leva em conta os pequenos produtores, que procuram saldar seus compromissos financeiros.

A partir de 1995, já no governo Fernando Henrique Cardoso, o Provap foi totalmente reformulado, tanto em termos de concepção como em sua área de abrangência. Essas modificações deram origem ao Pronaf, em 1996, cuja institucionalização ocorreu através do Decreto Presidencial n.1 1.946, datado de 28/7/96. Desse ano em diante, o programa tem se firmado como a principal política pública do governo federal para apoiar os agricultores familiares. Deve-se registrar, no entanto, que, no ano de 1996, apenas as ações relativas ao crédito de custeio foram implementadas e que a ampliação do programa para a área de investimentos, infraestrutura e serviços municipais, capacitação e pesquisa, só ocorreu a partir de 1997, quando o

Pronaf ganhou maior dimensão e passou a operar de forma integrada em todo o território nacional. (Ibid., p. 23-24).

Schneider *et al.* (Ibid.), com base no Manual Operacional do Pronaf, esclarecem que se trata de um programa que visa ao fortalecimento da agricultura familiar, mediante apoio técnico e financeiro, para promover o desenvolvimento rural sustentável. Seu objetivo geral consiste em fortalecer a capacidade produtiva da agricultura familiar; contribuir para a geração de emprego e renda nas áreas rurais e melhorar a qualidade de vida dos agricultores familiares. Quatro objetivos específicos complementam os propósitos do programa: a) ajustar as políticas públicas de acordo com a realidade dos agricultores familiares; b) viabilizar a infraestrutura necessária à melhoria do desempenho produtivo dos agricultores familiares; c) elevar o nível de profissionalização dos agricultores através do acesso a novos padrões de tecnologia e gestão social e d) estimular o acesso desses agricultores aos mercados de insumos e produtos.

Os avanços trazidos pelo Pronaf são inegáveis e geraram a oportunidade até então ausente ou distante que é permitir ao agricultor familiar o acesso ao crédito. Agora não podemos ignorar também que o programa carece de melhor assessoria ao agricultor, uma vez que muitos investimentos feitos se mostraram inadequados. Produtores sem a assessoria técnica adequada acabaram fazendo investimentos que, ao invés de melhorar sua condição econômica, acabou por depreciá-la a partir do endividamento.

Do ponto de vista operacional, o Pronaf apresenta, atualmente, quatro grandes linhas de atuação, a saber: a) financiamento da produção, que destina anualmente recursos para custeio e investimento, financiando atividades produtivas rurais praticamente em todos os municípios do país; b) financiamento de infraestrutura e serviços municipais como apoio financeiro aos municípios de todas as regiões do país para a realização de obras de infraestrutura e serviços básicos; c) capacitação e profissionalização dos agricultores familiares pela promoção de cursos e treinamentos aos agricultores, conselheiros municipais e equipes técnicas responsáveis pela implementação de políticas de desenvolvimento rural e d) financiamento da pesquisa e extensão rural com destinação de recursos financeiros para a gestão e transferência de tecnologias para os agricultores familiares (Ibid.).

Embora exista a intenção de promover a profissionalização dos agricultores como preconiza uma das linhas de atuação do Pronaf, resta muito por fazer, visto que há uma lacuna entre aquilo que se tem por meta realizar e a realidade efetiva. Especialmente, as nossas entidades de assessoria técnica deixam muito a desejar, basicamente pela escassez de recursos aportados a essas instituições. É muito comum o agricultor acessar recursos do Pronaf com a intenção de ingressar em uma atividade determinada e não ter conhecimento das técnicas de produção. Ou ainda, como é comum, o agricultor faz investimento em uma atividade que já possui certo domínio da técnica, mas por falta de assessoria não realiza o estudo do mercado para essa produção.

Em diferentes situações houve acesso ao crédito do Pronaf para investimento ou ampliação de aviários ou produção de leite e no momento posterior as condições de mercado foram desfavoráveis, gerando problemas às famílias. Isso mostra que o Pronaf é importante, mas não basta apenas ter o programa de fomento; é preciso atender às diferentes etapas da produção e principalmente a comercialização.

A partir de 1999, com o início do segundo governo Fernando Henrique Cardoso, o Pronaf passou por novas reformulações. Institucionalmente, o programa deixou de fazer parte do Ministério da Agricultura, onde estava vinculado à Secretaria de Desenvolvimento Rural, passando a ser incorporado pelo recém-criado Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). O MDA substituiu o Ministério Extraordinário de Assuntos Fundiários, criado em 1995, tendo antes a condição de Secretaria de Estado. O MDA passou a abrigar o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), instituição encarregada da política fundiária e de assentamentos da reforma agrária, e, no lugar da Secretaria de Desenvolvimento Rural, foi criada a Secretaria de Agricultura Familiar (SAF), que passou a ser o guarda-chuva institucional das diversas linhas de atuação do Pronaf e demais programas ligados à agricultura familiar brasileira. Nessa nova estrutura organizacional, o tema da agricultura familiar ganhou espaço tanto na esfera pública federal como na visibilidade junto à sociedade civil. Deve-se registrar que uma nova norma institucional foi implantada pela SAF em 2003, no início do governo Lula, com implicações sobre o Pronaf. No âmbito da MDA foi criada a Secretaria de Desenvolvimento Territorial (SDT), a qual passou a definir e gerenciar a modalidade do Pronaf Infraestrutura e serviços municipais (Ibid.).

Um terceiro grupo de reformulações concentra-se na esfera financeira provocando uma série de mudanças no programa, principalmente no que diz respeito às taxas de juros e às formas de pagamento dos empréstimos

bancários. No que diz respeito aos juros, a resolução n. 2766, de 2000 do Banco Central, atendeu a uma antiga reivindicação dos agricultores familiares, ou seja, a definição de uma taxa fixa. Com isso, verifica-se que houve uma redução progressiva dos encargos financeiros, chegando-se ao estágio atual com taxas de juros que variam entre 1% (Grupo B) e 7,25% (Grupo E). Além disso, os prazos e carências foram sendo dilatados, conjuntamente com a elevação dos valores dos descontos sobre os valores referentes aos juros. Em grande medida, essas modificações visam atender a um número maior de beneficiários e expandir a esfera de interferência da agricultura familiar nas tomadas de decisões acerca dos rumos da produção agropecuária do país. (Ibid., p.29)

Em relatório de pesquisa sobre o Pronaf, Abramovay (2002, p.2) ressaltou que, ao longo dos seus seis anos de existência, o programa forjou três importantes inovações, a saber: a) o reconhecimento dos agricultores familiares como protagonistas das políticas públicas; b) a criação de um processo de negociação entre os agricultores e suas organizações e o governo e c) o estabelecimento de um enfoque territorial para as políticas públicas, ressaltando-se, nesse caso, o papel dos Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural (CMDRs), criados por demanda do Pronaf Infraestrutura e serviços municipais (SCHNEIDER *et al.*, 2004).

Entretanto, as discussões que envolvem o campo nos últimos têm passado por momentos de enorme efervescência, com tentativas em especial do governo de criar políticas públicas que direcionem e orientem o desenvolvimento rural. O Pronaf como programa pontual procura reorientar o desenvolvimento rural, dar nova dinâmica com maior aporte de recursos do que até então vinha sendo praticado. Por outro lado, isso não isenta o programa das críticas que sofre, por desconsiderar em muitos casos as realidades locais.

Dentre as noções introduzidas pela modernização/industrialização da agricultura e do meio rural, uma é portadora de grande significação: o 'crescimento', com suas derivações que são o 'progresso' e o 'desenvolvimento'. É a partir dessas noções que as ideologias e as outras práticas se organizam. Nesse sentido, o crescimento chega ser pensado como ilimitado. A isso se acrescenta a importância que é acordada ao futuro: ele constitui uma ruptura, às vezes simplesmente de ordem prática, mas regularmente política e ideológica com o passado e as tradições (ALMEIDA, 2009). A terra ocupa lugar central nessa temática, como compreende:

No processo de formação histórica da sociedade brasileira a terra sempre ocupou um lugar central, sendo objeto de debates e opções políticas, de ações coletivas e de conflitos. Diferentes grupos sociais mantêm ainda hoje estreitos e profundos laços com a terra, seja em decorrência do processo histórico ou de conjunturas mais recentes. Quanto às formas atuais de contestação nos espaços agrícola e rural, guardam uma relação direta ou

indireta com aquelas do passado. É, portanto, além de das consequências da crise atual, na estrutura fundiária concentrada, desigual e geradora de exclusão, que se pode encontrar uma outra fonte para a maioria das ações coletivas contemporâneas. (Ibid., p. 53)

Um importante fator para essa rearticulação e redirecionamento dos movimentos sociais rurais é, sem dúvida nenhuma, de ordem estrutural e demográfica. Uma nova geração, aquela que atingiu nos anos sessenta a idade produtiva, ver-se-á privada do acesso à terra em razão do esgotamento das fronteiras agrícolas no sul do país. Até o fim dos setenta, a pressão demográfica foi ainda muito forte nas pequenas propriedades, especialmente naquelas de menos de cinquenta hectares. Acresce-se ainda, para dificultar um pouco mais, uma nítida diminuição das possibilidades de emprego no meio rural. Nesse contexto, a mecanização agrícola desempenhou um papel importante, reduzindo as necessidades de mão-de-obra para as atividades de base, tais como a colheita e os tratos culturais, por exemplo, (Ibid., p.56).

Almeida menciona os problemas relacionados ao acesso a terra, como segue:

O grande problema brasileiro no que toca ao acesso à terra, está relacionado ao mercado especulativo que se forma. Por outro lado, a valorização das terras agrícolas, que se seguiu à enorme especulação fundiária dos anos setenta, provocou entre os pequenos proprietários uma perda significativa de área, sobretudo para aqueles cujas terras mostram-se mais aptas à mecanização. Assim, ao final dessa década, encontra-se no meio rural do sul do Brasil uma população excedente que a terra não podia mais absorver. (Ibid., p.56)

O padrão moderno de desenvolvimento é algo controverso, pois procura estender as suas influências de maneira homogênea, dessa forma não respeita as particularidades locais. O atual padrão de desenvolvimento implantado no campo brasileiro se intensifica após a década de 70 do século passado e trouxe problemas. Entre as muitas questões, pode-se salientar: a) a dependência do agricultor das tecnologias externas e b) a adoção de variedades e cultivares que necessitam de pacotes tecnológicos fechados.

A essas críticas acrescentam-se aquelas que concernem à subordinação crescente e inexorável da pequena produção familiar, as agroindústrias, a desorganização dos sistemas produtivos, ao endividamento crescente, a perda de autonomia, e a redução dos rendimentos monetários. Esse quadro fornece os argumentos para as principais críticas dos atores sociais em relação aos efeitos mais visíveis daquilo que chamam de processo de modernização sobre a pequena produção agrícola. Todas essas críticas portam em si uma ideia central e dominante que é a necessidade de preservar uma certa categoria social e produtiva na agricultura: o camponês, o pequeno agricultor/ produtor, ou ainda, o agricultor familiar, e por conseguinte a necessidade de reorientar os sistemas produtivos e as tecnologias empregadas na direção de um reforço na capacidade econômica e de autonomia dessa categoria. (Ibid., p.58)

São válidas as críticas à visão, que coloca a modernização agrícola como um processo homogêneo, que submete a agricultura familiar a variáveis as quais ela não

domina e por si só concentrador. Entretanto, deve-se ressaltar que muitos produtores rurais que puderam modernizar-se e estruturar-se produtivamente, são responsáveis pela geração de empregos, especialmente no campo.

A modernização como processo intensifica a relação e a interação entre a cidade e o campo e permite a inserção de regiões outrora periféricas no circuito produtivo moderno. Por outro lado, esse processo não é homogêneo. Ao contrário, possui muitas particularidades e por si só é excluyente de regiões, de lugares e de pessoas.

A atual situação da agricultura no sul do Brasil não permite, ainda, dar resposta a essas questões. O que se sabe é que essas experiências servem para alguns grupos e indivíduos resistirem em condições difíceis. Os agricultores que buscam experimentar esses sistemas mais autônomos estão de fato na busca de alguma coisa portadora de mais solidariedade e com a qual se possam identificar, ou seja, de um sistema que possa responder as suas tentativas pessoais de reencontrar a 'coerência' do modelo camponês (MULLER, 1987), uma coerência que se perdeu ao longo do processo [...] provocado pela modernização da agricultura, tornando-os estrangeiros ao sistema profissional dominante. (Ibid., p. 151)

É interessante o proposto por Almeida ao identificar que determinados tipos de agricultores, possuem maior possibilidade de resistir às crises cíclicas do capital, como uma forma de autonomia camponesa. Leva-se em conta o referido por Almeida (Ibid.), quando menciona a suposta autonomia camponesa.

O pequeno produtor ganhará sua autonomia quando ele produzir para sua subsistência e de sua família, e quando ele se integrar ao mercado. Ele deve produzir para o mercado; deve produzir mercadorias senão ele automaticamente será excluído. Para produzir mercadorias, ele deve ser competitivo, deve se modernizar. Bem, em princípio, somos favoráveis a que ele se modernize e lutamos para que tenha acesso às tecnologias produzidas socialmente, e que tenha acesso de preferência aos centros de controle da produção dessas tecnologias, como, por exemplo, nos centros de pesquisa. [...] mas qual modernização queremos? [...] uma modernização que não seja uma agressão ao meio ambiente, ao próprio homem e ao trabalhador [...]; uma modernização dentro dos princípios da agro ecologia, que seja socialmente justa, economicamente viável e ecologicamente durável. É esse o princípio de base.

Nas palavras de Siqueira (1997, p. 33), a noção de subordinação da pequena produção ao capital fortaleceu-se no decorrer dos anos 80, à medida que se estruturou um novo modelo de acumulação, caracterizado pelo estabelecimento e posterior consolidação dos complexos agroindustriais, com a conseqüente intensificação do processo de integração indústria-agricultura (SORJ, 1980), modelo que pelo seu caráter e natureza pode ser denominado agroindustrial (PORTO, 1987) ou referido em processos de caificação.

Siqueira (1997) agrega que nas duas décadas passadas, mas sobretudo nos anos 70, a maioria dos estudos e reflexões realizada sobre o campo brasileiro, em particular sobre os mecanismos de articulação existentes entre a acumulação de capital e as formas não propriamente capitalistas de produção, partia do pressuposto da 'funcionalidade' da pequena produção rural para o capital. A persistência da agricultura familiar de subsistência (ou de autoconsumo ou vendedora dos excedentes de sua produção), bem como suas articulações com a sociedade - mas sobretudo com a economia envolvente -, foi preocupação de várias disciplinas, correntes teóricas de pensamento e de muitas pesquisas desenvolvidas naquele período.

O processo de agroindustrialização e de caificação, ou seja, de conformação dos Complexos Agroindustriais (CAIs), de unificação da agropecuária com a indústria a jusante e a montante, acelerado a partir da década de 80, encarregou-se de evidenciar as novas complexidades presentes nas conexões estabelecidas entre a pequena produção rural e o capital e os demais setores da economia. (Ibid., p.42)

Questões teóricas inovadoras se impuseram, tais como subordinação formal ou real às indústrias dos pequenos produtores de fumo, vinho, etc., bem como surgiram novas categorias de análise tais como 'agricultor familiar moderno', 'pequeno produtor tecnificado', 'farmer' e, mais recentemente, 'part-time-farmers' e 'lumpesinato', ou seja, categorias que tanto evidenciam movimentos de proletarização, quanto de melhoria dos níveis de vida dos pequenos produtores tecnificados, ainda que muitos estudos insistam no caráter subordinado dessa pequena produção aos oligopólios agroindustriais, às cooperativas e aos intermediários comerciais e financeiros (Ibid.).

Duarte (1997, p.108) complementa que “[...] a discussão recente em torno da questão do desenvolvimento da agricultura nos países do terceiro mundo tem indicado uma estreita ligação entre a forma como tem sido conduzido este desenvolvimento e o processo de internacionalização do capital”. O intelectual e teórico brasileiro Delgado, em sua obra *Capital financeiro e agricultura no Brasil (1965-1985)*, faz uma ampla análise desse período em que de fato a agricultura brasileira sofreu transformações com os desdobramentos da internacionalização dos capitais no campo.

Esse período de transição nas características da agricultura brasileira são indubitavelmente complexos e, ao mesmo tempo, marcadores de uma época, em que se alteram estruturalmente as bases da agricultura nacional. Como segue, Delgado (1985) aponta algumas perspectivas:

Dois processos distintos e historicamente separados do desenvolvimento rural brasileiro pontuam essa realidade: o primeiro relativo à mudança da base técnica da agricultura, no pós-guerra; e o segundo relativo à constituição do complexo agroindustrial, com a implantação no Brasil de um setor industrial de produção para agricultura, a partir dos anos 60, salientando que “o padrão de difusão de tecnologia adotada em período recente apresenta três características principais que condicionam sua adoção e a produtividade econômica daí decorrente a condições exógenas ao setor agrícola. Tais características peculiares dos chamados pacotes tecnológicos transferidos para a agricultura geralmente implicam: I) adaptação das inovações biológicas a estratégias industriais das inovações mecânicas e físico-químicas; II) estreita vinculação da adoção tecnológica à política de crédito rural e aos serviços de assistência técnica governamental e III) inovações em geral apoiadas numa matriz energética intensiva no uso dos derivados do petróleo.

Suzuki (2009) por sua vez agrega que é apenas após se haver consolidado a hegemonia do capital industrial com a industrialização pesada que deslança o processo de modernização da agricultura brasileira. É por força do próprio processo de industrialização do país que a agricultura deixa de ser um setor quase autossuficiente da economia para se tornar parte integrante de um conjunto maior de atividades inter-relacionadas. Em poucas palavras, no processo de desenvolvimento do capitalista brasileiro do pós-guerra, a agricultura se converteu gradativamente num setor subordinado à indústria e por ela é transformada.

Porém, segundo Suzuki (Ibid.), o processo de modernização e industrialização da agricultura brasileira deve atentar para alguns equívocos que normalmente são cometidos.

A compreensão de que a modernização da agricultura brasileira só tenha iniciado em meados do século XIX, no pós-guerra, é um grande equívoco historiográfico. Para nós, a modernização, no Brasil, atinge, no mesmo período, tanto o campo como a cidade. Procuramos compreender a modernização da agricultura como um movimento de reelaboração da base técnica, bem como das relações de submissão do trabalho ao longo da história do homem. A modernização da agricultura vem acontecendo a partir do momento em que o homem começou a lidar com a prática do cultivo e dos sistemas de criatório.

Mas a ressalva deve ser feita com a dimensão produtiva da modernização da agricultura, uma vez que essa se deu especialmente com a agregação de recursos técnicos, em larga escala. Isso dito sabidamente aconteceu no período posterior aos anos 50 do século passado, onde alteraram-se a escala e as bases da produção agrícola nacional.

Navarro (1986) reforça esta análise a partir do entendimento do papel do Estado na promoção e expansão do progresso técnico na agricultura latino-americana: “o Estado reflete a interação de diferentes grupos com distintos interesses, as políticas inevitavelmente refletirão o poder relativo desses grupos no processo político. Em vários contextos sociais, o poder político

encontra-se fortemente concentrado e, desta forma, os mecanismos de indução tecnológica estão claramente distorcidos em favor destes grupos que detêm o controle do processo político”. (DUARTE, 1997, p.109)

Ainda sobre a atuação do Estado e a dimensão política da tecnologia, Vigorito (1984) assinala que “[...] el poder de decisión autónoma del Estado resulta, pues, bastante limitado; su margen de independencia de los conflictos. Al contrario, puede pensar-se como parte del resultado histórico de las contraposiciones y en ese tiene una faceta política” (DUARTE, 1997).

A presença de empresas estrangeiras no processo de desenvolvimento nacional foi observada por Biato (1982-1983). Este autor indica que nas etapas posteriores ao modelo de substituição de importações o know how necessário ao processo de desenvolvimento “continuava sendo predominantemente adquirido no exterior”. Na medida em que a crescente complexidade tecnológica de novos processos produtivos e dos novos produtos exigiam cada vez mais o aumento da participação de empresas estrangeiras, acentuavam-se os elementos determinantes de importação de conhecimentos, tecnologia, bens de capital e do próprio capital necessário à dinamização do processo, principalmente em função da inexistência destes fatores em nível nacional. (Ibid., p.110-111)

Para que se efetivasse o crescimento industrial após o período de estagnação posterior ao esgotamento do modelo de substituição de importação e tendo em vista as novas exigências para a dinamização da economia, foram necessárias medidas e políticas públicas que ajustassem o sistema produtivo à nova realidade. A partir de então, passaram a ser incentivadas as atividades de pesquisa e de desenvolvimento tecnológico. Tais esforços, contudo, não visavam a reduzir a dependência de capital e de tecnologia, mas a uma maior autonomia do processo (Ibid.).

Santos (1986) observa que esta estratégia não está ligada à “busca de uma independência inalcançável”, mas à tentativa de obter o máximo proveito e melhores condições de negociação, bem como uma “independência relativa” o que não significou uma “ruptura profunda” com a situação anterior ou com o centro hegemônico de produção e divulgação da ciência. (Ibid., p.111)

Castro (1979) no que se refere à modernização tecnológica da agricultura, afirma que ela se deu a partir de determinações externas. Ao Estado coube investir no setor rural “[...] fornecendo incentivos e subsídios e, particularmente, criando demanda para os produtos do complexo agroindustrial, através da expansão de crédito altamente subsidiado” para que o mesmo pudesse responder favoravelmente às demandas dos demais setores da economia. É, pois, nesse contexto que podemos vislumbrar a atuação do Estado no processo de introdução de um novo patamar tecnológico vinculado ao capital internacional forte e concentrado, que se deu a partir da década de 60 no campo brasileiro (DUARTE, 1997).

No entanto, na medida em que esse processo de 'reconstrução nacional' deveria ser compatível com os interesses das classes dominantes e, ao mesmo tempo, para viabilizar-se economicamente deveria incluir produtivamente todas as camadas da população, tornou-se imprescindível a atuação e a configuração de um Estado forte e centralizador que garantisse esses requisitos e que, ao mesmo tempo, possibilitasse o desenvolvimento das forças produtivas e a organização econômica dentro da ordem social estabelecida. (Ibid., p.112)

Foram articuladas todas as classes sociais e concedido, inclusive às camadas menos favorecidas, o mínimo de condições necessárias para sua inserção no mercado de bens e de produtos. Contudo, isso não garantiu a inclusão igualitária no processo de participação política e na divisão do processo de desenvolvimento (DUARTE, Ibid.). O mesmo Duarte menciona:

Conforme aponta Sorj (1980), “a política do governo de favorecimento à modernização agrícola não é orientada diretamente para a eliminação da pequena produção, embora isso tenha ocorrido em determinadas circunstâncias. A modernização agrícola determina, isto sim, uma transformação qualitativa das características da pequena produção. (Ibid., p.112).

A alteração das características qualitativas da agricultura foram pontuais e em setores específicos, enquanto outros permaneceram relegados. Acontece o aporte de capitais naqueles setores da agricultura e produtos específicos que são inseridos no mercado mundial (frangos, suínos e fumo, entre outros) e que passam a ficar sob o domínio das relações globais de produção.

A articulação das concepções que apontam para os processos modernizantes pode ser compreendida a partir do aporte teórico fornecido por Suzuki (2009):

A modernização, entendida agora, nas mediações da constituição do moderno e da modernidade, vai se tornando uma realidade, cada vez mais contundente. [...] No campo, novas variedades são introduzidas, bem como novas técnicas. Não se estabelece, entre meados do século XIX e meados do século XX, apenas uma transição do complexo rural ao agroindustrial, como salientara José Graziano da Silva, ao discutir a existência da modernização da agricultura a partir do pós-guerra, mas a metamorfose do significado da riqueza no Brasil, em que a terra se torna o seu lócus principal. [...] No campo e na cidade, vão se construindo territórios do capital, mas sem destruir todas as formas pré-existentes que, ao se metamorfosearem, encontram maneiras de resistir e persistir, enquanto outras são criadas.

O caso da agricultura no sul do Brasil, por exemplo, é sintomático. Para produzir frangos, suínos, vinhos e fumo, entre outros produtos, não se destrói a estrutura das unidades familiares de produção; ao contrário, a produção é viável, em princípio e exatamente pela existência dessa estrutura.

Este processo pode ser identificado, a título de exemplo, na agricultura do sul do Brasil, na qual a pequena produção foi um elemento de vital importância para a transformação capitalista no setor, na medida em que, através de

incentivos governamentais e de organizações tuteladas e gerenciadas pelo Estado (como o foram as cooperativas), inseriu-se no processo produtivo como unidade de produção tecnicizadas e com o grau de racionalidade exigido pelo mercado produtivo. (DUARTE, 1997, p.112)

A manutenção da 'pequena produção' não se deu, entretanto, em detrimento dos interesses da classe dominante no setor rural, tendo em vista que não foram efetuadas mudanças estruturais que alterassem a ordem econômica e as relações de poder. Pode-se dizer que, ao contrário, os setores dominantes no campo beneficiaram-se das políticas governamentais além de manter e aumentar suas condições de dominação, na medida em que mantiveram o acesso aos aparelhos de Estado, o que não foi facultado à pequena produção.

Outra contradição do processo refere-se à situação de dependência do Brasil, frente às economias mais desenvolvidas. Tal situação manifestou-se de distintas formas e concretizou-se pelo ingresso maciço de capital, de tecnologia e principalmente de empresas transnacionais, as quais passaram a ocupar espaços estratégicos no campo. O atraso brasileiro quando se tem em conta a chamada 'tecnologia fina' é colossal na área da biotecnologia, onde as empresas estrangeiras dominam a criação de novas variedades agrícolas, bem como de novos produtos.

Duarte (Ibid.) diz que “[...] a supremacia das empresas transnacionais sobre os demais segmentos tenderá a acentuar-se na medida em que a pesquisa nacional na área de biotecnologia não acompanha o avanço alcançado pelas grandes potências”. Aliam-se dessa forma interesses nacionais ao capital internacional e subjagam a agricultura, colocando-a na ordem global e submetendo-a variáveis dessa esfera.

É bem verdade que os interesses dos grupos estrangeiros, segmento economicamente mais poderoso, foram determinantes na política governamental e na própria concepção do modelo de desenvolvimento nacional; cabendo-lhes, portanto, uma posição privilegiada na conjugação de forças. Nem por isto as classes nacionais dominantes deixaram de ter um papel fundamental na arena política e econômica do país. (Ibid., p.114)

Entender as dinâmicas presentes no seio da agricultura, que a descolam dos interesses nacionais, bem como a submetem a dinâmicas novas, conduzindo e induzindo a processos heterogêneos no campo, é dar conta de um rural sensível às lógicas globais e submetido aos interesses internacionais.

Aquele rural distante, isolado e precário existe, mas, ao mesmo tempo, há espaços rurais dinâmicos, que não só transcendem as atividades agropecuárias tradicionais, bem como a partir dessas potencialidades reinventa-se e reestrutura-se.

Pode-se identificar atividades desenvolvidas que aliam o que há de mais moderno na atualidade. Sua funcionalidade, todavia, altera-se. Outras atividades passarão a fazer parte desse espaço. Agricultura em tempo parcial, pluriatividade, espaço de segunda residência, aposentados em maior número e até mesmo indústrias comporão essa paisagem. Essas tendências que vêm verificando-se em diferentes países tem sido uma realidade presente também no Brasil, como uma das expressões de que o rural é um espaço heterogêneo e sensível.

É para dar conta das particularidades do rural que segue o próximo subcapítulo, o qual visa mostrar as dinâmicas rurais e suas interfaces, como um reflexo do mundo moderno, em suas múltiplas e variáveis formas de apresentação.

### **3.2. O rural como um espaço dinâmico: o desenvolvimento e suas peculiaridades**

O rural como um espaço dinâmico: o desenvolvimento e suas particularidades abordam-se as características próprias da temática - fundamentalmente os aspectos relacionados ao meio rural - que está atrelada iminentemente aos processos que se desenvolvem no mundo, quais sejam a internacionalização das relações de produção e a intensificação da globalização.

Entende-se nessa perspectiva o meio rural como um espaço dinâmico que transcende a agropecuária. Esses são aspectos representados pela segunda moradia, pela agricultura de tempo parcial, pelo turismo e pela (re) localização de indústrias, características que demonstram as novas funcionalidades desses espaços. Ao contrário da representação usual, que associava o meio rural ao simbolismo do atraso e das carências, nessa nova ótica esse meio passa a ser entendido e compreendido a partir da interação campo-cidade.

Definido por uns como sendo um mundo, por outros como sendo uma visão de mundo (ambos em perigo de extinção), o meio rural às vezes dá impressão de ser uma estrutura inexistente, apenas armadura, como o cavaleiro de Calvino. Na verdade, parece que os participantes dos campos estão envolvidos em produzir contornos que eles/elas mesmos costumam considerar um objeto de estudo historicamente ultrapassado, espécie de fantasma de si mesmo – como um adjetivo que desejasse se substantivar (LEPRI, 2005).

As noções e as visões acerca do meio rural são pontuais. Santos (2008) menciona que no Brasil, em período anterior ao golpe de 1964, o próprio Gilberto Freyre reapareceu falando em um conceito novo no meio acadêmico chamado de 'rurbanização' e sugerindo que se atentasse para outras dimensões do rural, que apontavam para além da agricultura. Kageyama (2008), ao estudar o tema da ruralidade, destacava que:

Duas ideias gerais permeiam a noção de rural: a primeira é que a ruralidade tem uma essência geográfica; a segunda é que essa essência consiste em algum grau de distância (remoteness, termo para o qual não temos uma boa tradução), isto é, o rural é de alguma forma uma área afastada ou isolada. Há que se definir, pois, em que consiste tal distância, já que ela só pode ser relativa. Distante ou afastado em relação a que? Hite (1999), que propõe essa noção de rural, define o distanciamento do rural num semelhante ao proposto por Von Thünen em seu modelo de uso da terra agrícola há quase dois séculos. (p. 19)

Kageyama (Ibid.) busca subsídios na obra de Von Thünen, cuja primeira versão apareceu em 1826, para explicar a noção que caracterizaria o meio rural como o 'distante'. Algumas das ideias de Von Thünen ainda têm aplicações modernas em estudos sobre padrões de uso da terra urbana e modelos espaciais de custos de transportes. A ideia básica do modelo original de uso da terra agrícola é que haveria um gradiente de renda da terra baseado na distância do mercado, o que otimizaria a alocação dos diferentes usos da terra (as áreas mais próximas ao mercado central seriam destinadas aos produtos lucrativos, perecíveis e com alto custo de transporte). Como segue, Kageyama (Ibid., p.19) diz que:

A ruralidade poderia ser medida por algum vetor de distância econômica, estimada a partir dos custos para superar as fricções impostas pelo espaço. O rural seria, assim, o espaço distante, com maiores custos a superar. As economias rurais podem ser então as áreas remotas no modelo de Von Thünen: são especializadas (porque suas atividades típicas - agricultura, pesca pecuária - não geram economias internas, nem externas para incentivar a aglomeração), têm baixa densidade populacional e são relativamente pobres e conservadoras (no sentido de serem mais lentas para se ajustar aos sinais do mercado). O modelo é evidentemente reducionista e o próprio autor indaga como seria possível definir remoteness num contexto geográfico dinâmico, com muitas cidades de diferentes tamanhos e funções.

A visão usual atribui algumas características peculiares ao meio rural: são espaços de baixa densidade populacional em que a população se ocupa de atividades agrícolas e vive situação de atraso material e cultural. A origem dessa visão é a dicotomia que opõe o tradicional, representado pelo campo, pelo agrícola, ao moderno, representado pela cidade, pela indústria e o urbano.

Essa situação tem por consequência lógica e inevitável a migração populacional para as cidades. O trabalho de Sorokin, Zimmerman e Galpin, de (1930), é um marco importante na sociologia rural, ao estabelecer as diferenças entre o 'mundo rural' e o 'mundo urbano' e imprimir um forte caráter dicotômico em seus sistemas de classificação da realidade que têm perdurado por muitas décadas (KAGEYAMA, 2008).

Michel Woods (2005) sinaliza a existência de quatro abordagens utilizadas para caracterizar o espaço rural. A primeira delas remete à descrição, para a distinção entre áreas urbanas e rurais, baseada nas características socioespaciais expressas por meio de dados estatísticos; a segunda está atrelada aos aspectos socioculturais e procura identificar os territórios rurais por meio de tais características, com a distinção entre os aspectos das sociedades urbanas e rurais; a terceira considera o rural como local, ou seja, o modo como as estruturas locais interagem com os processos econômicos e sociais globais; e, por fim, o rural é tomado como representação social, que privilegia na abordagem os símbolos, ou seja, os sinais e imagens pessoais que surgem quando os indivíduos pensam sobre o rural. A ruralidade aparece como um estado de espírito, como uma identificação com o espaço rural. O rural não está apenas associado às estatísticas, ele é caracterizado pelas pessoas que nele vivem e pelo modo como elas se sentem habitando nesse espaço (MARAFON, 2011, p. 156).

A maioria das definições de rural é permeada por duas noções gerais expressas inicialmente: a natureza territorial e alguma ideia de 'afastamento', que pode se traduzir na baixa densidade ou até mesmo no isolamento econômico. Como vem indicando os postulados de diferentes teóricos, como Veiga, Sacco dos Anjos e Caldas, Mior e outros, em diferentes obras, o meio rural é dinâmico, articula-se com o urbano, apresenta inovações. Ao contrário da visão dominante que outrora indicava o 'ocaso dos campos', revelou-se essa premissa inadequada, todavia é inegável que se aprofundaram algumas situações como o êxodo rural em diferentes espaços, já outros lugares tornaram-se heterogêneos, revelando uma grande complexidade para o entendimento dessa questão.

Guibert (2009), ao tratar a questão do caso francês, aporta subsídios teóricos para entender a ruralidade:

[...] el debate se había enriquecido en los años ochenta, con los aportes, entre otros de Bernard Kayser que practicaba la interdisciplinariedad y solía trabajar con sociólogos, economistas o agrónomos. Em su obra de referencia de 1990, *El renacimiento rural (La renaissance rurale)*, destacó: el espacio

rural tiene como características principales, identidades y representaciones específicas, fuertemente connotadas por la cultura campesina. Confrontado con las profundas transformaciones vigentes em los espacios rurales (partida de productores agropecuarios, atraktividad de las ciudades, industrialización), B Kayser afirmó que la ruralidad no se pliega a análisis únicamente cuantitativos, ni siquiera a referencia de dominación socio-espaciales (en relación a lo urbano) o temporales (lo rural de hoy, con el rural de otros tiempos).

Quando se tem em conta os acontecimentos que se desenvolvem no meio rural brasileiro, é preciso entendê-los dentro de um contexto, o qual, evidentemente, deve levar em conta o desenvolvimento brasileiro e principalmente o planejamento desse desenvolvimento. Dias (2012) menciona que a falta de equidade na realização de investimentos nas regiões brasileiras, com privilégio de umas em detrimento de outras, fez com que o processo de desenvolvimento no Brasil não se distribuísse homogeneamente por todo o território nacional. Desigualdades regionais foram acentuadas e reproduzidas em ciclos de empobrecimento, acarretando a coexistência, no país, de regiões de economia estagnada, com baixos níveis de bem-estar social, ao lado de regiões de grande dinamismo socioeconômico, mostrando um quadro de inquietude social e de falta de oportunidades.

O desenvolvimento brasileiro foi anacrônico, privilegiou setores e regiões específicas acentuando as desigualdades regionais e intra-regionais, não possibilitando um desenvolvimento equitativo. As regiões que se industrializavam rapidamente, especialmente o Sudeste, receberam aporte de recursos e infraestrutura, ao passo que outras imensas áreas do território nacional permaneceram desassistidas. Isso possibilitou que o tema desenvolvimento povoasse a agenda de diferentes governos em distintas épocas, os quais pretendiam favorecer a possibilidade de crescimento da economia nacional, mas sem atentar para a complexidade que envolvia o termo desenvolvimento.

Os estudos sobre o desenvolvimento tiveram lugar central na agenda de diversos cientistas latino-americanos, especialmente desde o final da Segunda Guerra Mundial até meados da década de 70. Contudo, antes de qualquer coisa, é de bom alvitre observar que o termo 'desenvolvimento', segundo o dicionário Houaiss (2009, p.649), significa: desenvolvimento 1) ação ou efeito de desenvolver (se); desenvolvimento. 2) crescimento, progresso, adiantamento <da economia, das ciências>; 2.1) crescimento econômico, social e político de um país, região, comunidade, etc. [...]. D. Sustentável. Desenvolvimento econômico planejado com base na utilização de recursos e na implantação das atividades industriais, de forma a não esgotar ou degradar os recursos naturais; eco desenvolvimento. (Ibid., p. 196)

Analisando o sentido semântico da palavra *desenvolvimento*, percebe-se o porquê desse tema ser objeto de pesquisas e de planos estratégicos. Nesse contexto,

segundo Paula (2006), a estratégia desenvolvimentista na América Latina, na segunda metade do século XX, foi fortemente influenciada pelo chamado pensamento Cepalino (DIAS, 2012).

Uma importante vertente do debate sobre o desenvolvimento originou-se na Cepal (Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe), cujos preceitos, que tomaram força a partir dos trabalhos de Raul Prebisch, Celso Furtado e outros, desenvolveram uma proposição política para países subdesenvolvidos, ou seja, a de industrializar como meio de superar a pobreza ou reduzir a diferença entre eles e os países ricos e de atingir a independência política e econômica de crescimento econômico autossustentado. (Ibid., p. 196)

Percebe-se que o legado cepalino, por tratar de diferentes realidades e momentos, não dava conta das disparidades entre as regiões nem poderia prever as desigualdades produtivas e tecnológicas intra-regionais.

Dias (Ibid.) coloca com base em Furtado (1983, p.77) que “[...] uma observação superficial da história moderna coloca em evidência que formações sociais assinaladas por grande heterogeneidade tecnológica, marcadas desigualdades na produtividade do trabalho entre as áreas rurais e urbanas, uma proporção relativamente estável da população vivendo ao nível da subsistência, crescente subemprego urbano - isto é, as chamadas economias subdesenvolvidas - estão intimamente ligadas à forma como o capitalismo industrial cresceu e se difundiu desde os seus começos”.

Dias (2012) com base em Furtado (1969, p.21), menciona: “[...] se observarmos o desenvolvimento econômico de uma perspectiva ampla, isto é, como um processo histórico que inclui a todos os povos, constatamos que o progresso tecnológico nele desempenha papel fundamental’.

O fato de existir progresso tecnológico em certas áreas, que são pólos de desenvolvimento mundial, resulta na acumulação e nas significativas elevações da produtividade. O aprofundamento da industrialização, no entanto, requereria a ação do Estado, em particular, o planejamento estatal e medidas protecionistas, visando a aprofundar o processo de substituição. (DIAS, 2012, p. 197).

O progresso tecnológico foi negado à grande maioria das regiões brasileiras, sobretudo foi negado às camadas populares o acesso à educação e à possibilidade de libertação, sem parafrazearmos Paulo Freire, mas a liberdade como esperança. A situação é grave quando enfocam-se o rural brasileiro e as condições de vida de grande parte da população do campo, caracterizada pela precariedade. Os setores pobres do campo, ou seja, a maior fração da população, em raras oportunidades contaram com apoio oriundo do Estado brasileiro, sendo relegados como 'os invisíveis do campo'.

Sem essa recuperação, é de prever que continue a agravar-se a desarticulação das economias e que persista o impasse da estagnação. As tentativas de integração de economias nacionais desarticuladas e controladas do exterior servirão apenas para aumentar as disparidades. É evidente que só haverá desenvolvimento com a consolidação do papel do Estado como gestor das políticas públicas que possam permitir ao cidadão o acesso aos bens elementares (saúde, educação, trabalho e assistência social) que lhe permitam ter uma vida digna.

Dias (2012) com base em Furtado (1969, p.117) evidencia que “Na América Latina, a articulação multinacional, para transformar-se em efetivo desenvolvimento, requer prévia recuperação do Estado Nacional como centro básico de decisões”.

Para Veiga (2000, p.62), a questão que se coloca, portanto, é a de saber por qual motivo esse grande pensador, ao referir-se a Furtado, continuou perseverando na formulação teórica do desenvolvimento, em vez de mergulhar nessas águas turvas de imediato combate ao crescimento econômico ou de uma recusa pueril ao capitalismo, à globalização e ao progresso em geral.

Dias (2012), por exemplo, esclarece com base nos estudiosos argentinos Sabato e Botana (1968) que a crise do desenvolvimento latino-americano, na segunda metade da década de 1960, incitava novas abordagens teóricas para a questão do desenvolvimento. Em 1968, numa conferência na Itália (World Order Models Conference), Jorge Sabato e Natalio Botana complementaram o estudo sobre o desenvolvimento.

Para esses estudiosos argentinos, a inserção de uma infraestrutura científica e tecnológica na trama de desenvolvimento dos países da América Latina significa saber como e onde inovar. Contudo, esse processo constitui o resultado de uma ação múltipla e coordenada de três elementos fundamentais no desenvolvimento das sociedades contemporâneas, a saber: a) o governo, b) a estrutura produtiva e c) a infraestrutura científico-tecnológica.

Um importante estudioso do desenvolvimento, o indiano Amartya Sen (2000), dá o enfoque ao desenvolvimento nas liberdades humanas, fato que contrasta com visões restritas de desenvolvimento, como as que identificam desenvolvimento com crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) ou Produto Nacional Bruto (PNB), aumento das rendas pessoais, industrialização, avanço tecnológico ou modernização

social. Em outras palavras, o crescimento do PNB ou das rendas individuais pode ser muito importante, mas as liberdades dependem também de outros fatores determinantes, como as disposições sociais econômicas e os direitos civis. De igual maneira, a industrialização, o progresso tecnológico ou a modernização social podem substancialmente expandir as liberdades humanas, mas elas dependem também de outras influências (DIAS, 2012).

Segundo Sen (2000, p.18) o desenvolvimento requer que se removam as principais fontes de privação de liberdade: pobreza e tirania, carência de oportunidades e econômicas e destituição social sistemática, negligência dos serviços públicos e intolerância ou interferência excessiva de Estados repressivos. (Ibid., p. 204)

Ignacy Sachs (2004) compartilha da visão do desenvolvimento como expansão das liberdades de Amartya Sen (2000), abordando enfoques centrados nas questões do trabalho, da inclusão social, das políticas públicas e distribuição das rendas (DIAS, 2012).

Cabe a abertura para a discussão do problema que é crucial na economia brasileira, que refere-se à distribuição das rendas, que é o grande problema nacional. Setores restritos acedem à parte maior dos recursos da nação e por sua vez subjagam a ampla maioria da população. Embora nos últimos governos progressistas, referindo-nos aos últimos 12 anos, tenham existido evoluções importantes, ainda resta muito por fazer, visto que as dificuldades e as necessidades são do tamanho do país.

A ideia de desenvolvimento implica a expiação das desigualdades passadas, criando uma conexão capaz de preencher o abismo civilizatório entre as antigas nações metropolitanas e a sua antiga periferia colonial, entre as minorias ricas modernizadas e a maioria atrasada e exausta dos trabalhadores pobres. O desenvolvimento traz consigo a proposta de tudo - a modernidade inclusiva propiciada pela mudança estrutural. Um fato é inegável ao longo do planeta: a pobreza e a falta de perspectivas são uma constante, basicamente nos países pobres, fato que se acentua quando se leva em conta as regiões rurais e isoladas. Não são poucas as áreas rurais relegadas ao segundo plano e às vezes sequer consideradas do ponto de vista do planejamento estatal.

É nas regiões rurais dos países pobres que se concentra a maioria da população desassistida pelas políticas públicas e os maiores índices de analfabetismo. O desenvolvimento do rural é complexo, uma vez que em sua maior parte está presente em

áreas desprovidas de infraestruturas elementares (escolas, postos de saúde, transportes e telefonia, entre outras) e possibilidades do mundo moderno.

Os programas de modernização e subsídios, implantados nos anos posteriores a 1965, tiveram consequências, entre elas a tão requerida e sonhada ‘modernização’. Entretanto, essa modernização se deu no sentido de colocar pacotes tecnológicos e um conjunto de equipamentos modernos a serviço dos grandes produtores rurais. Já os agricultores familiares, em sua maioria, foram alijados do processo. Os programas beneficiaram basicamente aqueles que possuíam ou viriam a possuir ligação com o nascente complexo agroindustrial.

A maior parte dos agricultores familiares, como ao longo da história brasileira, ficaram relegados, sem assistência alguma de parte do Estado brasileiro. Na maioria das vezes sequer apareciam como um setor a ser considerado no plano estratégico do desenvolvimento nacional.

A variável que mais contribui para reduzir a probabilidade de um domicílio ser pobre é a presença de pessoas com escolaridade além do ensino básico. Essa condição pode, em princípio, ajudar a melhorar os rendimentos por permitir melhores empregos.

É necessário, portanto, valorizar as potencialidades locais em primeiro lugar, mas sem descuidar das novas possibilidades que se apresentam, outrossim, onde deve se fazer presente o Estado e sua capacidade de iniciativa. As políticas públicas até então praticadas têm se mostrado ineficazes na manutenção das populações rurais no campo. Sempre que houver dificuldades de sobrevivência do homem do campo e o mercado urbano se mostrar com ofertas de emprego, irá inegavelmente haver migração para as cidades.

As diferentes esferas de governo que queiram realmente ver o meio rural a partir das perspectivas viáveis devem atentar para além das atividades tradicionais e olhar para possibilidades como agricultura em tempo parcial, pluriatividade, turismo rural e local de segunda residência. Para que isso se confirme, deve ser ofertada a infraestrutura básica, que possibilite de fato a qualidade de vida ao homem rural, mas antes deve-se consolidar a visão do meio rural como o lugar das oportunidades, em oposição à visão dominante do ocaso dos campos.

A discussão proposta envolveu o meio rural, espaço que reúne elementos do moderno, pujante, e ao mesmo tempo apresenta fortes resquícios do passado, como o

retrato fiel de um espaço inacabado, por excelência múltiplo e diverso que se revela tão instigante.

Nesse contexto está o meio rural de Canguçu, exatamente colocado como um espaço em metamorfose que reflete as dinâmicas modernas e ao mesmo tempo apresenta elementos do passado. As deficientes estruturas de comunicação, especialmente as estradas, são um exemplo claro dos resquícios do passado que comprometem a melhoria da qualidade de vida da população.

As iniciativas dos governos em suas diferentes esferas, com destaque para a atuação do governo federal, em especial nos programas de habitação rural, têm sido importantes para dar uma configuração distinta ao meio rural, ainda insuficiente para dar conta das carências que marcam o espaço rural canguçuense. Esse local, todavia, é dinâmico e tem sido a fumicultura umas das responsáveis pelo aporte de capitais em distintas localidades com geração de renda para as famílias.

Os aportes colocados pela fumicultura têm permitido que muitas famílias melhorem suas condições econômicas de existência e inclusive passem a demandar maior quantidade de serviços no meio urbano. Essa inter-relação tem possibilitado e acentuado a relação cidade-campo como uma das marcas desse processo.

Visando a dar conta dessas dinâmicas é que segue o próximo capítulo onde se estuda e procura-se identificar os elementos que condicionam a produção fumageira em Canguçu, a qual é reveladora e demonstrativa das interações local, regional e global. E ainda evidencia-se que, certos espaços por suas características pontuais são extremamente dinâmicos e sensíveis à aplicação de capitais.

É a concentração dessa produção, dinâmicas e localização espacial que se coloca em pauta. Identificar os elementos que condicionam a interação da escala local, regional e global de produção é um desses objetivos primordiais. Não podemos negar o importante papel desenvolvido pelas fumageiras, são esses grupos em sua maioria internacionais, que aportam somas consideráveis de capitais no universo da fumicultura do município de Canguçu, notadamente em seu 1º e 2º distritos.

Entretanto, não se pode negligenciar as dinâmicas que impelem o agricultor familiar à produção de tabaco, através da modelagem do sistema integrado de produção. Modelagem esta, onde há diferenças significativas daquele modelo que predominava ao longo da década de 80 do século passado, por exemplo, na atualidade o produtor é visto

pelas empresas como um parceiro e importa que ele possa ter sucesso na atividade, embora seja um sistema de integração seletivo e exigente. Dessa forma, segue a discussão que aponta conclusões, e por sua vez desvela realidades do tema em foco.

#### **4- A produção de fumo no Brasil e no mundo**

A produção de fumo no Brasil e no mundo, mostra as razões para realização do estudo e sua importância. Para tal, faz-se o destaque para a história do fumo no mundo e no Brasil, bem como as peculiaridades desse cultivo agrícola no Rio Grande do Sul. Destaca-se a localização industrial e a relevância que a produção fumageira adquire no sul do Brasil, estando atrelada aos complexos agroindustriais

Os primeiros cultivos de tabaco datam do início da colonização portuguesa, concentrados na região Nordeste do Brasil. Em um primeiro momento era realizado por indígenas, mas, gradualmente os portugueses passaram a assumir a produção. A partir do desenvolvimento e florescimento do consumo de tabaco na Europa, os portugueses assumiram a produção concentrada no entorno de Recife e Recôncavo Baiano, situação que perdurou até por volta do início do século XX.

A partir do início do referido século, começaram a surgir os primeiros cultivos nos estados integrantes da região Sul do Brasil (Santa Catarina, Paraná e Rio Grande do Sul), sendo que neste último consolidou-se sobremaneira nas colônias de origem alemã, especialmente as localizadas no entorno do atual município de Santa Cruz do Sul.

Com a consolidação do polo fumageiro em especial no entorno de Santa Cruz do Sul as indústrias passaram a estar próximas do local de produção, permitindo a estruturação de importante núcleo de empresas processadoras de fumo. No século XX a produção de tabaco em território brasileiro consolidou-se no sul do país, enquanto os estados do nordeste ficaram restritos a determinadas variedades destinadas à fabricação de charutos. Naquele período fez-se sentir o processo de chegada de capitais internacionais que passaram a fazer a gestão e comercialização da produção.

Lima (2006) agrega ao referir-se aos conglomerados transnacionais: “[...] esse processo teve início com a vinda da British American Tobacco, ao sul do Brasil em 1918”. Entretanto, ao longo da década de 70 do século passado, a produção no sul do Brasil, basicamente no estado do Rio Grande do Sul, passou a ser importante. Outras áreas além do entorno de Santa Cruz do Sul ganharam notoriedade. Por exemplo, os municípios de Camaquã, Chувиска, Canguçu, Pelotas, Arroio do Padre e São Lourenço do Sul passaram a representar nova frente na produção fumageira brasileira.

Nos últimos 30 anos, a legislação que procura conter o tabagismo, bem como o comércio de cigarros tem sido rigorosa, mesmo assim o número de produtores, a área plantada e a produção total obtida tem se mantido estáveis. É importante mencionar que a produção desenvolve-se sobremaneira nas unidades familiares de produção, fundamentalmente vinculadas ao sistema integrado de produção. Como representação dessa nova frente de produção, consolida-se nos últimos 30 anos, no sul do estado do Rio Grande do Sul, a produção de tabaco em diversos municípios, mas em especial o município de Canguçu onde sobressae-se como uma área de destaque. Portanto, identificar as peculiaridades que possibilitam a ampliação da produção, basicamente com foco nos produtores familiares, é o objeto deste estudo.

Para tal o presente trabalho constitui-se em um estudo de caso, onde analisou-se a existência de uma nova fase dos processos de integração produtor-indústria, de sorte que esse momento invoca a existência de processos modernos que desenvolvem-se no campo, sob o domínio do modo capitalista de produção.

Para dar conta das especificidades que envolvem a produção de tabaco é necessário retomar as origens do fumo no Brasil e no mundo e suas diferentes formas de utilização ao longo dos tempos. O fumo<sup>27</sup> é um cultivo agrícola que, no sul do Brasil, é realizado em unidades familiares de produção, com emprego intensivo de mão-de-obra. A cultura do tabaco já estava presente na agricultura colonial, mas até o início do século XX era pouco expressiva em quesitos como área plantada e volumes de produção.

Etges (1991) com base em Sangirardi Jr. (1983) diz:

Os historiadores que trataram a temática da ocupação e colonização do Brasil salientam que a origem do nome tabaco está atrelada a uma pequena ilha do Caribe de nome Tobago. Cristóvão Colombo chegou a Tobago em 1498 e seis anos antes ao atual Haiti, encontrando a palavra entre os índios Arawak. Outros destacam que o tabaco já era conhecido na Ásia desde o século IX, tendo origem na palavra árabe 'tabbâq', que designava determinadas plantas fumadas em cachimbo. (p. 40)

Em que pesem as diversas teorias e divergências sobre a origem do fumo, é preciso ter em conta o que destaca Etges (1991) com base na obra *A História do Fumo Brasileiro* de Jean Batisti Nardi (1985), quando afirma que:

O local provável para o surgimento do fumo tenha sido os vales orientais dos Andes Bolivianos e dali tenha se difundido através do território brasileiro

---

<sup>27</sup> O fumo ou tabaco são designações vulgares de diversas plantas do gênero *Nicotiana* (família das Solanáceas) particularmente a *Nicotiana Tabacum* e a *Nicotiana Rústica* e dos produtos que são elaborados com suas folhas (ETGES, 1991, p. 39).

pelas migrações indígenas, sobretudo Tupi-Guarani. Quando da chegada dos europeus, o fumo era de uso comum nas tribos indígenas e cultivado em toda a costa brasileira. Depois da chegada do navegador genovês a serviço da coroa espanhola, Cristóvão Colombo, o fumo passou a ser conhecido em vários lugares. (p. 41)

Etges (1991), com base em Afonso Arinos de Melo Franco, explicita:

Para os ‘selvagens’ o uso do fumo não era propriamente um vício nem um prazer. Era uma espécie de formalidade de suas religiões elementares, destinadas a afastar os maus espíritos. Por isto os jesuítas, no Brasil quinhentista, identificaram o uso do tabaco com a prática de cultos diabólicos e infernais. Os padres perseguiram implacavelmente os brancos que se metiam nessas práticas. (p. 42)

No continente europeu após sua disseminação eram comuns as perseguições àqueles que usavam o tabaco. Logo:

[...] o uso do fumo era punido com castigos físicos, sendo que na Rússia, por exemplo, aquele que fosse surpreendido fumando ou cheirando rapé teria o nariz cortado. Como, porém, os castigos físicos fossem insuficientes ante a difusão do fumo, com o correr dos tempos foram eles substituídos por tributos elevados que até hoje vigoram em toda a parte, contando-se os impostos sobre o fumo, juntamente com os das bebidas alcoólicas, entre os mais pesados que existem. (Ibid., p. 42)

Na Europa o uso do tabaco disseminou-se. O rapé era usado de tal modo que o:

[...] Papa Urbano VIII fulminava com a pena de excomunhão todo aquele que tomasse rapé na igreja. Durante um século vigorou essa bula, sendo suspensa por Benedito XIII, apaixonado apreciador de rapé. (Ibid., p.43)

À época da colonização europeia na América, a planta que era considerada mágica pelos indígenas passou a ser comercializada com países como Portugal e Inglaterra. Com relação ao cultivo do fumo no Brasil é necessário recorrer a Etges, quando diz que:

Durante os três primeiros quartos do século XVI, os colonos portugueses obtiveram o fumo dos índios através de um sistema de trocas, entretanto, com os inúmeros confrontos entre índios e portugueses, os colonizadores passaram a cultivá-lo, tendo em vista o florescente comércio. (Ibid., p. 43)

A maioria das culturas agrícolas cultivadas no Brasil (soja, cana-de-açúcar, algodão etc.) tem por objetivo atender ao mercado externo e, por sua vez, utilizam grandes extensões de terra. A produção de fumo, embora tenha por objetivo atender às necessidades do mercado externo, era cultivada “[...] em pequenas propriedades na faixa litorânea, fundamentalmente no espaço compreendido entre Salvador e Recife, sobretudo nos arredores de Cachoeira, no Recôncavo Baiano, onde surgiram as primeiras roças” (Ibid., p. 43).

Em razão do mercado interno não absorver a produção, o fumo era direcionado na maior parte à exportação. Naquele momento a exportação possuía destinos diferenciados, sobretudo a Europa, como reflexo das relações comerciais à época.

O fumo exportado tinha três destinos principais, a saber: (i) o de primeira qualidade era mandado para Lisboa e redirecionado para outros países; (ii) os de qualidade inferior eram mandados para a Índia; (iii) a partir do final do século XVIII, passou a ser exportado também para o Uruguai e Argentina. (Ibid., p. 44)

A política de incentivos do governo nos primeiros anos do século XX possibilitou a desconcentração espacial do cultivo, com o surgimento da produção nos estados Goiás e Minas Gerais. Todavia foi, sobretudo no Rio Grande do Sul que, em decorrência da ampla disponibilidade de mão-de-obra, houve a expansão da área cultivada, com destaque para o atual município de Santa Cruz do Sul, onde naquele momento já existia expressiva colônia alemã.

A disponibilidade de mão-de-obra nas colônias alemãs como Santa Cruz do Sul influenciou a produção no estado do Rio Grande do Sul. As famílias formadas por numerosos componentes impulsionaram a atividade e permitiram que se produzisse com qualidade superior a outros lugares do Brasil.

Fruto da necessidade de aumento da produção e do florescente comércio, em muitos casos os próprios colonos recorreram a cruzamentos de variedades de fumo. À época dois eram os tipos predominantes: (i) fumos escuros e (ii) fumos claros. Os escuros ficaram restritos a cultivos no nordeste do Brasil, especialmente para confecção de charutos, enquanto os claros:

Deram resultado efetivo no estado do Rio Grande do Sul, importados de Cuba e dos Estados Unidos da América. Em 1870 foi introduzido o tipo 'chinês' do qual se originou o 'amarelinho' que passou a ser cultivado em larga escala na província. O tipo 'Virginia' foi introduzido em 1920 e rapidamente, por suas vantagens em termos de rendimento, facilidade na secagem e boa qualidade apresentada, transformou-se numa das variedades cultivada no Brasil. (Ibid.)

Quantos aos fumos claros Lima (2006) pontua que:

Todo empenho com os novos ensinamentos culmina com o deslocamento à região base da fumicultura rio-grandense, em 1928, do técnico e professor americano Richard Tankersley. Contratado pela BAT, o técnico buscava fundamentalmente ensinar os cultivadores de fumo a plantar a variedade Virgínia. Pouco a pouco, as novas variedades desenvolvidas, através da técnica de melhoramento genético combinado com a utilização de fertilizantes, promoveram o encurtamento do ciclo da planta [...]. (p. 199).

A evolução da produção de tabaco implicou que as empresas fumageiras passassem a implantar novas indústrias, possibilitando dinamismo ao setor, com

absorção da produção oriunda das unidades familiares de produção. Já ao final dos anos de 1970 e início dos anos 1980 o processo de modernização implicou alterações na estrutura agrária. A implantação dos complexos agroindustriais (CAIs) possibilitou a expansão do cultivo de fumo nos pós-década de 80 impondo mudanças aos processos produtivos.

Para Sacco dos Anjos e Caldas (2009):

O período coincidente com a modernização conservadora (1965-1980) é marcado pelo aprofundamento da mercantilização da agricultura e da vida rural que trouxe consigo inúmeros desdobramentos. A simplificação dos sistemas de culturas, a especialização e a intensificação produtiva e o produtivismo são vistos como implicações diretas de um fenômeno no qual a perda de autonomia das famílias é incontestável, conferindo-lhes uma posição subordinada e vulnerável em relação aos mercados.

Alves *et al.* (2005, p. 153) mencionam que “[...] a integração, nascida da forma empresarial, busca seu desenvolvimento em regiões de presença do que hoje chamamos de agricultura familiar”. O processo de implantação dos complexos agroindustriais e sua operacionalização via sistema integrado de produção é um reflexo dos processos de modernização que passaram a predominar no Brasil. Andrade (1979, p.110) esclarece:

A modernização capitalista que ora atinge a agricultura brasileira, por ser capitalista, tem como primeira preocupação a acumulação de capital, concentrado, naturalmente, nas mãos de grupos e empresas que já possuem capital ou que têm facilidade de acesso aos bancos estatais.

O conjunto de alterações nas características da agricultura brasileira consolida-se especialmente após a década de 70, mas intensifica-se ao longo dos anos 80, possibilitando a inserção econômica de setores da agricultura familiar.

A mercantilização da agricultura e dos espaços rurais do Brasil meridional se impõe de forma implacável sobre o universo da agricultura familiar. Como é sabido, a relação com o mercado é um aspecto intrínseco dos descendentes de europeus no Sul do país, os quais desenvolveram um sistema de policultura articulado à criação de pequenos animais e de gado para a produção de leite. [...] A partir da modernização da agricultura, houve a eliminação de muitas explorações familiares que se mostravam incapazes de incorporar as inovações tecnológicas e o novo modo de produzir. As que conseguiram sobreviver, sob um ambiente invariavelmente desfavorável, foram lançadas numa perversa espiral que lhes conduziu à especialização produtiva. (SACCO DOS ANJOS e CALDAS, 2009, p. 160)

Em relação às discussões que envolvem a especialização produtiva, Sacco dos Anjos e Caldas (Ibid.) referem:

Os agricultores vêm-se permanentemente obrigados à incorporação de novos processos e tecnologias sob pena de serem expulsos da atividade. O ritmo é ditado pelas imposições do mercado, sendo eufemisticamente chamado de profissionalização da agricultura. (p.162)

Os autores Sacco dos Anjos e Caldas (Ibid., p. 163) salientam que “[...] as famílias intensificam a produtividade como forma de compensar o declínio dos preços dos produtos, fenômeno esse detectado por Chayanov (1974) ao estudar o comportamento dos camponeses russos no início do século XX”.

A fumicultura, que é uma atividade dinâmica, articula a escala local, regional e internacional e exige do produtor uma especialização cada vez maior. Por isso, muitos que haviam ingressado na atividade acabaram desistindo pelas imposições do mercado.

Certos grupos de agricultores que já possuíam um longo histórico nas lides com a atividade e capacidade financeira para investirem na produção passaram por um processo de especialização produtiva<sup>28</sup>, com aquisição de equipamentos modernos (tratores, estufas LL<sup>29</sup> e agroquímicos, entre outros) o que automaticamente os obrigou a incrementarem os índices produtivos sob pena de não terem rentabilidade que lhes permitisse continuar nesse segmento.

Como consequência do processo de modernização agrícola, a agricultura familiar perde suas especificidades; os produtores de fumo aderem a um processo extremamente seletivo. Estruturam-se cadeias produtivas complexas, com grandes ramificações, normalmente operadas por grupos transnacionais.

Martins (1995), com referência à atuação do capital na agricultura, enumera algumas considerações:

Onde o capital não pode se tornar proprietário real da terra para extrair junto o lucro e a renda, ele se assegura o direito de extrair a renda. Ele não opera no sentido de separar o proprietário e o capitalista, mas no sentido de juntá-los. Por isso, começa estabelecendo a dependência do produtor em relação ao crédito bancário, em relação aos intermediários. (p. 176)

Oliveira (1986) menciona que:

---

<sup>28</sup> O argumento central de Ploeg (1992) é que o processo de modernização tecnológica estaria desconectando a agricultura, como prática social, da natureza e da ecologia, da estrutura e da qualidade do trabalho, da organização social específica do tempo e do espaço, das ligações com a elaboração de produtos de qualidades específicas e da família, como princípio de organização social. No entanto, segundo Ploeg, a ciência e a tecnologia estandardizada do *agribusiness* requer sistemas de conhecimento específico que seriam, por natureza, localizados. Esta situação, aliada à crise ecológica, estaria levando a uma realocação da produção agrícola. Ploeg defende que a sustentabilidade na agricultura requer uma reavaliação e uma reinvenção: 'a arte da localidade' e 'a arte da agricultura' (MIOR, 2007, p. 270).

<sup>29</sup> A estufa 'Loose Leaf', ou folha solta, constitui-se uma nova arquitetura de estufas de cura e secagem em que dispensa costura das folhas e estaleiros convencionais, economizando em torno de 35% da lenha utilizada, bem como otimiza a mão-de-obra empregada. Essa tecnologia foi desenvolvida pela Souza Cruz e seu corpo técnico sob a patente PI 9700080 e obteve o prêmio de inovação tecnológica da Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP) no ano de 1999 (SOUZA CRUZ, relatórios de prêmios, 2012).

A renda da terra é uma categoria fundamental, especialmente no estudo da agricultura. [...] no modo capitalista de produção, a renda da terra é sempre acima do lucro. [...] o lucro médio que todo capitalista retira de sua atividade econômica, lucro sem o qual nenhum capitalista colocaria seu capital para produzir.

Martins (1995, p. 151) propõe que “[...] é improvável que alguém se atreva hoje a escrever ou falar sobre as características ou os acontecimentos do mundo rural brasileiro sem atribuí-los à expansão do capitalismo no campo”.

Quando dizemos que as grandes transformações que ocorrem no mundo rural são devidas à expansão do capitalismo, não estamos mentindo ou faltando à verdade. Entretanto, estaremos simplificando demais a questão se nos limitarmos a ver meras relações de causa e efeito entre o capital e os problemas que vão surgindo. Desde logo, convém dizer que o capitalismo está em expansão tanto no campo como na cidade, pois está é a sua lei: a lei da reprodução crescente, ampliada. A tendência do capital é a de tomar conta progressivamente de todos os ramos e setores da produção, no campo e na cidade na agricultura e na indústria. (Ibid., p. 152)

Os avanços e retrocessos da produção fumageira no município de Canguçu implicam que se busquem os elementos que permitiram sua estruturação, a qual se dá a partir do ingresso de capitais majoritariamente internacionais que por sua vez permitiram a consolidação do Complexo Agroindustrial (CAI).

Marafon (2011, p. 159) comenta:

Destarte, como caracterizar o espaço rural brasileiro em suas múltiplas funções? Com suas atividades agrícolas e não agrícolas? Podemos iniciar caracterizando o campo brasileiro a partir de suas grandes marcas como os complexos agroindustriais, a produção familiar, a luta pela terra e como se estabelecem as relações com a cidade. A expansão dos complexos agroindustriais (CAIs) ocorreu devido à incorporação de vastas extensões de terra, no caso da soja e das cadeias produtivas de origem histórica como o café, o algodão, a pecuária bovina, com a utilização de tecnologia, da mecanização da produção, prioritariamente voltada para a exportação.

O entendimento da formação dos CAIs requer que se ancore a discussão em Delgado (1985) ao dizer que:

O final dos anos 60 é considerado o marco de constituição do chamado CAI brasileiro, denominado por alguns autores, arrancada do processo de industrialização do campo. Esse processo se caracteriza pela implantação de um setor industrial, de bens de produção para a agricultura. (p.34)

Marafon (2011, p. 159) com base em Rua *et al.* (1993, p.111) enumera que:

O fundamental é lembrar que a agricultura está oligopolizada nos CAIs e que mesmo uma pequena produção pouco tecnificada necessita, de alguma maneira, de crédito (bancários ou particulares) para assegurar a manutenção da produção familiar e, dessa maneira, acabar por se integrar aos CAIs, pois, além da dependência financeira, dependente de mecanismos de comercialização, assistência etc. [...] A constituição dos CAIs e a industrialização da agricultura passam a definir o ritmo da produção, as formas técnicas de produzir e as relações sociais que passam a vigorar no campo brasileiro.

Os processos de modernização em sua estrutura são multifacetados e tiveram na articulação dos complexos agroindustriais uma das formas de consolidação. Entretanto, foram realizações que não guardaram equidade social, tampouco territorial, gerando e acentuando desigualdades.

O processo de modernização se realiza com intensa diferenciação, e mesmo exclusão de grupos sociais e regiões econômicas. Não é, portanto, um processo que homogeneiza o espaço econômico e tampouco o espaço social e tecnológico da agricultura brasileira. (DELGADO, 1985, p. 42)

A discussão implica que:

O crescimento rápido da urbanização e das exportações, a modernização da agropecuária enseja a constituição e ampliação dos diversos ramos dos CAIs, a organização de um sistema de financiamento para atividades rurais, o sistema nacional de crédito rural e, por último, a definição de um novo padrão de regulação das relações sociais e econômicas do setor rural pelo Estado que configuram, em seu conjunto, um novo padrão de desenvolvimento rural que se convencionou chamar de modernização conservadora. (Ibid., p.21)

Em áreas determinadas da agricultura brasileira a existência dos complexos agroindustriais foi fundamental para a expansão de cultivos. Um dos casos pontuais é o da fumicultura no sul do Brasil. A partir da introdução da lógica de mercado, houve aumento nas áreas cultivadas. Isso se deve a uma série de fatores como a assistência técnica, que permitiu a melhoria da qualidade do produto final e considerável número de unidades familiares de produção com mão-de-obra disponível. Possibilitou-se, dessa forma, a expansão das áreas cultivadas, especialmente no sul do estado do Rio Grande do Sul, implicando na geração de renda e circulação de recursos econômicos em uma região com atividades econômicas pouco diversificadas. Esse é um dos reflexos da penetração do capitalismo no campo.

De acordo com Abramovay (1992):

A previsão de Marx de que a grande empresa capitalista se generalizaria na agricultura tanto quanto na indústria possui a virtude histórica. As formas de produção familiar existentes a seu tempo exprimiam sobrevivências de um passado que o desenvolvimento capitalista se encarregaria de remover [...].

Postulado importante é o evidenciado por Kautsky (1980) ao elucidar que:

Sem dúvida alguma - e admitimos como provado - a agricultura não se desenvolve segundo o mesmo processo da indústria. Ela segue leis próprias. Mas isto absolutamente não quer dizer que a evolução da agricultura se coloque em oposição à da indústria e que ambas são inconciliáveis. Ao contrário, julgamo-nos com elementos para demonstrar que ambas tendem para o mesmo fim, uma vez que não as isolemos uma da outra, e as consideremos como partes de um mesmo progresso de conjunto. (p. 27-28)

Nas palavras de Guanzirolí *et al.* (2001) a prevalência:

[...] da produção familiar na agricultura dos países capitalistas pode ser explicada, em primeiro lugar, pela capacidade de incorporar progresso técnico e de responder as demandas do setor urbano industrial em expansão. Em segundo lugar, pelo reconhecimento de sua importância político-estratégica em projetos de desenvolvimento nacional.

A predominância das relações capitalistas de produção é algo inequívoco e não se pode ignorar o papel que o sistema integrado de produção cumpre na organização desse processo que tem consequências no campo. Destaca Candiotto (2011): “Como exemplo, tem-se a integração dos agricultores familiares com as agroindústrias, para criação de aves, suínos, leite, fumo, entre outros produtos”.

É assim que Alves *et al.* (2005) destacam:

A integração, nascida da forma empresarial, busca seu desenvolvimento em regiões de predomínio da agricultura familiar [...], no entanto, esta inserção vem se modificando, porque as imposições tecnológicas chegaram a tal ponto que não é mais possível ser suportado pela agricultura familiar, aos poucos esta vai cedendo espaço ao modo empresarial de produção. (p. 153)

Quanto à operacionalização do sistema integrado, entende-se que:

O sistema de integração constitui uma estratégia adotada pelas grandes agroindústrias, que vêm conquistando novos mercados, ampliando sua produção e conseqüentemente seus lucros. A integração com os agricultores garante produção com qualidade e baixos custos, pois a empresa não precisa comprar terras, ampliar contratação da mão-de-obra, nem se preocupar com questões trabalhistas (Ibid., p. 145).

É notório no campo brasileiro o processo de interação entre as 'empresas integradoras' e setores da sociedade que compõem uma lógica peculiar, em que as políticas públicas são direcionadas para atender a setores específicos e interesses dos grupos econômicos. Em certos casos com dinheiro público, mas que continua sendo visto como umas das formas de gerar emprego e renda. Algumas das razões para a defesa da atuação das empresas integradoras pode ser encontrada em Alves *et al.* (Ibid.):

i) *Uma relação íntima com o poder governamental*, que significa a fusão de interesses entre empresa e Estado, de modo que os interesses das empresas tornam-se políticas de Estado; ii) *Uma relação íntima com os órgãos de pesquisa* [...], as necessidades da empresa passam a constituírem-se em linhas de pesquisa das instituições, procedimento aceito com argumentos de interesse público, em nome do desenvolvimento social e dos mais pobres; e iii) *Desvalorização do trabalho*, frente ao aumento da produtividade e ao avanço da tecnologia.

A relação de integração produtor/indústria, ao contrário do que se possa vislumbrar, não é pacífica. São usuais processos de integração em que o produtor é submetido aos interesses da empresa, tendo que cumprir as regras estabelecidas. Acentua-se a relação de dependência e conflitos surgem a todo o momento, no caso do fumo especialmente com os preços praticados pela indústria.

[...] a relação das famílias com as empresas é regida por contratos de integração vertical que, se por um lado, asseguram a compra antecipada da produção, por outro, obrigam as primeiras à adoção de um pacote tecnológico: adubos, agrotóxicos e serviços (assistência técnica) que serão descontados ao final da safra. Mas os produtores são responsáveis pela secagem do fumo colhido a campo [...] sendo essa uma etapa das mais complexas face aos riscos que envolvem a qualidade da produção, a insalubridade da operação e a extensão das jornadas de trabalho. (SACCO DOS ANJOS e CALDAS, 2009)

Para Brose (1999) esses fatos refletem as forças de mercado em sua relação com a agricultura familiar. É possível salientar que: “[...] se deixada à própria sorte frente às forças do mercado, a agricultura familiar se transforma em alvo fácil de monopólios e intermediários que se apropriam do valor agregado da produção”.

É importante ter em conta que o modelo imposto é gerido a partir da guarida do Estado e altera as relações capitalistas de produção, com desdobramentos no meio rural. Como menciona Fontoura (2009):

O modelo imposto refere-se à integração de capitais urbanos ao campo [...] a novidade é que vem respaldada pelo amplo aparato creditício, da assistência técnica, da infraestrutura e pela legitimidade do Estado, através da ideologia do desenvolvimento. (p. 276)

No Brasil, a cadeia produtiva do tabaco está organizada e sua vinculação com o mercado ocorre no plano internacional. É preciso salientar que a atividade da fumicultura sul-brasileira é operacionalizada por empresas multinacionais. Raros são os casos de indústrias locais ou empresas de pequeno porte na atividade e, quando existem, possuem escala de atuação limitada.

A contribuição de Fontoura (Ibid.) menciona que a produção agrícola realizada pelas propriedades familiares é especializada e dessa forma:

O campo passa a produzir um produto específico para um segmento específico de consumidor urbano, que se relaciona com seu imaginário, valores e até mesmo fetiches. De uma forma, ou de outra, por resistência ou alternativa ao capitalismo, ao se inserir no mercado, a relação campo-cidade garante a reprodução social capitalista contemporânea, flexível e globalizada. Sabe-se que não disputa com as grandes lavouras capitalistas modernas nem mercados, nem localização. Ao contrário busca espaços em branco deixados nos mercados e nas regiões onde a renda da terra é mais baixa, não isolada da informação e com a relação cidade-campo. (p. 282)

Frente às tendências modernas, o campo se adapta às necessidades urbanas, em um processo constante de complementaridade, mas sempre sob a égide de grandes grupos nacionais ou internacionais. É um novo tipo de agricultura, onde se tenta equiparar o tempo do capital aplicado no urbano e no campo. Oliveira (1986) evidencia que: “[...] a industrialização da agricultura [...] gera a agroindústria. É, portanto, o

capital que solda novamente o que ele mesmo separou: agricultura e indústria, cidade e campo. Nesse ínterim, há o surgimento de novos termos, para designar algo que ganha força nas últimas décadas.

O surgimento de novos termos como agribusiness foi proposto pela primeira vez nos anos 1950 no Centro de Administração de Negócios (Graduate School of Business Administration, de Harvard) por dois autores norte-americanos, Jonh Davis e Roy Goldberg (A Concept of Agribusiness, 1957) para explicar o processo de subordinação e as relações da agricultura com setores industriais e comerciais. O termo define-se como a soma total de todas as operações envolvidas na manufatura e na distribuição de suprimentos agrícolas; de operações de produção no campo, e de armazenamento, de processamento e de distribuição de produtos agrícolas, bem como dos itens produzidos. (CLEPS JUNIOR, 2010, p. 40)

Cleps Junior (Ibid.) agrega que a grande razão para a definição do termo '*agribusiness*' foi a rápida mudança da agricultura na maior parte do ocidente, especialmente nos Estados Unidos, nas décadas consecutivas à Segunda Grande Guerra. Na realidade, o termo surgiu para dar conta das relações mais estreitas entre o campo e a indústria. Destaca também Graziano da Silva (1991, p. 7) que a ideia de *agribusines* não apenas ressalta os vínculos intersetoriais existentes, mas também coloca a produção agrícola como parte de um sistema de *commodities* muito mais amplo, enfatizando as suas relações com o mundo dos grandes negócios.

A interpelação agricultura-indústria se intensifica, demonstrando uma nova fase das relações de produção. Cleps Junior (2010, p. 41) traz Kautski (1980, p.272) e diz:

O modo de produção moderno chega [...] no fim do processo dialético, a seu ponto de partida, a supressão do divórcio entre a indústria e a agricultura, mostrando que se a agricultura campesina primitiva, a agricultura era, do ponto de vista econômico, o elemento decisivo e dirigente, esta relação agora se subverte. A grande indústria capitalista passa agora a dominar. A agricultura passa a obedecer às suas ordens, adaptar-se às suas exigências. A direção da evolução industrial serve de regra à evolução agrícola.

É assim em setores representativos do sul do Brasil em que se produz para atender aos mercados, com âncora nas unidades familiares de produção e servindo de base para a produção de frangos, suínos, leite e especialmente fumo.

Por sua importância socioeconômica, o cultivo do fumo está presente em municípios dos estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná, sendo responsável pela geração de empregos e renda no campo, mas também no meio urbano ao movimentar uma importante cadeia produtiva. No estado do Rio Grande podem-se destacar municípios como Santa Cruz do Sul onde se localizam as maiores plantas

industriais para beneficiamento do produto. São empregos gerados no campo e no meio urbano com arrecadação de vultosas somas em impostos.

Porém, como toda atividade econômica que gera impactos, especialmente à saúde pública, há uma forte contestação à atividade. Nos últimos anos está sendo articulado o tratado internacional que visa a regulamentar o ramo, sobretudo o consumo de produtos derivados do tabaco. Esse tratado foi denominado Convenção Quadro para o controle do consumo do tabaco e congrega interesses de mais de 170 países. A discussão desenvolvida pela Convenção Quadro envolve a academia, os produtores, os sindicatos, a indústria e o sistema de saúde, entre outros. Surgem argumentos que defendem a atividade (geração de emprego e renda, atividade adequada para as unidades familiares de produção) e aqueles que questionam a atividade (malefícios à saúde, trabalho infantil e desmatamento, entre outros).

A questão central versa sobre as perspectivas que a agricultura familiar terá no horizonte próximo, diante do quadro de incertezas quanto à atividade fumageira. Vislumbra-se que não é possível o governo brasileiro assumir um compromisso internacional sem avaliar as consequências que essa postura causará a milhares de agricultores familiares instalados, sobretudo no sul do Brasil.

O fumo e seu uso causam danos irreversíveis à saúde pública; as estatísticas oficiais apontam anualmente os milhares de casos e mortes<sup>30</sup> que têm como fator gerador o uso do tabaco. Existem questões relacionadas ao uso dos agrotóxicos no cultivo e os produtores que se intoxicam pela manipulação inadequada destes produtos.

Se por um lado os danos à saúde pública são incontestáveis, por outro não se tem a certeza de que a simples extinção da produção de fumo em território brasileiro iria redundar no fim da comercialização dos derivados do tabaco. Ainda existe o tema dos empregos gerados ao longo da cadeia produtiva no campo e na cidade e que garantem a sustentação econômica de muitas regiões gaúchas, por exemplo. É um assunto que não

---

<sup>30</sup> No Brasil, o número de fumantes permanece em queda. Segundo o Vigitel 2013 (Vigilância de Fatores de Risco e Proteção para Doenças Crônicas por Inquérito Telefônico), em 2013, a prevalência de fumantes caiu para 11,3%. O dado é três vezes menor que o índice de 1989, quando a pesquisa realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) apontou 34,8% de fumantes na população. A meta do Ministério da Saúde é chegar a 9% até 2022. O tabagismo é uma doença epidêmica responsável por cerca de 200 mil mortes por ano no Brasil. Os cânceres de pulmão e laringe são os que mais matam no país. Em 2012, foram registrados 23.501 óbitos de câncer de pulmão e 4.339 de laringe. Para 2014, estima-se o surgimento de 27,3 mil novos casos de câncer de pulmão e 6.870 de laringe. (Portal Brasil, 2015).

tem uma única verdade, mas lados que procuram explicitar seus interesses e perspectivas.

O Quadro 8, por exemplo, faz um apanhado da produção de fumo em nível mundial (t), ressaltando os principais países produtores e exportadores na safra 2011/2012. Verifica-se que muitas nações produzem fumo, entretanto poucas concentram boa parte da produção mundial.

Quadro 8 - Situação mundial da fumicultura (2011/2012)

<b>Países</b>	<b>Produção (t)</b>	<b>Exportação (t)</b>	<b>Exportação (%)</b>
China	2.229.920	0,0	0,0
Brasil	745.360	651.190	87,36
Índia	640.820	271.060	42,29
Estados Unidos da América	235.580	153.130	65,00
Zimbábue	141.320	43.520	30,79
Argentina	115.330	36.100	31,3
Malavi	79.250	71.500	90,22
Tanzânia	71.200	20.390	28,63
Itália	59.700	39.000	65,32
Zâmbia	40.000	40.000	100,00
África do Sul	15.700	1.000	6,36
Croácia	13.330	4.900	35,76
Colômbia	11.010	3.100	28,15
R Dominicana	10.030	9.000	87,38
Portugal	900	10,0	1,10
Outros	2.116.540	645.900	30,51

Fonte: Afubra, ITGA, 2012.

A China, embora seja o país líder em produção e consumo de tabaco, destina sua produção para atender às necessidades do mercado interno. Já o Brasil nos últimos 20 anos vem consolidando sua posição ao articular a escala local de produção em

consonância com as exigências internacionais. As exportações brasileiras estão em constante crescimento em diferentes produtos agrícolas, como soja e fumo, e dessa forma são responsáveis pela estabilidade da balança de pagamentos. Em que pese as críticas feitas aos problemas desencadeados pelo agronegócio, não podemos negar a influência que o setor agroexportador exerce no equilíbrio das contas externas.

Pode-se verificar que as necessidades de dólares para fazer frente ao desequilíbrio na balança de pagamentos tende a exigir maiores quantidades exportadas. Entretanto, as exportações nacionais concentram-se em matérias-primas com baixo valor agregado, como é o caso do fumo. Pode entrever-se que o Brasil se consolida como um país agroexportador de matérias-primas, entretanto países como a China, que nos últimos anos tem sido um grande parceiro comercial, impõem condições para realizar a transação comercial.

Entre essas condições, está à aquisição por parte do Brasil de manufaturados, o que acaba de alguma forma por impactar a indústria nacional. O sucesso do agronegócio redundará em reduzir o parque industrial nacional e o ingresso em uma espiral de desindustrialização. Em razão disso, o governo brasileiro deverá impor medidas drásticas, que beneficiem a indústria local e possam permitir agregação de valor à produção.

Quando se tem em conta a localização da produção fumageira, no Brasil verifica-se que ela não é uniforme; ao contrário, é concentrada. A produção fumageira no país nos últimos anos tem se concentrado nos estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná. Os estados nordestinos (Bahia e Pernambuco, em especial) que ainda produzem tabaco são pouco significativos em relação ao número de famílias envolvidas, bem como à área plantada.

Em razão das diferenças entre a região Sul do Brasil, a região Nordeste e as demais, o Quadro 9 apresenta a concentração da produção (Safra 2011/2012) com dados relativos ao número de famílias envolvidas, área plantada, produção total e relativa.

Quadro 9 - Fumicultura regional brasileira

Safra 2011/2012	Famílias envolvidas	Área plantada	Produção total (t)	Produção total (%)
Região Sul	165.170	325.610	727.510	97,6
Região Nordeste	20.650	15.510	17.270	2,3
Demais regiões	970	730	580	0,1

Fonte: Afubra, 2013.

A produção de fumo no Brasil no início da colonização se concentrou nos estados do nordeste do país, sobretudo Bahia e Pernambuco. Ao longo do século XX, essa concentração alterou-se profundamente e estabeleceu-se nos estados do Sul, em especial no Rio Grande do Sul. O nordeste, ao longo da história da produção de fumo brasileiro, perde importância ao final do século XX, quando parte da produção passa a concentrar-se no estado do Rio Grande do Sul, na região de Santa Cruz do Sul. Na atualidade, a região Nordeste dedica-se basicamente à produção de fumos escuros com baixo valor de comercialização e, embora atenda a mercados de exportação para confecção de cigarros e charutos, são produtos que não alcançam cotações internacionais elevadas.

Na safra 2011/2012 tem-se 97,6% da produção total concentrada nos estados do sul (Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná), com destaque para o estado do Rio Grande do Sul, já o nordeste brasileiro representa apenas 2,3% e as demais regiões brasileiras (Norte, Centro-Oeste e Sudeste) com inexpressiva cifra de 0,10%. Os números dão conta de 165.170 famílias de produtores envolvidos, enquanto no nordeste 20.650 famílias cultivavam tabaco. Sem dúvida, os números mostram que a concentração da produção acentua-se no sul do Brasil, especialmente pela disponibilidade de mão-de-obra qualificada, seja na produção rural ou no processamento nos parques industriais.

Outra das situações que diferenciam a produção fumageira no sul do Brasil e a dos estados do norte e nordeste, notadamente Pernambuco e Bahia, é a qualidade da produção. Enquanto no nordeste a produção se desenvolve sem maior aplicação de

pacotes tecnológicos, no sul do país essa produção é desenvolvida a partir de modernas técnicas de produção o que acaba por gerar um produto de qualidade.

Nos estados do sul (Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná) é elevado o número de famílias que têm como a sua principal fonte de renda a produção de fumo. Como mostrará a Tabela 1, a região Sul possui considerável número de famílias produtoras. Destacam-se os dados para um período superior a trinta anos, ou seja, desde as safras 1979-1980 até 2011-2012, com destaque para as famílias envolvidas e dados propriamente da produção obtida.

Tabela 1 - Evolução da fumicultura na Região Sul do Brasil

<b>Safra</b>	<b>Famílias Produtoras</b>	<b>Hectares plantados</b>	<b>Produção (t)</b>
1979/1980	94.080	171.080	286.090
1989/1990	127.400	201.940	367.960
1999/2000	134.850	257.660	539.040
2000/2001	134.930	253.790	509.110
2001/2002	153.130	304.510	635.110
2002/2003	170.830	353.810	600.540
2003/2004	190.270	411.290	851.060
2004/2005	198.040	439.220	842.990
2005/2006	193.310	417.420	769.660
2006/2007	182.650	360.910	758.660
2007/2008	180.520	348.720	713.870
2009/2010	185.160	401.703	669.619
2010/2011	186.810	372.930	832.830
2011/2012	165.170	324.610	727.510
<b>Média</b>	<b>164.082</b>	<b>331.256</b>	<b>650.289</b>

Fonte: SindiTabaco, 2012 (Organizado pelo autor)

Ao longo dos anos verificam-se aumentos na área plantada e produção total. Em safras como a de 1979/80 eram 171.080 hectares e uma produção da ordem de 286.090 toneladas, envolvendo um total de 94.080 famílias. Em 2000/2001 plantaram-se 253.790 ha com uma produção total de 509.110 t, envolvendo um universo de 134.930 famílias. Em 2010/2011, a área plantada foi de 372.930 ha, uma produção total de 832.830 t e um número de famílias envolvidas da ordem de 186.810. Os valores apresentados evidenciam incrementos na produção para os períodos analisados, em famílias produtoras, área cultivada e produção total.

O conjunto de dados colocados, seja em termos absolutos ou relativos, aponta inexoravelmente para o aumento e importância da fumicultura, com incremento nos índices de produtividade<sup>31</sup>. Isso comprova que o aumento de produção está diretamente relacionado aos investimentos em tecnologia (estufas, sementes, fertilizantes etc.) que propiciaram a produção em quantidade, mas com qualidade superior àquela alcançada nos anos 80 do século passado.

Um dos fatores a ser destacado é a propriedade onde se desenvolve a produção fumageira, consolidando a tese que um dos fatores-chave para desenvolvimento da fumicultura é a estrutura de unidades familiares de produção. Tendo por objetivo enfocar a produção fumageira na região sul do Brasil, a Tabela 2 destaca a dimensão das propriedades e a distribuição pelos estratos de área, utilizadas para a produção de fumo nos estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná. Os presentes dados dizem respeito à safra 2010/ 2011, corroborando que essa é uma atividade econômica que inequivocamente abrange o universo da agricultura familiar.

---

<sup>31</sup> A respeito do aumento de produtividade, Mazoyer e Roudart conferem importante destaque em relação à agricultura mundial: “Em pouco mais de meio século, a [diferença de] produtividade da agricultura menos produtiva do mundo, praticada exclusivamente com ferramentas manuais (enxada, pá, cajado, facão, faca ceifadeira, foice...) e a agricultura mais bem equipada e produtiva do momento, realmente se acentuou: passou de 1 contra 10 no período de entre-guerras, de 1 para 2.000 no final do século XX (2010, p.27).

Tabela 2 - Distribuição fundiária na fumicultura sul-brasileira (safra 2011/2012)

<b>Hectares</b>	<b>Famílias</b>	<b>(%)</b>
0 a 1	41.270	25,00
1 a 10	57.990	35,10
11 a 20	41.710	25,30
21 a 30	16.330	9,90
31 a 50	6.180	3,70
Mais de 50	1.690	1,0
<b>Total</b>	<b>165.170</b>	<b>100%</b>

Fonte: Afubra, 2012

A produção desenvolve-se em unidades familiares de produção, com utilização de áreas reduzidas. Por exemplo, as propriedades com menos de 1 hectare respondem pelo universo de 41.270 famílias, ou seja, 25% das áreas cultivadas. Nesse extrato concentram-se muitas famílias pluriativas e que utilizam a atividade de cultivo do fumo como uma forma de complementar a renda.

O universo de 11 a 20 hectares compreende o universo de 41.710 famílias, representando 25% do total das propriedades. Entre 1 e 10 hectares, tem-se 57.990 famílias. Já entre 21 a 30 hectares existiam 16.330 famílias, correspondendo a 9,90% das propriedades. O universo superior a 30 hectares perfaz apenas 4,7% das propriedades e um número total de famílias da ordem de 7.870. Isso evidencia que a atividade 'cultivo do fumo' desenvolve-se em pequenas propriedades.

Os dados referentes à estrutura fundiária, onde desenvolve-se a fumicultura, menciona fundamentalmente que é uma produção que se desenvolve nas unidades familiares de produção e propriedades que na maioria dos casos possuem menos de 30 hectares. Isso coloca a importância que tem a produção fumageira no meio rural, onde as famílias encontram a forma de subsistência e de melhoria das condições de vida.

No Rio Grande do Sul, nos últimos 30 anos tem-se a expansão do cultivo de fumo em áreas do sul do estado, especificamente em municípios como São Lourenço do Sul, Pelotas e Canguçu. No último município citado, verifica-se a ampliação da

produção em áreas pré-determinadas e localizadas fundamentalmente no 1° e 2° Distritos, área onde há o predomínio das unidades familiares de produção.

*A priori*, mesmo dentro de um universo reduzido de produtores, encontram-se muitas diferenças entre eles, revelando que a aparente homogeneidade guarda distinções. Entender essas diferenças, projetar horizontes, bem como diagnosticar as razões que consolidam a fumicultura é o ponto fundamental. Dessa forma, estabelecer a tipologia dos produtores, dando voz aos protagonistas do campo é o objetivo do próximo subcapítulo.

#### **4.1 Estabelecendo a tipologia dos produtores de fumo no 1° e 2° Distritos do município de Canguçu**

Estabelecendo a tipologia dos produtores de fumo no 1° e 2° Distritos do município de Canguçu, retrata a realidade da produção de fumo no município. Fundamentalmente, salienta-se que, mesmo em um universo restrito que é o de produtores de fumo, existem particularidades que condicionam a existência de distintos tipos de produtores. Com destaque para a produção de fumo em Canguçu e região, procura-se demonstrar a importância que esse cultivo alcança na realidade local e regional.

A fumicultura é o principal cultivo agrícola no município de Canguçu, responsável pela geração de postos de trabalho no meio rural. É nesse espaço que se dão os impactos da ampliação da produção. São recursos econômicos aplicados em larga escala pelas empresas fumageiras que acabam por consolidar a relação do local, articulada com a lógica do global. É uma atividade que de antemão permite que se intensifiquem as relações cidade-campo, uma vez que os produtores passam a ter maior dependência das atividades desenvolvidas na cidade.

Os empregos gerados em sua maior parte se dão no meio rural, mas não se pode negligenciar a abertura e ampliação de lojas que atendem diretamente aos fumicultores, como é o caso da Associação dos Fumicultores do Brasil (Afubra), que foi inaugurada em 2010. A fig. 1 destaca as instalações da loja Afubra Canguçu.



Figura 1 - Loja Afubra, Canguçu

Fonte: Créditos Ricardo Coutinho Moura, 2011

A inauguração da loja Afubra em Canguçu em 13 de outubro de 2010, é uma demonstração da importância que o município assume no cenário regional e nacional como um dos pólos produtores. Além da Afubra, outras empresas buscam o município para desenvolver suas atividades; são entidades como bancos, escritórios de advocacia e clínicas (dentárias e médicas, além de laboratórios) que atendem às necessidades de uma população que melhorou sua renda por diversas razões, mas principalmente pelo aporte de capitais que ingressam a partir da expansão da produção de fumo.

Soares (2011, p. 76) explica que:

Cidade e campo se transformaram assim como as relações cidade-campo mudaram significativamente. Por um lado, temos a explosão e o amorfismo da cidade, sua extensão sem limites, sua diluição na paisagem rural. De outro, o campo se moderniza e se aproxima da cidade em suas pautas e modelos de organização. As atividades agrárias modernas cada vez mais exigem a presença de aparatos tecnológicos semelhantes, se não idênticos aos das cidades. Esses aparatos trazem consigo a racionalidade urbana ao campo mudando a qualidade da relação campo cidade.

Destaca-se que há a interação entre o urbano e o rural de sorte, que se intensifica as relações de complementaridade entre esses espaços. O rural adapta-se ao urbano e vice-versa e essa relação tende a consolidar-se sobremaneira naqueles espaços onde o capital insere-se com intensidade.

O Quadro 10, ao fazer o destaque para o número de empresas instaladas no município de Canguçu, pessoal ocupado assalariado, salário médio mensal e faturamento médio por empresa (2006-2011), traz evidências dessa realidade.

Quadro 10 – Estatísticas do cadastro central de empresas em Canguçu (2006-2011)

<b>Ano</b>	<b>2006</b>	<b>2007</b>	<b>2008</b>	<b>2009</b>	<b>2010</b>	<b>2011</b>
Nº de empresas atuantes	1.192	1.275	1.278	1.305	1.342	1.288
Pessoal ocupado assalariado	3.214	3.382	3.318	3.588	3.888	4.327
Salário médio mensal (mínimo)	2,1	2,2	2,3	2,2	2,1	2,2
Salários e outras remunerações médias por empresa (R\$)	31.674	36.446	42.341	45.927	52.939	62.318

Fonte: IBGE, Cadastro Central de Empresas, 2013 (Elaboração do autor)

Os impactos que se dão no meio urbano são significativos e pontuais, ou seja, a economia do município de Canguçu sofre alterações nos últimos anos. Embora o período contemplado pelos dados (2006- 2011) não possua abrangência suficiente para permitir uma análise aprofundada, por sua vez demonstra uma tendência, a qual mostra Canguçu consolidando-se como um pólo complementar na prestação de serviços. É evidente que não só a fomicultura contribui para a expansão das empresas instaladas em Canguçu, mas também a existência da produção de soja, leite e as aposentadorias rurais.

Os números e a quantidade de empresas instaladas mostram certa estabilidade. Em 2006 eram 1.192, em 2010, 1.342 empresas e por fim em 2011 havia 1.288 empresas. Em sua maioria, são empresas familiares que ocupam em média 5 pessoas. Entretanto, ao longo dos últimos anos da década de 2000, observa-se a chegada de diversas empresas, como supermercados (Peruzzo), lojas de eletrodomésticos (Becker e

Bennoit), materiais de construção, produtos diversos (Quero-Quero, Afubra e Sulpar) e venda de motocicletas (Odorico Monteiro), entre outras. Nessa linha de expansão, há uma série de empreendimentos como clínicas médicas, laboratórios de análises clínicas e academias desenvolvidos por empreendedores locais. É bastante comum as pessoas deslocarem-se da colônia de Pelotas, Piratini e Morro Redondo em busca de serviços que são prestados no município como, por exemplo, as consultas médicas e as internações no hospital local.

Ainda, verifica-se com frequência a presença de pessoas dos municípios limítrofes em especial (Morro Redondo, Colônia de Pelotas e Piratini), que buscam atendimento na área da saúde. Destaque deve ser dado para as consultas odontológicas e os exames laboratoriais, onde é notório a instalação de novas clínicas odontológicas e laboratórios de análises clínicas. Em períodos anteriores a esse, era usual as pessoas de Canguçu, irem a cidade de Pelotas em busca dessa atenção especializada e agora é desnecessário esse deslocamento.

A evidência das transformações geradas pela chegada das redes comerciais pode ser destacada, por exemplo, pelo número de pessoal ocupado que em 2006 representava 3.214 pessoas, enquanto em 2011 eram 4.327 pessoas. Mesmo com a redução do número de empresas no ano de 2011, há o maior número de pessoal ocupado, o que revela, por outro lado, que as empresas de médio e grande porte, quando se instalam no município, absorvem muitos funcionários e reestruturam o mercado local.

Retomando o objeto de análise, é possível dizer que a fumicultura durante os últimos anos teve a consolidação das áreas cultivadas, com algumas reduções, mas sem dúvida movimentando uma estruturada cadeia produtiva com geração de empregos, em diferentes etapas, que abrangem desde a produção direta no campo aos centros de distribuição e varejo. Como demonstra a Fig. 2, a fumicultura é uma atividade que envolve na maioria dos casos a agricultura familiar. Essa situação torna-se clara no município de Canguçu.



Figura 2 - Colheita de fumo no município de Cangucu

Fonte: Acervo do autor, 2009

Fruto da existência de uma expressiva agricultura familiar, a produção estruturase, gerando empregos no meio rural, contribuindo para minorar as consequências do êxodo rural. A mão-de-obra empregada no meio rural é basicamente da família. Em alguns casos na colheita contratam-se safristas, mas não é regra geral.

Ao destacarem-se os 10 municípios com maiores quantidades de fumo produzido, percebe-se que todos eles estão localizados na região sul do Brasil, com destaque para Venâncio Aires, Cangucu e São Lourenço do Sul, expoentes da produção nacional. Para tal o Quadro 11 apresenta dados relativos à safra 2012/2013.

Quadro 11 - Ranking dos municípios brasileiros produtores de fumo (2012/2013)

Municípios	Produção (t)	Produtores
1° Venâncio Aires	22.501	4.820
2° Canguçu	18.366	4.701
3° São Lourenço do Sul	18.224	4.020
4° Candelária	15.263	3.708
5° Santa Cruz do Sul	14.601	3.877
6° Vale do Sol	13.744	2.850
7° São João do Triunfo	13.458	1.968
8° Rio Azul	13.268	2.610
9° Camaquã	13.141	2.660
10° Canoinhas	13.054	2.567
<b>Média</b>	15.562	3.378

Fonte: Afubra, 2014 (organizado pelo autor).

Os dados mostram a importância que o sul do Brasil adquire no tocante à produção de fumo, em especial o estado do Rio Grande, sendo que, dentre os 10 maiores produtores, sete municípios são gaúchos. Venâncio Aires, por exemplo, na safra 2012/2013 teve uma produção total da ordem de 22.501 t, ocupando 4.820 produtores, enquanto Canguçu produziu 18.366 t e ocupou 4.701 produtores. Esses valores dão conta da importante dinâmica que envolve a cadeia produtiva. Chama atenção o município de Canguçu que suplanta, por exemplo, Santa Cruz do Sul, histórico polo produtor de fumo.

Outro destaque importante deve ser feito para o caso de São Lourenço do Sul que na safra 2012/2013 produziu 18.224 (t) e ocupou 4.020 produtores. Essa produção em Canguçu e São Lourenço do Sul se dá basicamente na encosta da Serra do Sudeste,

onde existe considerável presença das unidades familiares de produção e a existência da expressiva colônia de origem pomerana.

É notável a produção que a região sul do estado do Rio Grande do Sul concentra, em especial em São Lourenço do Sul, Canguçu e Camaquã. Por isso, os governos municipais, em especial o de Canguçu, têm pleiteado junto às fumageiras a instalação de parques industriais para beneficiamento da produção. Inclusive a prefeitura municipal de Canguçu tem adiantado tratativas junto ao governo estadual que possibilitem qualificar o já existente distrito industrial, com a intenção futura de receber instalações de comercialização e processamento da produção.

Fruto da agricultura familiar existente no município pode-se dizer que Canguçu consolidou-se como um polo regional de produção de fumo. O Quadro 12 demonstra a produção de fumo em Canguçu e municípios limítrofes para a safra 2009/2010 enfocando aspectos como número de produtores, estufas e área plantada (hectares).

Quadro 12 - Produção de fumo em Canguçu e municípios limítrofes (2009/2010)

<b>Município</b>	<b>Produtores</b>	<b>Estufas</b>	<b>Área plantada (Hectares)</b>
Canguçu	5.013	6.036	9.321
Encruzilhada do Sul	215	272	532
Morro Redondo	48	54	105
Amaral Ferrador	859	1.216	1.923
Pelotas	2.006	2.557	4.009
Piratini	81	93	170
São Lourenço do Sul	3.708	4.892	7.894
Cerrito	13	15	28
Cristal	335	527	750

Fonte: Afubra, 2013 (organização do autor)

Os dados destacam a produção de fumo em municípios do sul gaúcho que fazem divisa com Canguçu, quais sejam: a) Encruzilhada do Sul, b) Morro Redondo, c) Amaral Ferrador, d) Pelotas, e) Piratini, f) São Lourenço do Sul, g) Cerrito e h) Cristal.

Identifica-se a relevância que a fumicultura adquire nos municípios destacados, em especial Canguçu, Pelotas, São Lourenço do Sul e Amaral Ferrador, que são os mais significativos. O número de 5.013 produtores em Canguçu, 3.708 em São Lourenço do Sul, 2.006 em Pelotas e 859 em Amaral Ferrador é uma demonstração da agricultura familiar e sua conseqüente adesão ao plantio do fumo.

Caso peculiar pode ser identificado em Morro Redondo, onde existe a presença da agricultura familiar, mas que não adere ao cultivo do fumo; ao contrário, muitos agricultores permanecem produzindo para atender à demanda por frutas (pêssego e morango, entre outras) das unidades industriais conserveiras instaladas no município.

Em Pelotas existiam à época (2009/2010) 2.006 produtores que utilizavam uma área total da ordem de 4.009 hectares. Chama atenção o fato de que muitos produtores diminuíram suas áreas destinadas ao fornecimento de matéria-prima para as indústrias conserveiras e ingressaram na fumicultura, fato bastante presente em lugares como Vila Nova, Bachini e Santa Silvana, entre outras localidades da colônia pelotense. Embora sejam produções significativas, as dificuldades para escoar a produção são grandes. As péssimas condições das estradas são uma constante, sendo comum a necessidade de transbordo de carga, pois caminhões de maior porte não conseguem trafegar. Mesmo assim, a produção se consolida, gerando importantes recursos econômicos para a região.

O recorte estabelecido para analisar a produção de fumo em Canguçu (2000-2010) é representado pela Tabela 3, com ênfase em aspectos como área plantada e produtividade para o período analisado. Ainda é importante considerar que, pelo fato de ser uma cultura agrícola, o cultivo do fumo não está isento das intempéries.

Tabela 3 - Produção de fumo no município de Canguçu (2000 a 2010)

<b>Anos</b>	<b>Produção em toneladas</b>	<b>Hectares plantados</b>	<b>Produtividade kg/ha</b>
2000	6.840	3.800	1.800
2001	8.360	3.800	2.200
2002	10.186	4.630	2.200
2003	12.960	7.200	1.800
2004	20.900	9.500	2.200
2005	21.542	10.771	2.000
2006	25.005	11.366	2.199
2007	22.000	10.000	2.200
2009	16.547	9.321	1.775
2010	13.662	8.908	1.533
<b>Média</b>	<b>15.764</b>	<b>7.929</b>	<b>1990,7</b>

Fonte: IBGE, SIDRA, 2012 (organizado pelo autor)

Apesar das oscilações comuns em cultivos agrícolas, destaca-se a importância que a produção adquire, especialmente em um contexto de predomínio das unidades familiares de produção, com áreas de pequenas propriedades e emprego intensivo da mão-de-obra. Já em razão das imposições evidenciadas pela Convenção Quadro de consumo e controle dos produtos oriundos do tabaco, a situação é de incertezas. Não bastam discursos fáceis e clientelistas que propõem a reconversão produtiva, mas estudos aprofundados que permitam o diagnóstico da importância socioeconômica do setor.

Muitos produtores foram excluídos do sistema integrado de produção, passaram a cultivar por conta própria e vender o produto aos conhecidos atravessadores. Esses dados não compõem as estatísticas oficiais. Outro dos fatos presente nesse tipo de comércio tem a ver com a questão dos impostos. É sabido que os valores declarados e praticados nesse tipo de transação são menores que os de fato realizados.

Falamos em sonegação de impostos, que existe neste tipo de negociação. Em conversas informais com produtores existe alusão a esse tipo de prática. Em comum acordo entre o produtor e o atravessador, declara-se um valor menor do que o realizado. Esse tipo de prática acaba por lesar o conjunto dos munícipes, pois sabidamente a carência de recursos de parte das prefeituras é enorme. Quando a produção é desviada dos caminhos oficiais, os impostos arrecadados diminuem e dessa forma a prefeitura fica sem condições de fazer frente às incontáveis demandas da população.

Merece destaque, por exemplo, o número de produtores integrados por distritos (Tabela 4). Esses produtores possuem vínculo com fumageiras e produzem com as devidas garantias de compra da produção. Salientam-se os dados relativos à safra 2013-2014, onde mostra-se a concentração dos produtores integrados nos cinco distritos do município.

Tabela 4 – Produtores integrados por distritos (safra 2013-2014)

<b>Distritos</b>	<b>Nº de Produtores</b>
Primeiro	1.620
Segundo	1.478
Terceiro	193
Quarto	96
Quinto	111
<b>Total</b>	<b>3.498</b>

Fonte: Afubra, 2014 (Elaborado e organizado pelo autor)

Os números demonstram a concentração de produtores de fumo no Primeiro e Segundo Distritos, áreas de predomínio da agricultura familiar. Dentre as localidades do segundo distrito, o Iguatemi concentra 384 produtores, o Herval 305. Já o Primeiro Distrito concentra a maior parte dos produtores em uma região tradicional produtora de variedades agrícolas para as indústrias conserveiras. Três localidades são expressivas: Canguçu Velho com 227 produtores, Fávila também com 227 produtores e Glória com 90 produtores. Essas localidades eram basicamente fornecedoras de produtos para as indústrias conserveiras e lenta e gradualmente aderem à fumicultura.

Os demais distritos, como mencionando em outros momentos, embora possuam produção de fumo, não tem representatividade. O Terceiro Distrito, por exemplo, tem 193 produtores, sendo que parte deles estão concentrados na localidade do Faxinal. O Quarto Distrito é o que menos produtores tem com 96 ao total, sendo que somente a localidade da Coxilha dos Piegas tem o número de 65 produtores. Já o Quinto Distrito concentra 111 produtores, sendo que a localidade do Alto Alegre possui 61 deles. Os dados colocados conferem com a realidade presente e observada nas visitas de campo. Naquelas localidades em que há presença das unidades familiares de produção existe uma maior adesão ao cultivo do fumo. É assim que no 1º e 2º Distritos se concentra a quase totalidade de produção do município.

Muitos produtores foram excluídos do sistema de produção. Na safra de 2009/2010 havia mais de 5.000 produtores e já ao final da safra de 2013/2014 são 3.498 produtores. Muitos de fato não tiveram sucesso na atividade e abandonaram o cultivo. Outros plantam por conta própria sem auxílio técnico nem financeiro das fumageiras o que sem dúvida na maioria dos casos irá redundar em fracasso. Ressalte-se que o sistema integrado de produção é seletivo, todos aqueles produtores que, por exemplo, não conseguem atender aos padrões de qualidade pré- estabelecidos, são desvinculados pela empresa.

É um setor dinâmico, com aplicação de capitais. Para tal há uma gama de empresas que possuem produtores integrados em Canguçu. O Quadro 13 destaca as empresas com atuação em Canguçu e a assistência técnica fornecida na safra 2013/2014 como um dos pontos centrais que permite o desenvolvimento da atividade. A assistência técnica ao produtor é um dos fatores que permite a orientação das variedades adequadas ao tipo de solo, condições climáticas, bem como as orientações sobre o tipo de produto requerido pelo mercado.

Quadro 13- Assistência técnica prestada pelas fumageiras em Canguçu (2013-2014).

<b>Nome fantasia</b>	<b>Instrutores</b>
Alliance One Internantional	1
ATC- Associated Tobacco Company	1
China – Brasil Tabacos Exportadora S/A	Ñ informado
CTA - Continental Tobaccos Alliance S/A - Brasil	1
INTAB - Indústria de Tabacos e Agropecuária Ltda	1
JTI - Japan Tobacco International	3
Philip Morris International Brazil	2
Premium Tabacos do Brasil	2
Souza Cruz	7
Universal Leaf Tabacos Ltda	4
<b>Total</b>	<b>22</b>

Fonte: Escritório Afubra Canguçu, 2014 (Organizado pelo autor)

Os dados colocados mostram as empresas regionais, nacionais e internacionais com atuação no município de Canguçu, sendo que algumas com longa trajetória de atividades, como a Souza Cruz. Outras com atividades recentes, como a China – Brasil Tabacos Exportadora. Dado chamativo é o fato de que a multinacional Souza Cruz possui o maior número de instrutores (7) ao total, demonstrando a importância dessa companhia fumageira. A atividade das empresas fumageiras, com acompanhamento da produção em suas diferentes fases (plantio, colheita e cura..) e fornecimento de assistência técnica é fundamental para a qualidade do produto final.

Mesmo em universo onde as técnicas de produção são similares e as empresas fumageiras tendem a homogeneizar o setor, ainda persistem situações que denotam diferenças, especialmente quanto ao tipo de produtores envolvidos. A princípio os produtores aparentam ter uma mesma dinâmica, todavia a experiência de campo nos levou perceber exatamente o contrário. A existência de disparidades tecnológicas,

experiência na atividade, bem como solução de continuidade possibilitou identificar distintos grupos de produtores. Isso implica que se diferenciem os produtores e suas realidades. A questão propriamente dita de estabelecer uma tipificação, *a priori*, remete que se conceituem os sistemas agrários, que podem ser entendidos a partir do que foi dito por Mazoyer e Roudart:

A teoria dos sistemas agrários é um instrumento intelectual que permite apreender a complexidade de cada forma de agricultura e de perceber, em grandes linhas, as transformações históricas e a diferenciação geográfica das agriculturas humanas. (2010, p.71)

Esses mesmos autores reportam o universo da agricultura e explicitam que:

Pode-se observar que as formas de agricultura praticadas num dado momento variam de uma localidade a outra. E, se estende longamente a observação num dado lugar, constata-se que as formas de agriculturas praticadas variam de uma época para outra. (Ibid., p. 71)

As complexidades que envolvem a agricultura são enormes. Novamente Mazoyer e Roudart (Ibid.) destacam que: “[...] a agricultura se apresenta como um conjunto de formas locais, variáveis no espaço e no tempo, tão diversas quanto as próprias observações” (p.72).

Para compreender os diferentes tipos de produtores e estabelecer parâmetro de análise é imperioso que se observe a necessidade de elaborar um diagnóstico. Nas palavras de Garcia Filho (1997), o diagnóstico deve dar conta:

[...] da complexidade e da diversidade que, em geral, caracterizam a atividade e o meio rural. [...] A complexidade reside também no fato de que essas sociedades são diferenciadas, isto é, são compostas de categorias, de camadas e de classes sociais que mantêm relações entre si [...]. (p.9)

É importante ter em conta a diversidade da agricultura:

[...] isso resulta na existência de distintos tipos de produtores, que se diferenciam tanto pelas suas condições socioeconômicas e por seus critérios de decisão, quanto pelos seus sistemas de produção e pelas suas práticas agrícolas. Essa diversidade existe mesmo quando se considera a agricultura familiar ou um grupo de assentados, pois nem todos apresentam o mesmo nível de capitalização, a mesma forma de acesso à terra, aos recursos naturais, aos financiamentos e aos serviços públicos. (Ibid., p.9)

Carneiro (2008), ao reportar-se à questão, diz que é válido lembrar Weber, quando ele nos ensina que os modelos classificatórios e as tipologias não se referem à realidade empírica imediata, mas que nem por isso deixam de ser construídos em conformidade com essa realidade, encontrando nas relações sociais a matéria-prima para essas construções abstratas. Nesses termos, o modelo não pode ser reduzido a um conjunto de relações sociais (de trabalho, por exemplo) no contexto em que se

expressam e na sua relação com a totalidade que os envolve, já que, em se tratando de sistemas, cada parte não pode ser isolada da outra.

Carneiro (Ibid.) reflete que a abordagem e a interpretação da realidade pressupõem, portanto, a escolha de uma estruturação teórica que irá definir os princípios de articulação entre os componentes do sistema, ou seja, a maneira como abordaremos tal grupo, uma dada sociedade. Não há uma desestruturação mais verdadeira que outra, tratam-se de alternativas que irão orientar nosso olhar de maneira a enfatizar, ou a menosprezar, determinados aspectos da realidade.

Para tal o seguinte capítulo irá dar conta da realidade presente, que visa a distinguir os tipos de produtores de fumo no 1º e 2º Distritos do município de Canguçu.

## **5 - Os cinco tipos de produtores de fumo no 1º e 2º Distritos do município de Canguçu**

Em os cinco tipos de produtores de fumo no 1º e 2º Distritos do município de Canguçu' analisa-se amiúde a produção fumageira e a relação com as unidades familiares de produção, de sorte que se verifica a existência de cinco tipos de produtores. O recorte espaço-temporal pré-estabelecido revelou as características da inserção de capital no campo e suas consequências como uma demonstração das dinâmicas impostas a partir da consolidação do sistema integrado de produção.

Por suas particularidades, a fumicultura em Canguçu desenvolve-se no universo das unidades familiares de produção, onde teoricamente, por ser um recorte restrito de análise, deveria haver homogeneidade. Entretanto, as entrevistas junto aos produtores mostraram que mesmo em universos restritos há enorme diversidade de histórias, de possibilidades, de realidades, enfim, de vivências.

A partir do critério espaço-temporal adotado, identificam-se na área de estudo cinco tipos de produtores, a saber: i) produtores com larga trajetória na atividade, antigos ou tradicionais; ii) produtores que ingressaram a partir dos anos 2000, novos; iii) produtores reconvertidos, iv) produtores que não estão vinculados às empresas fumageiras e, por fim, v) produtores orgânicos.

O primeiro tipo identificado é: a) *produtores com larga trajetória na atividade* denominados *antigos ou tradicionais* representados por aqueles que ingressaram na atividade antes dos anos 90 e possuem larga trajetória e experiência no trato cultural, desde as primeiras técnicas desenvolvidas no chamado 'fumo em corda' com transmissão de conhecimento ao longo das gerações. Nesse grupo é bastante comum os orientadores agrícolas buscarem informações sobre, por exemplo, determinadas pragas que aparecem nas lavouras de tabaco ou a época adequada de plantio, entre outras situações. Nos cursos de formação, em muitas ocasiões são esses produtores que em conjunto com os instrutores têm a incumbência de socializarem o conhecimento adquirido ao longo de suas vidas no cultivo do tabaco.

São os que possuem a estrutura de produção (terras, estufas e tratores, entre outros) em melhores condições. Essas propriedades na maioria dos casos são levadas

adiante por filhos, genros, enfim, agregados familiares. É nesse grupo que se encontram os melhores resultados, especialmente com índices de produtividade elevados, quando comparados aos outros grupos de produtores.

Em uma das entrevistas realizadas, essa com um produtor da localidade do Iguatemi, foram apresentados indícios dessa realidade. Segue a fala informal: “[...] *eu planto fumo, há muitos ano, se bem me lembro, mais de 20 ano*”. Esse entrevistado fornece um bom indício daquilo que se observa nas visitas de campo. “*Eu planto um poco de soja, vendo leite, mais me dedico mais ao fumo. Esse ano, eu instalei uma estufa LL e aumentei um poco, são 65 mil pé*”.

Entretanto, existem reclamações dos produtores em relação à condição das estradas: “[...] *tu tá vendo esse galpão cheio de fumo, essa lavoura de soja? Como vai entra caminhão aqui? O que veio me traze adubo, ficô aqui. Tive que tira de trator. Faz meio ano que uma patrola não aparece, tá que nem flor amarela: só aparece de ano em ano*”.

A prefeitura que deve fazer a manutenção das estradas não tem recursos humanos nem equipamentos adequados. O parque de máquinas está sucateado e quem sofre é a população do meio rural. Segue a fala do agricultor: “*na época da eleição vieram vários aqui, prometeram que se ganhasse acabaria o problema das estrada, colocariam cascalho em tudo, mais até agora nada. Tá certo que tem chovido de balde, mais ninguém agüenta mais. Tem colono aí, que só sai de casa de trator, porque de auto não dá. É brabo, mas quando alguém olhou pelo colono?*”.

Outro dos pontos que se percebe na sociedade de um modo geral é o descrédito com a política. O agricultor deixa isso evidente: “[...] *olha aqui na eleição, me apareceu de tudo, prometeram mundos e fundo e agora, nunca mais apareceram, se passa na rua nem me olham, muitos se esconde. Isso não é uma vergonha?*”. A quantidade de promessas é algo presente: postos de saúde e estradas de qualidade, depois fica só a promessa. Diz o agricultor: “[...] *eu e uns vizinho enchemo a zora de tera e vâmo tapando uns buraco aqui, otro ali. Se não fosse assim tchê, tava tudo isolado*”.

Em que pese a produção de uma localidade como o Iguatemi, onde existe a presença da agricultura familiar, a tônica geral tem sido de reclamação pois a prefeitura não dá conta de demandas que deveria atender. Entretanto, nem tudo são problemas,

pois o mesmo agricultor reconhece que tem coisas boas: “[...] eu tenho esse caro novo, e tem ônibus. São 6 horário pra cidade. Isso facilita a vida um pouco”.

A fala do produtor revela e desvela uma tendência: “[...] o meu guri tá pensando em aumenta um pouco o fumo. Esse ano vai da um bom dinheiro”. Aqui claramente se revela a condição do preço praticado que tende a ser bom e, claro, um dos incentivos para que se produza. Segue a fala do produtor: “[...] a diferença entre quando eu iniciei e agora é muito grande. Tu vê que naquela época se plantava de qualquer jeito. Eles levavam o que tivesse e não pagavam quase nada. Agora não: se não tivé qualidade tem indústria que não aceita fumo preto. Outra coisa essa estufa normal: o instrutor já me disse que não demora muito vai ser só as LL. Quem não tive essas moderna, não vão dá pedido. Só não tão exigindo mais LL, falam aí que não tem energia suficiente na rede”. Como menciona, o produtor a estufa LL é um modelo distinto, em que a cura do fumo se da em uma media de horas menor, quando na estufa convencional chegar levar 7 dias. A figura (3) mostra a estufa LL.



Figura 3- Estufa modelo LL

Fonte: Acervo do autor, 2015.

As palavras de um produtor com anos de experiência são indicativas; ele tem consciência de que é uma época diferente na produção de fumo, com outras exigências, além daquelas que vigiam, por exemplo, há vinte anos. Ao mencionar que as indústrias vão passar a exigir estufas modernas, mostra uma tendência de que os sistemas integrados são seletivos, pois a implantação de uma estufa modelo LL exige uma produção que esteja acima de 40 mil pés para se viabilizar economicamente e um

investimento que supera os R\$ 25 mil na estufa; ainda devem-se acrescentar os gastos com adequação na rede de energia elétrica da propriedade e na mão-de-obra especializada para instalação da estufa.

Como segue a diferenciação entre os produtores, outro grupo é: b) *produtores que ingressaram na atividade a partir dos anos 2000*, denominados *novos*, o conjunto é heterogêneo e complexo de entender. Constitui-se em sua maioria por indivíduos que haviam migrado para as periferias urbanas de Canguçu e Pelotas mas que, dadas as dificuldades de sobrevivência no meio urbano, retornaram ao campo. Em razão do grau de especialização produtiva que o sistema integrado de produção implica, muitos desses produtores que haviam ingressado na atividade viram-se descapitalizados para fazer frente às necessidades de uma produção que exige intensos tratos culturais e especialização produtiva, sendo perceptível os insucessos de muitos que se dedicaram à atividade.

Em razão dos insucessos na fumicultura, embora continuem residindo no meio rural, muitos passam a trabalhar na zona urbana do município de Canguçu, especialmente na construção civil. É comum em alguns casos, ao final do dia de trabalho, dedicarem-se ao cultivo de hortas e pomares ou ao cuidado de animais, especialmente vacas leiteiras, configurando-se em famílias pluriativas. Ainda nesse grupo existem aqueles que tiveram sucesso na atividade, puderam capitalizar-se e aumentar as áreas de produção e que se mostram dispostos a continuar na atividade, todavia ressalte-se que perfazem percentual pouco expressivo do universo compreendido.

Embora sejam indivíduos com origens rurais, muitos desses produtores não tinham experiência no cultivo do tabaco nem das técnicas requeridas.

O insucesso do grupo está no fato de que adquiriam dívidas e não conseguiram a qualidade da produção requerida pelo mercado. A falta de qualidade do produto deve-se em parte ao fato desses produtores não dominarem as técnicas de cura e secagem do tabaco, que são fases cruciais do processo produtivo.

O agricultor entrevistado na localidade do Passo dos Oliveiras agrega importantes elementos: *“Eu morei muitos ano em Pelotas, mais voltei pro interior. Tava ficando difícil lá” e ainda complementa “[...] até agora eu to até me saindu bem nu tal di fumu. Eles têm me assessorado bem, isso eu não posso nega”*. Outro dos

dados significativos colocados pelo produtor pode ser entendido dessa forma: “[...] agora, tchê, ti digu: aqui tevi muito produtor que deu com os burrus na água, ficaram com dívida e mais dívida e vão tirá di ondi? Fumu não é pra qualqué um”.

Por ser um grupo heterogêneo é natural que existam problemas de diversas ordens. Outro produtor, também do Passo dos Oliveiras, que trabalha na construção civil depois de tentativa frustrada na produção de fumo, disse: “*Eu plantei dois ano. No primeiro ano veio a seca mi deu um baita prejuízu, nu sigundo ano a chubarada. O meu fumu saiu tudu preto, tchê parecia carvão, eu só tivi prejuízu. Esse negóciu di fumu não é pra mim. Não digu que no futuro eu não planti di novu, mais agora neim pensá. Tô iscaldadu. Tenhu que trabalha na obra lá im Canguçu pra pagá a divida que ficô com a firma*”.

Os universos abordados na entrevista dão uma ideia geral desse grupo que é diversificado, desde pessoas que de fato tiveram sucesso na atividade até aqueles que ficaram com dívidas e sem condições de pagar. O insucesso de alguns produtores tem pontos comuns, como: a) desconhecimento da atividade; b) expectativa exagerada quanto ao lucro na atividade, sujeita a secas, chuvas excessivas, ventos etc.; e c) baixa qualidade da produção auferida. Esse grupo, por sua heterogeneidade, é marcado pela diversidade. Muitas dessas pessoas vão constituir os produtores que posteriormente serão desligados pelas fumageiras por não cumprirem especialmente os padrões de qualidade requisitados.

Por sua vez o terceiro grupo se constitui daqueles denominados c) *produtores reconvertidos*, que são os que por diversas razões abandonam ou diminuem paulatinamente cultivos agrícolas como milho e produção de frutas para as indústrias conserveiras, deixam de produzir leite ou diminuem essa produção. Esse grupo adere a financiamentos públicos e investe na melhoria da infraestrutura da propriedade e equipamentos de produção, dentre os quais se podem destacar as estufas LL e a aquisição de tratores.

É preciso ressaltar que nesse grupo há menores insucessos que no grupo anterior (produtores novos). Embora não tenham uma trajetória na atividade da fumicultura, contam com a assistência técnica dos orientadores agrícolas, em muitos casos recorrem ao mutirão de mão-de-obra com vizinhos que já plantavam fumo e, além disso, são pessoas com longa trajetória no meio rural.

As visitas de campo revelam dados significativos e sintomáticos desse universo. Uma indicação dessa tendência pode ser verificada nas palavras de um produtor da localidade da Fávila: “[...] eu planto fumo, há poucos anos, meu pai sempre trabalhô com esse negócio di pêssego”. A fala informal revela outros indícios: “[...] elis levam o pêssego e depois pagam uns trocados, por isso eu desisti do pêssego, derrubei tudo, i queimei na istufa, agora planto praticamenti só o fumo, senão ia vivê di quê?”. Esta perspectiva oferecida pelo agricultor é pontual, mas significativa: “[...] o fumo é o qui resta. Si planto i colho eu faço um bom dinheiro, eu planto com a certeza di qui vou vende”. A discussão segue, e a contribuição do agricultor é relevante: “[...] se eu planta pêssego, quem vai compra? E quanto vão mi paga? Eu não quero mais sabe. Plantio umas coisinhas pra come e o resto planto fumo. Se continua pagando bem, é a única alternativa”.

O agricultor fala abertamente e com a tradicional simplicidade deixa entrever alguns elementos que o incomodam. Quando o tema é o fim da plantação de fumo diz: “[...] olha, eu não tô a favor di si plantá fumo, mas si eu planto batata quem vai comprá? O fumo pelo menos eu tenho certeza di vendê por um preço bom. Se terminarem com o fumo, o que vai sê do agricultor? Vai vivê nas vila robando? Esses político só criam lei pra prejudicar o colono: não podi nem derrubá uma capoeira, já tem fiscal multando. O meu vizinho foi busca uma areia pra coloca na cochera, tocaram uma multa neli. Tu sabe? A prefeitura não podi tira uma pá di cascaio qui já tem problema com o ambient. As estrada tão dessi jeito. Até o secretário já ta meio enrolado por isso. É uma pôca vergonha. Esses técnico nem sabi onde o colono mora, mas si for pra prejudicar acham direitinho”.

O agricultor tem razão em reclamar, especialmente em relação às estradas, que a partir da impossibilidade do encascalhamento transformam-se em verdadeiros lodaçais. Em uma situação como essa, os veículos particulares, de transporte regular e escolar ficam impedidos de circular. Essa é uma das demonstrações dos impactos que as decisões burocráticas têm na vida do homem do meio rural. Ao impedirem a prefeitura de retirar cascalho<sup>32</sup>, os órgãos de fiscalização ambiental têm contribuído para o quadro

---

<sup>32</sup> Brita e cascalho são materiais granulares produzidos pela indústria extrativa mineral que se caracterizam por apresentar dimensões e propriedades físicas, químicas e tecnológicas adequadas para uso como agregado graúdo na construção civil. Ambos são obtidos da exploração de jazidas minerais, sendo que a brita passa por uma etapa a mais de tratamento mineral, a de britagem, antes de sua comercialização. São provenientes de rochas cristalinas sendo que, para o cascalho, a desagregação se dá por processos naturais. (DNPM, 2011)

retratado na Fig. 4, em que as estradas transformam-se em verdadeiros atoleiros, com prejuízos incalculáveis para as pessoas residentes no meio rural.



Figura 4 - Estrada vicinal, Canguçu.

Fonte: Acervo do autor, 2014.

O tema ambiental tem sido uma constante na vida dos agricultores. Pelo conhecimento que temos da realidade do meio rural, problemas têm havido e nem sequer chegam ao conhecimento público. Ninguém é contra preservar o ambiente, mas isso não significa deixá-lo intocado. Os relatos e reclamações dos agricultores têm sido em relação à atuação dos órgãos públicos como a Fundação Estadual de Proteção Ambiental (FEPAM) e o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA). Como instituições públicas, IBAMA e FEPAM deixam e muito a desejar.

Entre as reclamações dos agricultores está a excessiva burocracia dos órgãos ambientais. Muitos revelam que a construção de um açude chega a levar três anos ou mais, tempo consumido somente em questões burocráticas. Outro problema tem a ver com as multas aplicadas pelos órgãos de fiscalização ambiental que comprometem as poucas economias do grupo familiar. São notórios casos de produtores que depois de multas aplicadas por órgãos de fiscalização ambiental abandonam o meio rural e vão em busca de outras oportunidades no meio urbano.

As exigências burocráticas têm feito com que a prefeitura municipal não possa utilizar as cascalheiras, que os próprios moradores doam. Isso foi uma prática corriqueira ao longo da história do município, mas tem sido impedida por uma legislação ambiental rígida. A fala do produtor da Fávila é reveladora: “[...] *agora eu preciso qui o caminhão venha levá meu fumo, mas sem cascaio e do jeito qui tá chovendo isso vira tudo um atolero. Eu sempre dei cascaio, mas agora di qui jeito? Eu fui lá, falei com o secretário, mas eli mi disse que tem uma papelada grandi e elis não têm um técnico pro tal de laudo. O agricultor paga imposto, trabalha qui nem um lôco e não tem nem estrada pra saí di casa, depois a juventude vai tudo embora pra cidadi, aí vão acha ruim?*”.

A preservação ambiental é primordial, mas não se pode querer que voltemos a um momento de uma natureza ‘intocada’. As legislações ambientais e a brasileira em especial é rígida e complexa. Os fatos que os agricultores apresentam e com ressonância na realidade da prefeitura municipal são sintomáticos. O caso das cascalheiras, que na verdade são áreas de pequenas dimensões, de onde se retira material como pedregulho, é uma prática antiga, sendo que os relatos de alguns produtores dão conta que os seus ancestrais (pais, avós etc.) já retiravam cascalho para recuperar caminhos. Ao impedir a retirada de cascalho pela prefeitura municipal, gera-se um problema complexo, pois os produtores ao não terem acesso adequado às propriedades, perdem competitividade, ou simplesmente abandonam o meio rural.

O corpo técnico da prefeitura em razão de um orçamento reduzido possui carências e não dá conta das demandas. A necessidade de um geólogo para fazer o estudo prévio de impacto ambiental das cascalheiras tem sido um tema discutido. Com o padrão salarial pago, nenhum profissional dessa área dispõe-se a trabalhar para o executivo municipal. Diante disso, os laudos ambientais não podem ser emitidos e a melhoria das estradas por questões financeiras e filigranas jurídicas ambientais tem permanecido sem resolução, gerando problemas ao homem do campo. Basta atentarmos para o que diz um agricultor da localidade da Florida: “[...] *na semana passada o caminhão não pôde chegá aqui em casa. Tive que coloca no trator e levá os fardo de fumo 5 quilômetro. Com chuva foi uma trabalhadeira só. O baro aqui era uma coisa de lôco. Eu tenho mais 400 arrobas e vo passá muito trabalho se não resolvem isso*”.

O produtor relata: “[...] *o guri de um vizinho adoeceu e a ambulância que veio buscá, ficô atolada. Era um baral medonho, tivemo que levá o muleque com chuva e*

*baro, no trator até a estrada grande*”. O agricultor é um bravo, que suporta muitas privações. Embora gere empregos não recebe a devida atenção. Os relatos mencionados dão uma visão geral do quadro posto. O difícil acesso à propriedade e a falta de infraestrutura têm se revelado fatores limitadores ao meio rural e seu desenvolvimento. A energia elétrica tem sido um problema. Com as novas estufas e as quedas constantes no fornecimento, tem havido perdas. O agricultor da Florida dá a idéia dessa realidade: “[...] *a semana passada, eu fiquei três dia sem luz, perdi uma estufada de fumo. Acho que o meu prejuízo foi de uns 4 mil real. O fumo fico preto, na secage se falta luz eu não tenho gerador. Já reclamei pra CEEE, mas eles não pode fazê muita coisa*”.

Fruto da complexidade dos sistemas integrados de produção, identifica-se o quarto grupo: d) *produtores que não possuem vínculo com as fumageiras*, sendo que na maioria dos casos são indivíduos que plantam pequenas áreas como uma forma de complemento da renda. Destinam a produção obtida para atravessadores que abastecem a princípio indústrias locais. Ficam na maioria dos casos submetidos aos baixos valores praticados e sem garantia alguma de compra da produção. Ainda, pelo fato do produto ter baixa qualidade, dificilmente torna-se uma atividade lucrativa. Isso coloca em evidência que os produtores nessa modalidade dificilmente continuarão na atividade, demonstrando que, sem a guarida das garantias da compra da produção, fornecimento dos insumos básicos à produção e assistência técnica, ou seja, vinculação ao sistema integrado de produção não haverá êxito na atividade.

Esse grupo é interessante, embora haja produtores que produzem fumo há muitos anos e tivessem ligação com as indústrias fumageiras, nos casos verificados, esse desligamento foi unilateralmente realizado pela fumageira. São produtores que não conseguiram acompanhar a realidade do sistema integrado, fundamentalmente atender aos padrões de qualidade. A fala do produtor da localidade do Pantanoso é significativa: “[...] *plantei quase quarenta ano, com a Souza, depois passei pra JTI, mais ando meio desiludido. Eles só exige qualidade*”. O tema é controverso, pois em anos de problemas climáticos (*chuvas em excesso, estiagens, ventos fortes etc.*) é o produtor quem sai prejudicado ao não conseguir a qualidade exigida.

Segue a fala de outro produtor, este da localidade de Nova Gonçalves, 2º distrito do município: “[...] *eu tô parando com essa coisa de fumo. Já tô velho, os meus filho já se foram pra cidade de Rio Grande, trabalha no tal de porto*”. Os fragmentos da fala do

produtor oferecem indícios de problemas que esse grupo tem ao longo da produção e também a respeito da migração dos filhos para a cidade.

Fato presente é o da migração dos filhos, que não demonstram interesse em continuar no campo, como mencionam Castro *et al.* (2009):

Diversos estudos no Brasil e em outros países apontam, nos dias atuais, para a tendência da saída de jovens do campo rumos às cidades (ABRAMOVAY e CAMARANO, 1999). O 'problema' vem sendo analisado através de distintas perspectivas. Há certo ponto de consenso nas pesquisas quanto às dificuldades enfrentadas pelos jovens do campo, principalmente quanto ao acesso à escola e trabalho (PROJETO JUVENTUDE, 2004, CARNEIRO, 2005, PNERA, 2005, CASTRO, 2005). Outra perspectiva tem como principal leitura a atração do jovem pelo meio urbano, ou ainda pelo estilo de vida urbano.

Por ser um grupo que não conta com assistência técnica de nenhuma empresa, tende a ter menor rentabilidade e por consequência menores possibilidades de melhoria das condições de vida. Dados significativos ainda são apontados pelo produtor da Nova Gonçalves: “[...] a agricultura e o fumo vai ficar só os agricultor que têm condição. Cada dia exige mais. Não vai demora muito e ninguém vai planta em estufa normal, só quem tive LL”. A condição desses produtores é indicativa, pois grande número de produtores não consegue atender às exigências das empresas.

E, por fim, um grupo que é peculiar para a realidade da fumicultura: e) *produtores orgânicos*. Como menciona Guerra (2009, p. 193), a agricultura orgânica possui algumas características básicas, como segue: “[...] se propõe a criar um sistema baseado em processos biológicos para a lavoura [...] e que proteja contra pestes e doenças. [...] a agricultura orgânica não utiliza defensivos agrícolas e nem fertilizantes artificiais”.

Há nesse conjunto desde produtores que estão estruturados e enxergam nessa produção uma possibilidade de ter uma melhor renda até aqueles que estão vinculados à produção orgânica por decisão e conhecimento da realidade. É preciso destacar que a produção de orgânicos na fumicultura é realizada a partir das diretrizes da empresa e um pacote tecnológico fornecido pelo grupo empresarial.

A pesquisa *in loco* possibilitou verificar que o valor de mercado é 60% superior ao fumo convencional. A existência do fumo orgânico e o entusiasmo dos produtores com essa possibilidade tem sido chamativo, se não vejamos a entrevista realizada com um produtor da divisa da localidade do Pantanoso com Faxinal. *Ele diz: “[...] eu nasci aqui, morei muitos ano em Rio Grande, trabalhei de caminhonero nesse país todo,*

*levava arroz pro Ceará, pro Recife. Quando me aposentei voltei pra fora inventei plantá o fumo convencional, mas é muito veneno: não tem um passarinho num pé de fumo, só de chegá perto, já cai morto, tontiendo*". De fato, o agricultor mostra uma das faces da produção convencional onde são utilizados agrotóxicos em grandes quantidades.

Segue a longa fala do produtor: “[...] *tô há dois anos no orgânico e se soubesse que pagava bem, já tinha plantado há mais tempo. Tu sabe que o orientador tá sempre aqui, me ajudando, vendo como tá saindo a produção. [...] Olha, tem vindo muito vizinho vê o orgânico. Eu não négo, tô me saindo bem. Só em não tê veneno, eu já te digo é uma maravilha, as melancia aqui do meio da lavora, tão quase pronta pra passa a faca e tudo sem veneno*”.

As propostas da produção orgânica são inovadoras, como destaca Guerra:

O controle de ervas daninhas, doenças e insetos é feito através de práticas agronômicas, que incluem o uso de rotação de culturas, cultivos adequados e seleção de lavouras resistentes a doenças e insetos. Os adubos de origem animal e vegetal são utilizados para ajudar a manter os níveis de matéria orgânica nos solos [...]. (2009, p.193)

O produtor da divisa das localidades de Pantanoso e Faxinal contribui para a discussão e, ao falar sobre sua lavoura e o uso dos agrotóxicos, agrega que “[...] aqui, não tem Gamit<sup>33</sup>, eu uso abóbora, ervilha no meio da lavora, a praga ataca essas aí e o fumo quase nunca chega à infesta. Já tem uns vizinho aí que vão tentá muda pro orgânico. [...] Tu veja tchê, que em veiz de Gamit, salitre, ureia, eu uso a palhada de aviário e um composto a base de erva que a empresa fornece. [...] Tem muito vizinho que se intoxicô, e que vem aqui e vê esse orgânico e sai gostando muito, só tem que te muito cuidado com a terra. Eu levo tudo que é ramada, tenho feito adubação natural e tá dando certo, agora eu vô plantá ervilhaca pra fazê adubação”.

A proposta da produção orgânica é diferenciada, visa a atender a um mercado específico, na Alemanha em especial, segundo as informações colhidas junto a um

---

<sup>33</sup> Composição (Clorofenil) metil-4,4-dimetil-3-isoxazolidinona (CLOMAZINE), 36,0 % m/v (360 g/l) Inertes. 78,6 % m/v (786 g/l). FORMULADOR: FMC Corporation – EUA 1735 Market Street – Philadelphia PA – EUA FMC DO BRASIL INDÚSTRIA E COMÉRCIO S.A. n.º. 25 – Distrito Industrial III 38001-970 – UBERABA, MG – Fabricante: FMC Corporation 1735 Market Street – Philadelphia PA – EUA. No fumo, a aplicação de Gamit 360 CS pode ser feita em faixa sobre o camalhão ou em área total, antes ou logo após o transplante das mudas e também nas entrelinhas, após o último cultivo mecânico. (ADAPAR, 2014).

instrutor da Souza Cruz. Há um rigor de parte da indústria no controle dessa produção. O agricultor acrescenta: “[...] eles têm fiscalizado a lavora toda semana. Tu sabe o instrutor me disse que esse meu fumo vai pra Alemanha, a alemoada vai amarelá o bigode, tem que tê muito cuidado com esse fumo. Se dá um problema volta todo. [...] Agora vô te dizê, essa conversa de que vão acabá com o fumo, acho que é bobage, vão fuma o que?. Aqui o instrutor me disse que precisa de mais uns cinquenta produtor no orgânico, mais não é qualqué um, tem uma série de exigência”.

A produção orgânica por excelência é destinada a um público reduzido, ao mesmo tempo poderá crescer nos próximos anos. Diz o agricultor: “[...] o pessoal do orgânico tá forrando a cartuchêra. Tu sabe esse negócio vai dá dinheiro e não vai prejudicá o colono. Só a minha firma tem um acerto com a Alemanha pra dez ano de produção do orgânico”.

A produção orgânica no fumo é algo novo, isso é uma verdade incontestável, pois somente nos últimos 5 anos abriu-se essa possibilidade. De um modo geral há toda uma atenção aos produtores desse grupo. A fala de outro produtor de orgânico, esse do Iguatemi é reveladora: “[...] meu pai, faz uns quarenta ano, plantô fumo sempre, mais o véio fala que a firma robava tudo. [...] Hoje o colono tem um poco mais de valor: se não pagam um pôco bom, eu troco de firma. Agora são eles que correm atrais do produtor e se cumpri com as regra da empresa esse negócio de fumo vai longe. Tem vizinho aí da Florida que ta fazendo uns trocado com esse negócio. Eu to iniciando com o orgânico, mais tem que espera pra vê”.

A consolidação da produção de fumo em Canguçu ocorre basicamente no 1º e 2º distritos, como já foi mostrado, onde há presença marcante das unidades familiares de produção. A expansão da produção passa pela estruturação e pela nova fase dos processos de integração produtiva que, embora seletivos, são importantes e o ponto central que articula essa atividade agrícola.

É perceptível a ramificação de produtores, promovida em suma pela aplicação de capitais, gerenciados pelas fumageiras e operacionalizado a partir dos sistemas integrados de produção. Com as 15 entrevistas de campo, ficou latente a segmentação dos produtores em cinco grandes grupos que, mesmo sendo um universo restrito de análise, são caracterizados por diversidades no espaço e no tempo como já apregoavam Mazoyer e Roudart. Os processos em análise demonstram e identificam um novo momento dos processos de integração em que os produtores passam a ter maior

protagonismo, muito distinto daquilo que poderíamos chamar de integração precária, que predominava nos primeiros modelos de integração produtiva.

Há claramente um novo momento nos processos de integração produtiva. Podemos falar em um novo modelo dos processos de integração que permitem a um grande número de produtores obter uma boa rentabilidade e por sua vez melhorar as condições econômicas de suas famílias. É evidente que nem todos os produtores tiveram sucesso na atividade. Muitos ficaram com dívidas e dificuldades financeiras, outros foram desligados pelas fumageiras.

Por outro lado, aqueles produtores que possuem condições e possibilidades de aumentar a quantidade da produção com a qualidade necessária tiveram sucesso na atividade. É comum o caso de produtores que deixaram de produzir para as indústrias conserveiras ou abandonaram a produção leiteira e migraram diretamente para o fumo, em razão da renda gerada na atividade ser muito superior.

São esses produtores capitalizados que vão demandar novos serviços no meio urbano refletindo diretamente na intensificação da relação cidade-campo. É notória em Canguçu a instalação de grandes e médias redes de lojas de eletrodomésticos, bancos e lojas de produtos agrícolas que visam a atender a uma população que melhorou sua renda. Esse fato propicia que haja a interação campo-cidade, com reflexos nos meios urbano e rural.

Esse processo de expansão das redes de lojas tem derivado em aumento da área urbana, com crescimento desordenado de áreas periféricas, pois muitos jovens abandonam o campo, em busca dos empregos gerados no meio urbano. Outro fato interessante está relacionado com aqueles produtores desligados do sistema de integração e que hoje trabalham no setor da construção civil, variável que tem crescido nos últimos anos.

Entretanto, para dar conta das particularidades, em especial mostrar a realidade do meio rural, onde se desenvolve a fomicultura, é que segue o próximo subcapítulo. Procura-se apresentar um recorte daquelas situações presentes e que não estão desconectadas das dinâmicas locais, regionais e globais e que comprometem o desenvolvimento do rural.

## 5.1 - A realidade do meio rural de Canguçu

A realidade do meio rural de Canguçu', traz-se alguns aspectos da realidade do rural que mostram aspectos do espaço onde se desenvolve a produção de fumo. As particularidades da produção do tabaco em Canguçu revelaram que o campo é sensível à inserção de capital e ao mesmo tempo responde a esses estímulos de maneira a aderir à especialização produtiva. No caso da fumicultura, mesmo sendo um universo de análise restrito, há diferenças entre os produtores que, antes de tudo, evidenciam diferentes graus de especialização produtiva no que tange aspectos como assistência técnica, tecnologia aplicada e qualidade da produção, entre outros

A análise que envolve a fumicultura não está desconectada dos aspectos relativos ao meio rural onde se desenvolve a produção. Tendo em vista o universo de análise não poderíamos deixar de mostrar as dificuldades que os produtores têm em escoarem a produção obtida, pela ausência de estradas vicinais em condições adequadas. Como pode ser observado na Fig. 5, a precariedade é uma marca característica de muitos espaços do meio rural canguçuense.

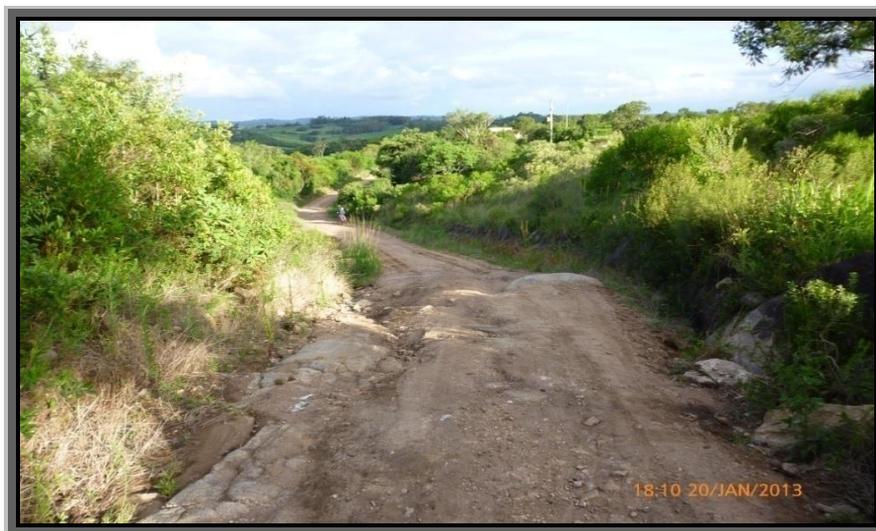


Figura 5 - Estrada vicinal, localidade da Chacrinha, Canguçu

Foto: Acervo do autor, 2013

Apesar da produção agropecuária existente (fumo, soja e leite), não se pode dizer que haja presença significativa do poder público, em especial do municipal, que

deixa os agricultores à própria sorte, com estradas, como se percebe, em precárias condições. Isso não significa que seja apenas pela ineficiência e má vontade como alegam de maneira informal alguns produtores, mas pela falta de recursos financeiros nos cofres públicos municipais, representado pelo constante contingenciamento de verbas.

Esse desequilíbrio é perverso, pois o cidadão vive no município suas demandas por melhores condições de vida, são cobradas diretamente da prefeitura, mas esta encontra dificuldades em atendê-las dada a escassez de recursos. Isso implica carências em muitas áreas, mas não se pode negar que as péssimas estradas, combinadas com pontes e pontilhões em condições deficitárias, são uma constante nas reclamações por parte dos agricultores. Como pode ser observado na Fig. 6, as pontes à disposição dos usuários deixam a desejar, em plena comercialização do fumo.



Figura 6 - Pontilhão no corredor dos Lemke, localidade da Solidez, Canguçu

Fonte: Acervo do repórter Marcos Schwab, 2014

Essas situações implicam que número cada vez maior de pessoas abandonem o campo, pois nessas condições é mera retórica, demagogia pura, falarmos em permanência do homem no meio rural. Se não estiverem satisfeitas as condições mínimas no que tange o aumento da renda, transporte de qualidade, postos de saúde com capacidade de resolutibilidade e escolas que ofertem ensino na modalidade técnica, preferencialmente no turno da noite, a tendência é de continuidade e aumento do êxodo rural.

A ausência do poder público resulta que outras entidades (Afubra e sindicato dos trabalhadores rurais, entre outras) acabam assumindo lacunas e preenchendo espaços que deveriam ser assistidos em especial pela prefeitura municipal, governo do Estado e União.

A presença da Afubra acaba por suprir as carências deixadas pelo poder público. Embora a associação esteja instalada fisicamente há quatro anos, os associados passam a dispor de ampla loja de produtos agrícolas. Destacam os representantes locais que em breve estarão fechando parcerias para oferta de convênios médicos e odontológicos para os familiares e dependentes, mas de forma incipiente, uma vez que a instituição está delimitando seu espaço de atuação no município.

Um fato é bastante peculiar acerca da representatividade que o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Canguçu (STRC) possui: fundado em 1º de julho de 1962 e reunindo mais de 10 mil associados ativos, acaba por suprir parte das deficiências deixadas pelo poder público. Não temos dados consolidados, mas acreditamos que haja certa disputa entre Afubra e STRC pela representação dos agricultores no que tange a oferta de serviços médicos, odontológicos, ambulatoriais e advocatícios, entre outros. Por ser uma instituição com longa história em Canguçu, o sindicato caracteriza-se por ofertar aos associados e dependentes o atendimento médico, odontológico e assessoria jurídica, bem como organização de projetos para acesso a recursos como a construção de moradias no meio rural.

Apesar da melhoria nos últimos anos da assistência ao homem do meio rural, as taperas são o cenário predominante em muitas localidades do município, especialmente aqueles lugares que possuem maiores distâncias do meio urbano. Como se observa na Fig. 7, as taperas passam a fazer parte da realidade local, com especial concentração no quarto e quinto distritos, ou seja, onde predominava a tradicional pecuária extensiva.



Figura 7 - Casa Abandonada, localidade Passo do Saraiva, Canguçu

Fonte: Acervo do autor, 2013

Este é o processo de abandono, ao qual está submetida a zona rural. Existem localidades como Coxilha das Flores e Rincão dos Marques, nas proximidades de Cerrito, ou Coxilha do Vento e Rincão do Progresso, nas proximidades das divisas com Piratini e Encruzilhada do Sul, onde a presença de taperas é a marca de um processo em continuidade e de difícil reversão.

A ausência do poder público e de políticas públicas, uma vez que associavam o rural ao simbolismo do atraso<sup>34</sup> e da negação do desenvolvimento, cobrou seu preço. Implicou que os investimentos em melhorias das condições de vida nas zonas rurais fossem inexpressivos, embora não se possa negá-los. Nos últimos 10 anos as tentativas dos governos federal, estadual e agora o municipal de melhorar a vida do homem rural estão surtindo efeitos, mas são escassos e vieram com atraso, uma vez que são incapazes em um primeiro momento de frear o processo de abandono do meio rural, fundamentalmente pela juventude.

As complexas situações que assolam o meio rural são diversas e muitas delas de difícil solução. Entretanto, especificamente as que envolvem o universo dos produtores

---

<sup>34</sup> Como fruto desse processo, vêm sendo consolidadas certas representações sobre a ruralidade, que lhe vinculam como lugar do não desenvolvimento, da estagnação e do conservadorismo. No caso latino americano tal conjuntura foi decisiva na medida em que significou a legitimação do conhecido ‘viés urbano’ (VEIGA, 1997) na alocação de recursos públicos e privados que, a despeito de algumas ações isoladas, negaram à população residente nas pequenas localidades tanto o acesso às estruturas de ascensão social (escolas, centros de qualificação profissional etc.) quanto aos serviços sociais básicos (SACCO DOS ANJOS e CALDAS, 2004).

de fumo são pontuais. As reclamações estão relacionadas ao excessivo número de classificações, que permite às indústrias a possibilidade de rebaixarem o preço do fumo na compra, com inúmeras escusas para tal fato. Exemplo significativo para apenas uma variedade, do Virginia há 40 classes possíveis, gerando controvérsias quando da compra do produto pela indústria. Em anos de chuvas acima da média ou estiagem prolongada a folha do fumo adquire características indesejáveis e por sua vez perde qualidade, trazendo problemas aos produtores ao terem o produto classificado e comprado por valores considerados baixos.

Embora a organização dos produtores tenha feito várias solicitações às indústrias do setor, pouco tem conseguido quanto à diminuição da elevada quantidade de classes. Isso evidencia o sistema de integração onde o agricultor não tem gerência sobre a compra de sua produção; ao contrário, é submetido às normas das empresas.

A estratégia das empresas fica evidente nas palavras de Alves *et al.* (2005), quando indicam que:

A velocidade da modernização imposta pelas empresas aos integrados, como alegação de permanência no sistema e de manutenção da renda, leva as empresas a tornarem-se cada vez mais competitivas. Isto se dá à medida que baixa o preço unitário do produto. (p. 154)

O sistema integrado de produção é seletivo, condicionando os integrados a constantes incrementos de produção e os departamentos de marketing das empresas passam a mostrar e criar modelos a serem seguidos.

[...] outro elemento que mantém as famílias integradas nesta lógica é a observância constante da empresa dos índices relativos à produtividade. As histórias de sucesso, [...] rendimentos grandiosos de alguns, são perseguidos pelos demais integrados que, mesmo se utilizando das últimas tecnologias, muitas vezes não conseguem a mesma produtividade. Consequentemente, o fracasso recai sobre a família como impotência pessoal. (Ibid., p. 154)

O quadro de dominação pode ser rompido no momento em que os agricultores tiverem consciência de sua importância no cenário produtivo. Como resposta a essa questão Alves *et al.* (Ibid.) mencionam:

[...] as famílias integradas têm um poder maior do que imaginam, mas não conseguem perceber claramente os processos aí efetivados. Os sentidos de projeto político da agricultura familiar não permitem ver a agricultura familiar como definitiva. Quanto mais a agricultura familiar se assemelhar aos moldes da integração, mais ela se distancia do que é ser agricultor familiar e seu modo de vida. O modo de pensar do produtor familiar, enquanto projeto de vida autônoma, deve romper com a prática de muitos produzirem riquezas para o comando das empresas (p.155)

Os processos de integração são as representações da inserção do capital no campo e por sua vez no universo da agricultura familiar. Os processos de integração que ocorriam até por volta dos anos 80 do século passado eram a representação da exploração das indústrias em relação aos integrados. As novas dinâmicas impõem que a integração ingresse em uma nova fase em que a exploração existente seja sutil. Aparentemente e para efeitos de propaganda é importante que o produtor seja ‘bem tratado’ pela empresa e que produza com a maior qualidade possível.

Outro dos pontos que as indústrias tratam de encobrir diz respeito ao tema dos impactos ambientais causados pela atividade. Sabidamente toda a atividade humana gera impactos no ambiente, mas a fumicultura por excelência possui diversas fases de produção com elevado impacto. Com base nas experiências de muitos agricultores sabe-se que há a redução de diversas espécies de pássaros e inclusive as águas são contaminadas.

Não se pode negar que o atual modelo de agricultura, praticada com aplicação de agroquímicos, é uma realidade imposta. A agricultura presente não guarda qualquer princípio de racionalidade ambiental; ao contrário, os grupos econômicos utilizam o meio natural apenas para auferir lucros. No caso da fumicultura, surgem possibilidades a partir do fumo orgânico que tem se mostrado bastante promissor e fortalece o entusiasmo dos produtores por não necessitar a aplicação de agrotóxicos.

A agricultura pode ser praticada com menos impactos ambientais e respeito aos ‘tempos da natureza’, ao aliar o conhecimento acumulado pelos agricultores e as técnicas produtivas. A fumicultura, por exemplo, a partir do fumo orgânico, tende a ingressar em uma nova fase, onde a produção utiliza o conhecimento geracional acumulado pelos produtores e tende a reduzir a agressão aos agroecossistemas.

É verdade que nem todos os produtores tiveram possibilidades de crescimento na atividade mas, por outro, é a atividade que permite a inserção econômica de mais de 3.500 famílias vinculadas diretamente aos sistemas integrados. São essas famílias responsáveis por parte da renda circulante no município e que movimentam a economia local.

A produção de fumo acaba ocupando o espaço deixado pelas indústrias conserveiras e muitos produtores abandonam outros cultivos agrícolas e a produção de leite para dedicarem-se ao fumo. Esse conjunto de dinâmicas implica que mesmo com

os problemas comuns ao meio rural (abandono pelas políticas públicas, infraestrutura deficiente etc.) esse espaço incorpora atividades dinâmicas que, ao mesmo tempo, o (re) significam.

A partir da ampliação da fumicultura, fundamentalmente nos últimos 30 anos, há o aporte de capitais no meio rural, onde muitas famílias obtiveram sucesso na atividade. São essas famílias capitalizadas, em parte, as responsáveis pelo acréscimo de demandas no meio urbano e, portanto, pela intensificação da relação campo-cidade.

O novo momento vivido pelo município de Canguçu, especialmente naquelas localidades onde existe predominância do cultivo de tabaco, é uma demonstração de que o meio rural é um espaço vivo em constante metamorfose e sensível à aplicação de capitais. Todavia, isso não significa que os espaços rurais sejam acabados; ao contrário, necessitam de atenção do poder público, com políticas adequadas e que por sua vez possam permitir a geração de empregos e renda em especial para os jovens.

O desenvolvimento do município de Canguçu deve passar, sobretudo, pela valorização do rural e suas potencialidades, onde o homem do campo seja o protagonista de seu destino e um elemento chave na condução desse processo. Portanto, esta tese apontou alguns caminhos, negligenciou outros, mas sem dúvida propiciou a discussão de um tema complexo, de muitas nuances e ao mesmo tempo instigante.

É um tema que não acaba aqui, uma vez que discutir o meio rural e especificamente as unidades familiares de produção é algo que invoca diferentes possibilidades e análises. A relação que se estabelece a partir da inserção de capitais demonstra e aponta as tendências da agricultura moderna e suas nuances. O processo de modernização na agricultura ainda está em desenvolvimento e suas consequências são preliminares uma vez que é uma constante metamorfose.

A análise da relação das famílias produtoras de tabaco e o sistema integrado de produção é um tema complexo, todavia presente. Não podemos negar que a aplicação de capitais no universo da agricultura, notadamente no espectro familiar da produção, trouxe outra realidade. Percebe-se que os atuais produtores de fumo do município, encontram nessa atividade, uma possibilidade de ampliar a renda e por consequente a melhoria das condições econômicas de suas famílias.

Após a coleta dos dados de campo, podemos afirmar que há um novo momento dos processos de integração produtiva, com a valorização dos produtores. Os preços

praticados, as inovações tecnológicas inseridas apontam, indubitavelmente para a nova realidade da fumicultura. Nesse ínterim, os produtores sentem-se valorizados e dispostos a capacitarem-se tecnologicamente uma vez que a sobrevivência do grupo familiar no campo está ligado diretamente, ao sucesso na produção de fumo.

## **5 - Considerações finais**

A complexidade que envolve o meio rural é significativa, diagnosticar, entender, buscar e sugerir propostas que possam provocar mudanças ou consolidar processos é algo instigante.

O rural brasileiro outrora interpretado como o lugar das carências e do abandono, e por isso mesmo paulatinamente deixado à margem pelas políticas públicas, é uma realidade inegável. Isso implicou que ocorresse a diminuição do aporte de capitais em especial pelo poder público, aprofundando as mazelas nesses espaços. Porém, esse rural se reinventa, basicamente a partir da inserção maciça de capitais. São novas atividades e a intensificação das tradicionais que permitem falar em espaços dinâmicos em articulação com o urbano.

As atividades agropecuárias, continuam sendo a força motora do rural. É o caso da fumicultura no município de Canguçu. Esse fato pode ser entendido e compreendido a partir da combinação de elementos que remetem para a intensa articulação com o urbano. É, portanto, um tema com diferentes variáveis e possibilidades de análises. É nos últimos 30 anos que o cultivo do tabaco sofre modificações importantes no modelo de integração e especialmente a partir do aporte de capitais na região sul do Rio Grande do Sul. É a partir desse momento que ocorrem as maiores inovações no cultivo agrícola, mas também a estruturação da cadeia produtiva. Com a dinâmica da cadeia de produção tivemos o consequente aporte de capitais que mudou o panorama produtivo de Canguçu.

A partir das 15 entrevistas identificaram-se nesse universo cinco tipos de produtores: aqueles com larga trajetória na atividade (antigos ou tradicionais), os que ingressaram na atividade a partir dos anos 2000, ou novos produtores, produtores reconvertidos, aqueles que não possuem vínculo com as empresas fumageiras e por fim os produtores orgânicos. A existência desses cinco grupos que envolvem cerca de 5 mil pessoas dá a idéia geral dessa dinâmica, que se consolida nos últimos 30 anos. As diferenças entre os grupos pré-estabelecidos são importantes, pois a existência e intensificação do sistema integrado de produção possibilita que exista essas diferenças.

No grupo de produtores antigos ou tradicionais estão aqueles que obtiveram os melhores resultados, puderam qualificar-se para atender às exigências das indústrias e por sua vez obtêm os melhores preços. É nesse grupo que se verifica a consolidação da produção e os melhores resultados.

Por sua larga trajetória na atividade, são indivíduos que foram paulatinamente aumentando a produção ao aderirem às novas tecnologias. Nesse grupo, percebe-se que existem aumentos na área cultivada, mas fundamentalmente em produtividade, revelando a tendência nesse importante cultivo agrícola que é o fumo.

Já os novos produtores são o reflexo da expansão que a produção fumageira alcançou ao longo dos anos 2000 e foi nesse grupo que os insucessos foram notórios. Isso revela em sua essência que a existência dos sistemas integrados de produção condiciona a seletividade, especialmente daqueles produtores que não estavam preparados para atender às demandas das indústrias.

Nesse grupo específico houve insucessos, os produtores que se inseriram nessa produção não dominavam as técnicas de produção e tampouco estavam preparados para ingressar em uma atividade que requer um ‘saber fazer’ Houve casos de endividamento e problemas judiciais, uma vez que a atividade requer importantes somas financeiras.

Por sua vez, os produtores reconvertidos são o reflexo dos processos produtivos que condicionaram o desenvolvimento econômico regional. Com a desestruturação da cadeia produtiva das conservas, muitos dos produtores vinculados a essas indústrias deixaram de ter mercado para seus produtos e, portanto, migraram para o cultivo do fumo, fato que se deu basicamente em localidades como Rincão dos Maias, Fávila, Canguçu Velho e Glória.

Em razão da desestruturação da cadeia de conservas, ao longo da década de 90 do século passado e início dos anos 2000, produtores migraram dos cultivos como pêssego, morango e aspargo para o cultivo do fumo. Nesse grupo verifica-se gradualmente a redução de outras produções e a adesão ao fumo, com sucesso na atividade, uma vez que já eram indivíduos com tradição no campo e fizeram uma conversão lenta e gradual. É notório também que muitos produtores de leite, por razões específicas, tenham migrado para a fumiicultura.

Dessa forma, os produtores foram responsáveis pela mudança das características produtivas de muitas localidades, pelo fato de que deixaram de produzir, por exemplo, para as indústrias conserveiras e passaram a produzir para as fumageiras.

Já outro grupo identificado são aqueles que não possuem ligação com as fumageiras. Esses produtores embora expressivos em termos de número são pouco representativos quando aborda-se a produção obtida. Na maioria das situações foram desligados do sistema integrado de produção, mas em muitos casos não têm na fumicultura a sua principal fonte de renda.

Esses produtores por não atenderem às demandas de parte das indústrias fumageiras foram desligados do sistema integrado de produção e colocados à margem do processo produtivo. Muitos continuam produzindo, mas sem obterem sucesso na atividade e por consequência num futuro próximo acredita-se que a deixarão, em razão dos baixos rendimentos obtidos.

E por fim os produtores orgânicos que formam um grupo novo que começa a surgir em diferentes localidades e que procuram desenvolver um modelo de agricultura descolado do uso de agroquímicos. Essa produção visa a atender a mercados específicos e pontuais, de sorte que se revela com elevado grau de exigência.

Na produção orgânica, existe um conjunto de exigências de parte das fumageiras, todavia uma remuneração superior à do sistema tradicional de cultivo do tabaco. A partir das entrevistas, foi possível identificar que há entusiasmo dos produtores, não só pela remuneração gerada, mas também por não utilizar-se agrotóxicos na produção. Pelos elementos colhidos ao longo da pesquisa, pode-se dizer que nos próximos anos a produção orgânica tende a aumentar, tanto em número de produtores como em área plantada.

Esse conjunto de situações evoca as particularidades de um cultivo agrícola que teve sua expansão nos últimos 30 anos. Aumentou-se a área plantada e o número de produtores, bem como a produção. Entretanto, não é uma situação homogênea; ao contrário, a natureza dos sistemas integrados de produção implica seletividade. Os produtores de fumo, especialmente o grupo dos antigos produtores e os reconvertidos, tiveram sucesso na atividade, com melhores resultados produtivos e consequente aumento da renda. Por disporem de uma quantidade de recursos econômicos, os

produtores que tiveram sucesso na atividade passaram a demandar maior diversidade de serviços.

É nesse contexto que amplia-se o número de empresas instaladas no município, onde se podem destacar as agências bancárias, lojas de venda de produtos agropecuários (adubos, ferramentas e agrotóxicos, entre outros) que denotam o aumento da atividade econômica e que têm na fumicultura uma das fontes geradora. Essa situação implicou em impactos no meio urbano, com a intensificação das relações cidade-campo. É notório que, a partir da consolidação da fumicultura, os produtores passaram a ter uma relação ainda mais estreita com o meio urbano ao deslocaram-se em busca de serviços que outrora não demandavam com a mesma frequência.

Por ser uma atividade econômica que gera importantes montantes financeiros no município, distribuídos por um grande número de produtores, é natural que haja o maior desenvolvimento da atividade econômica. Esses produtores, além de investirem em suas propriedades, melhoram o padrão de renda e por consequência demandam serviços prestados no meio urbano.

São os produtores capitalizados que têm possibilitado a intensificação da relação cidade-campo. A melhoria de renda dos agricultores tem propiciado, por exemplo, que eles desloquem-se ao meio urbano maior número de vezes, o que demanda, por exemplo, estradas em melhores condições de trafegabilidade.

As falas dos agricultores revelaram as dificuldades pelas quais passam no dia-a-dia para escoarem a produção. Esse é um dos principais fatores limitadores, uma vez que a produção não pode ser destinada ao mercado com a rapidez e agilidade necessárias.

Produções que necessitam de rápida entrega ao mercado consumidor são inviáveis, pois o acesso às propriedades é dificultado na época de chuvas. Os diferentes programas de infraestrutura rural capitaneados pelo governo federal e estadual têm possibilitado a renovação das esperanças por parte dos agricultores, uma vez que têm chegado novos equipamentos para a prefeitura municipal atender às demandas por estradas rurais. As reclamações dos produtores têm a razão de existirem, uma vez que a disposição de ampliar a produção ou diversificá-la encontra dificuldades exatamente no escoamento. Houve vários casos de produtores desligados do sistema integrado de

produção, por diversas razões, mas principalmente pela distância da sede urbana e pela existência de péssimas estradas.

É notável que a produção se intensifica naquelas localidades, onde há a concentração da agricultura familiar e as dificuldades de acesso são menores. Essa concentração no futuro tende a se intensificar no 1º e 2º Distritos, de sorte que serão as áreas que continuarão a ter dinamismo econômico. Tende a crescer a concentração já existente em localidades como Herval, Iguatemi e Nova Gonçalves no 2º Distrito. No 1º Distrito, diversas localidades tendem a concentrar a produção dentre as quais podem-se destacar, por exemplo, Passo dos Oliveiras, Fávila, Canguçu Velho, Remanso e Passo do Valadão, entre outras. Essas situações implicam que as políticas de contenção da fumicultura neste momento não tenham impactos diretos. Por isso, acreditamos que a tendência seja de consolidação da produção de fumo nos distritos já referidos. Apesar da existência de políticas antibagismo no Brasil e no mundo o que se verifica é a intensificação e consolidação da produção fumageira.

Dessa forma, a fumicultura em Canguçu é uma realidade e aponta a tendência de consolidação, como bem demonstram os investimentos feitos ao longo da cadeia de produção. Sem dúvida os fatores limitadores encontram-se presentes, especialmente pelas péssimas estradas vicinais e pelos constantes cortes no fornecimento de energia elétrica. As deficiências nas estradas limitam as possibilidades de desenvolvimento das atividades agrícolas, uma vez que se torna difícil o escoamento da produção em estradas vicinais em péssimas condições, situação essa que se agrava nos meses de outono e inverno, quando se dá a comercialização em larga escala da produção de fumo.

Outros dos pontos tem a ver com a energia elétrica, pois a necessidade de implantação das estufas modernas exige o fornecimento ininterrupto durante a cura e a secagem do fumo. As interrupções no fornecimento têm sido uma constante, com prejuízos aos agricultores e por consequência à economia municipal. Se resolvido esse problema, é natural que haja qualidade da produção e por consequência melhoria da renda do produtor.

De um modo geral, não se pode pensar o desenvolvimento de Canguçu sem pensar no desenvolvimento rural. Deve-se levar em conta que a agricultura é a principal atividade econômica, basicamente a produção de fumo, leite e soja. Não se pode negar que o homem do campo necessita de atenção do poder público, o que não vem

acontecendo com a velocidade necessária. Mesmo assim, abrem-se enormes perspectivas para os produtores rurais desenvolverem suas atividades.

Embora o fumo seja o principal cultivo responsável pela atividade econômica canguçuense, outras atividades incorporam-se ao cenário econômico. O turismo e o lazer rural passam a fazer parte dessa realidade, como mais uma atividade e que poderá gerar empregos no campo. De outra forma, a existência da pluriatividade e da agricultura de tempo parcial implica que se revela um novo rural. A presença de agricultores em tempo parcial, bem como da pluriatividade, passa a ser uma realidade presente e indicadora de um momento e tendências desses espaços, em especial aqueles que estão em interconexão direta com o urbano.

Esse conjunto de situações evoca que a análise do rural deva atentar para diversos aspectos dessa realidade, como um espaço dinâmico ao mesmo tempo com características marcantes de elementos considerados arcaicos. Os apontamentos dão conta que só ocorrera o desenvolvimento do espaço rural quando de fato existir a atenção dos poderes públicos para essa população, que necessita basicamente de melhorias na infraestrutura, cuja falta é um dos pontos que ao longo da trajetória tem sido fundamental no esvaziamento populacional do município, especialmente daquelas áreas distantes da sede.

É nesses lugares que as carências em postos de saúde, estradas, transporte coletivo e escolas são perceptíveis e por sua vez são as áreas onde houve o abandono, em especial por parte da juventude. Se essa tendência não for revertida, é bem provável que esse fenômeno venha inclusive a intensificar-se.

Por outro lado, quando centramos a análise desta tese na produção de fumo e sua tendência, é possível afirmar que existe um novo momento dos sistemas integrados de produção. Muito diferente daquele tempo em que o agricultor era explorado ao extremo, na atualidade se revela outro modelo, em que os produtores têm um melhor tratamento de parte das empresas fumageiras.

A pesquisa de campo apontou a partir do entendimento dos agricultores que as empresas fumageiras e o sistema integrado cumprem importante papel na dinamização da produção, especialmente no que se refere às garantias de compra e aos bons preços praticados. Isso coloca em evidência a existência de uma nova fase na realidade produtiva. Embora possa haver exploração e seletividade das indústrias, essa fase é sutil

e há uma necessidade premente que o produtor possua uma boa rentabilidade e disposição para produzir com qualidade.

A concorrência entre as próprias fumageiras acaba favorecendo os produtores, especialmente aqueles que já estão bem estruturados. Isso posto, identifica-se que tínhamos um modelo de integração até os anos 80 do século passado, onde a exploração ao produtor era a marca registrada. Outro modelo passou a predominar ao longo dos últimos anos, o qual se caracteriza pela valorização do produtor de fumo, visto que há uma disputa das empresas para fidelizar o integrado. Quando comparamos ao modelo de integração precária, que predominava nas indústrias conserveiras percebe-se enormes diferenças. Nesse contexto, foi natural a migração de produtores das conservas para a produção de fumo. Se nas indústrias conserveiras, por exemplo, não havia financiamento da produção nem contratos pré-estabelecidos de compra e venda da produção, com o fumo é bastante diferente. Existe uma estruturada e organizada cadeia produtiva, a qual com suas nuances é a responsável pela expansão da produção fumageira em Canguçu.

A partir dessa expansão produtiva, ampliaram-se sobremaneira as relações campo-cidade e suas articulações, pelas quais os produtores passaram a demandar novos serviços prestados no meio urbano, e houve uma imposição da atividade por uma maior exigência de acesso aos serviços de crédito e financiamento. A interação cidade-campo altera-se e intensifica-se colocando novas dinâmicas à realidade local.

Por esse conjunto de particularidades o município de Canguçu passa a ser um polo de produção fumageira, com importante número de produtores e uma produção consolidada, e onde ocorrem importantes modificações na área rural. Aqueles produtores que obtiveram sucesso na atividade acabaram por melhorar suas propriedades e a demandarem novos serviços no meio urbano.

Essa demanda possibilitou a abertura de novas empresas em Canguçu e ampliou a existência e a diversidade de estabelecimentos comerciais. A maior oferta de serviços passou a atrair moradores de outros municípios como Morro Redondo, Piratini e colônia de Pelotas, especialmente da localidade da Maciel. O desenvolvimento de Canguçu passa por diversos fatores, todavia a produção de fumo é o principal ponto que permite a ampliação da dinâmica econômica.

Com a valorização do fumo no mercado internacional e a qualidade da produção obtida abrem-se oportunidades únicas para a inserção da agricultura familiar e geração de empregos e renda no meio rural e urbano. Dessa forma, se resolvidas as questões relativas à infraestrutura em estradas vicinais e energia elétrica, tende a ampliar-se a produção de fumo e suas consequências nos meios rural e urbano.

Percebe-se que o desenvolvimento do município de Canguçu deve e tem que passar pela valorização do rural e por consequência da agricultura familiar, situação que deve ser atendida por políticas públicas adequadas. Não bastam apenas discursos e frases prontas que não atendem aos reais interesses dos produtores que é de ter uma vida digna com um mínimo de conforto material.

É dessa realidade, que se apresenta com interfaces, mas ao mesmo tempo instigante por natureza, inconclusa por excelência, que a presente tese deu conta, ao apresentar a vida dos produtores, seus anseios e principalmente esperanças.

## Referências bibliográficas

ABRAMOVAY, R. *et al.* **Juventude e agricultura familiar: Desafios dos novos padrões sucessórios.** Brasília: Unesco, 1992.

ABRAMOVAY, R. **Muito além da economia verde.** São Paulo: Editora Abril, 2012.

\_\_\_\_\_. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão.** São Paulo: Edusp, 2007.

ACT (Aliança de Controle do Tabagismo). Disponível em: <<http://actbr.org.br/tabagismo/convencao-quadro.asp>>. Acesso em: 12 jul. 2013.

ADAPAR (Agencia de Defesa Agropecuária do Paraná). Disponível em: <<https://www.google.com.br/webhp?sourceid=chrome-instant&ion=1&espv=2&ie=UTF-8#q=gamit>>. Acesso em: 03 jan. 2015.

AFUBRA (Associação dos Fumicultores do Brasil). Disponível em:

<<http://www.afubra.com.br>>. Acesso em: 15 jan. 2012.

ALMEIDA, J. **A construção social de uma nova agricultura.** Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

\_\_\_\_\_. **Pesquisa em extensão rural: um manual de metodologia.** Brasília: MEC/ABEAS, 1989.

ALVES, A. F. *et al.* Impactos da agroindústria integradora na agricultura familiar do sudoeste do Paraná. In: ALVES, A.F.; FLÁVIO, L.C.; SANTOS, R.A. **Espaço e território: interpretações e perspectivas do desenvolvimento.** Francisco Beltrão: Unioeste, 2005. P. 141-167.

ANDRADE, M.C. **Agricultura e Capitalismo.** São Paulo: Editora Ciências Humanas, 1979.

APOLLIN, F.; EBERHAT, C. **Análisis y diagnóstico de los sistemas de producción em el médio rural: guia metodológica.** Quito: Camaren, 1999.

BENTO, C. M (org). **Canguçu reencontro com a história: um exemplo de reconstituição da memória comunitária.** Rio de Janeiro: Irmãos Drumond, 2007.

\_\_\_\_\_. **Revista dos 200 anos de Canguçu**. Comemorativa dos 200 anos de Canguçu, aos 500 anos de descobrimento do Brasil e ao ingresso no terceiro milênio. Canguçu: Acandhis, 2000.

**BROSE, M. Agricultura familiar, desenvolvimento local e políticas públicas.**

Santa Cruz do Sul: Edunisc, 1999.

CANDIOTTO, L.Z.P. Agricultura familiar no contexto rural contemporâneo. In: SAQUET, M.A; SUZUKI, J.C; MARAFON, G.J. **Territorialidades e diversidades nos campos e nas cidades latino- americanas e francesas**. São Paulo: Outras Expressões, 2011. p. 275-298.

CARNEIRO, J.M. Em que consiste o familiar da agricultura familiar?. In: COSTA, L.FC; FLEXOR, G; SANTOS, R. **Mundo rural brasileiro: ensaios interdisciplinares** Rio de Janeiro: Mauad, Seropédica, 2008. p. 255-269.

CASTRO, E.G.; MARTINS, M.; ALMEIDA, S.L.F.; RODRIGUES, M.EB.; CARVALHO, J.G. **Os jovens estão indo embora?** Juventude rural e a construção de um ator político. Rio de Janeiro: Mauad X; Seropédica, 2009. p.23-37.

CHIZZOTTI, A. **Pesquisa em ciências humanas e sociais**. 2 ed. São Paulo: Cortez, 1995.

CLEPS JUNIOR, J. Questão Agrária, Estado e Territórios em Disputa. In: Marcos Aurélio Saquet, Roseli Alves dos Santos. (Org.). **Geografia Agrária, território e desenvolvimento**. v. 1. São Paulo: Expressão Popular, 2010. p. 35-54.

DELGADO, G. C. **Capital financeiro e agricultura no Brasil (1965-1985)**. São Paulo: Ícone, 1985.

DESLAURIERS. J.P; KÉRISIT, M. O delineamento da pesquisa qualitativa. In: POUPART, J; DESLAURIERS, J.P; GROULX, L.H; LAPIERRE, A; MAYER, R; PIRES, A. **A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos**. Rio de Janeiro: Petrópolis, 2008. P. 127-153.

DICIONÁRIO DE DADOS - Coordenação Cartográfica. Disponível em: <[ftp://geoftp.ibge.gov.br/mapeamento\\_sistematico/base\\_continua\\_ao\\_milionesimo/1\\_documento\\_acao/dicionariodedados\\_lc.pdf](ftp://geoftp.ibge.gov.br/mapeamento_sistematico/base_continua_ao_milionesimo/1_documento_acao/dicionariodedados_lc.pdf)>. Acesso em: 17 jul. 2013.

DIAS, C.N. Abordagens do desenvolvimento latino americano: a análise de umas das principais políticas de desenvolvimento regional no Brasil. In: ETGES, V.E; AREND, S.C.A. **CEPAL: leituras para o desenvolvimento econômico**. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2012.

DNPM (Departamento Nacional de Produção Mineral). Disponível em: <[https://sistemas.dnpm.gov.br/publicacao/mostra\\_imagem.asp?IDBancoArquivo=7374](https://sistemas.dnpm.gov.br/publicacao/mostra_imagem.asp?IDBancoArquivo=7374)>. Acesso em: 02 jan. 2015.

DUARTE, L.M.G. Cooperativismo como espaço de politização da questão tecnológica. In: Porto, M.S.G (Org). **Politizando a tecnologia no campo brasileiro: dimensões e olhares**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1997.

ETGES, V. E. **Sujeição e resistência: os camponeses gaúchos e a indústria do fumo**. Santa Cruz do Sul: Editora da FISC, 1991.

FALCÃO VIEIRA, E.; Rangel, S. R. S. **Rio Grande do Sul: geografia física e vegetação**. Porto Alegre: Sagra, 1984.

FEATHERSTONE, M. **Cultura de consumo e Pós-modernismo**. São Paulo: Nobel, 1995.

FELICIANO, C.A. **Movimento camponês rebelde: a reforma agrária no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2006.

FINEP (Financiadora de Estudos e Projetos). Disponível em: <[http://www.expressao.com.br/finep/premio\\_finep\\_venc.htm](http://www.expressao.com.br/finep/premio_finep_venc.htm)>. Vários acessos em: 2013

FIORI, J. L. Globalização econômica e descentralização política: um primeiro balanço. **Ensaio da FEE**, Porto Alegre, v.15, n.2, 1994, p. 295-311.

FONTOURA, L.F.M. A relação cidade campo como método. In: MEDEIROS, R.M.V; FALCADE, I. **Tradição versus tecnologia: as novas territorialidades do espaço agrário brasileiro**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009. p. 269-284.

FONTOURA. L.F.M.; VERDUM, R. **Temáticas Rurais: do local ao regional**. Porto Alegre: Editora da UFRGS. Universidade Aberta do Brasil - UAB/UFRGS e Curso de Graduação Tecnológica - Planejamento e Gestão para o Desenvolvimento Rural da SEAD/UFRGS. 2009. 48 p.

FRAGA MARTINS, S. **Cidade do Rio Grande**: industrialização e urbanidade (1873-1990). Rio Grande: Editora da FURG, 2006.

GARCIA FILHO, D.P. **Análise diagnóstico de sistemas agrários**: guia metodológico. Brasília: Incra/FAO, 1997.

GIDDENS, A. **As consequências da modernidade**. São Paulo: Edusp, 1991.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 1991.

GRIGOLETTI, N.E. Evolução histórica da agricultura no município de Canguçu, 1783-2000. In: BENTO, Claudio Moreira (org). **Revista dos 200 anos de Canguçu**. Comemorativa dos 200 anos de Canguçu, aos 500 anos de descobrimento do Brasil e ao ingresso no terceiro milênio. Canguçu: Acandhis, 2000. p 53- 55.

GUANZIROLI, C. et al.. **Agricultura familiar e reforma agrária no século XXI**. Rio de Janeiro: Garamond, 2001.

GUERRA, A.J.T. Processos erosivos nas encostas. In: GUERRA, A.J.T.; CUNHA, S.B. **Geomorfologia**: uma atualização de bases e conceitos. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2009.

GUERRERO, C.E.O. Nueva ruralid em zonas marginales de Colombia. In: BRUMER, A.; PIÑERO, D. (Orgs). **Agricultura latino-americana**: novos arranjos e velhas questões. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2005. p 35- 69.

GUIBERT, M. Las relaciones ciudad-campo: características del debate francés. In: MEDEIROS, R.M.V.; FALCADE, I. **Tradição versus tecnologia**: as novas territorialidades do espaço agrário brasileiro. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). **Censo agropecuário**. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/censoagropecuario2006>>. Vários acessos em: 2012.

\_\_\_\_\_. **Cidades**. Disponível em <<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1>>. Vários Acessos em: 2012.

\_\_\_\_\_. **Estatísticas do Cadastro Central de Empresas**. Disponível em: <<http://cidades.ibge.gov.br/xtras/temas.php?lang=&codmun=430450&idtema=62&search=rio-grande-do-sul|cangucu|estatisticas-do-cadastro-central-de-empresas-2007>>. Acesso em: 21 abr. 2014.

ITGA (International Tobacco Growers Association). Disponível em: <<http://www.tobaccolleaf.org/>>. Vários acessos em: 2013.

KAGEYAMA, A.A. **Desenvolvimento rural: conceitos e aplicação ao caso brasileiro**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2008.

KAUTSKY, K. **A questão agrária**. São Paulo: Proposta Editorial, 1980.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. **Fundamentos de Metodologia Científica**. São Paulo: Atlas, 1985.

LENIN, V.I. **O desenvolvimento do capitalismo na Rússia: o processo de formação do mercado interno para a grande indústria**. São Paulo: Nova Cultural, 1985.

LEPRI, M.C. A sociologia rural e seus duplos sentidos. In: BRUMER, A.; PIÑERO, D. (Orgs). **Agricultura latino-americana: novos arranjos e velhas questões**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2005. p 19-33.

LIMA, J.F de *et al.* Mensurar as Desigualdades Regionais no Brasil: proposta metodológica. In: ETGES, V.E.; AREND, S.C.A. **CEPAL: leituras para o desenvolvimento econômico**. Santa Cruz do Sul: Edunisc, 2012. p. 270- 290.

LIMA, R.G. Desenvolvimento técnico-produtivo da lavoura de tabaco na bacia hidrográfica do Rio Pardinho/RS. In: ETGES, V.E.; FERREIRA, M.A.F. **A produção de tabaco: impacto no ecossistema e na saúde humana na região de Santa Cruz do Sul/RS**. Santa Cruz do Sul: Edunisc, 2006. p 198- 218.

MARAFON, G.J. Relações campo-cidade: uma leitura a partir do espaço rural fluminense. In: SAQUET, M.A.; SUZUKI, J.C.; MARAFON, G.J. **Territorialidades e diversidade nos campos e nas cidades latino- americanas e francesas**. São Paulo: Outras Expressões, 2011. p. 155- 168.

MARCONI, M.A.; LAKATOS, E.V. **Técnicas de pesquisa: planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisas, elaboração, análise e interpretação de dados**. São Paulo: Atlas, 1999.

MARTINS, J.S. **Os camponeses e a política no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 1995.

MATTEI, L; CAZELLA, A.A. Planejamento e gestão do Pronaf Infraestrutura e serviços: evidências a partir do estado de Santa Catarina. In: SCHNEIDER, S.; SILVA,

M.K.; MARQUES, P.E.M. (Orgs). **Políticas públicas e participação social no Brasil rural**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004. p 175- 199.

MAZOYER, M; ROUDART, L. **Histórias das agriculturas no mundo: do neolítico à crise contemporânea**. São Paulo: Editora da UNESP; Brasília: NEAD, 2010.

MIOR, L.C. Desenvolvimento rural: a contribuição na abordagem das redes sociais e sociotécnicas. In: SCHNEIDER, S. **A diversidade da agricultura familiar**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2007, p. 268-293.

MOTA, A.T. Ensaio sobre a colonização alemã. In: BENTO, Claudio Moreira (org). **Revista dos 200 anos de Canguçu**. Comemorativa dos 200 anos de Canguçu, aos 500 anos de descobrimento do Brasil e ao ingresso no terceiro milênio. Canguçu: Acandhis, 2000. p. 162-165.

NAVARRO, Z. A agricultura familiar no Brasil: entre a política e as transformações da vida econômica. In: GASQUES. J.G.; FILHO, J.E.R.V.; NAVARRO, Z. **A agricultura brasileira: desempenhos, desafios e perspectivas**. Brasília: Ipea, 2010. p. 185-209.

OLIVEIRA, A.U. **Modo capitalista de produção e agricultura**. São Paulo: Ática, 1986.

PIRES, A.P. Amostragem e pesquisa qualitativa: ensaio teórico e metodológico. In: POUPART, J; DESLAURIERS, J.P; GROULX, L.H; LAPIERRE, A; MAYER, R; PIRES, A. **A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos**. Rio de Janeiro: Petrópolis, 2008. p. 154-201.

Portal Brasil. **Cigarro mata mais de 5 milhões de pessoas, segundo OMS**. Disponível em: < <http://www.brasil.gov.br/saude/2014/08/cigarro-mata-mais-de-5-milhoes-de-pessoas-segundo-oms>>. Acesso em: 31 de agosto de 2015.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CANGUÇU. Disponível em: <[http://www.cangucu.rs.gov.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=73&Itemid=81](http://www.cangucu.rs.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=73&Itemid=81)>. Vários acessos em: 2013.

PRESIDENCIA DA REPUBLICA. ESTATUTO DO IDOSO. (Lei N° 10.741 de 1° de outubro de 2003). Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/2003/L10.741.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/L10.741.htm). Acesso em: 29 de agosto de 2015.

RAFFESTIN, C. *et al.* Escala e Ação, contribuições para uma interpretação do mecanismo de escala na prática da Geografia. **Revista Brasileira de Geografia**, v. 45, n. 1, p. 123-135, jan./mar. 1983.

RAUD, C. Tempo Social. **Revista de Sociologia da USP**. v. 19, n. 19. 2007. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ts/v19n2/a08v19n2.pdf>>. Acesso em: 15 jul. 2013.

SACCO DOS ANJOS, F.; CALDAS, N.V. A horta agonizante: mercantilização da agricultura e transformações nas práticas de autoconsumo entre famílias rurais do extremo sul gaúcho. **Revista Pensamento Plural**, v. 5, p. 151-169, jul./dez. 2009.

\_\_\_\_\_. Pluriatividade e Ruralidade: Falsas premissas e Falsos dilemas. In: CAMPANHOLA, C.; GRAZIANO DA SILVA, J. **O novo rural brasileiro: novas ruralidades e urbanização**. Brasília: Embrapa Informação Tecnológica, 2004. p. 72-105.

SANTOS, R. A. A modernização da agropecuária. In: ALVES, A. F.; FLÁVIO, L. C.;

**Espaço e território: interpretações e perspectivas do desenvolvimento**. Francisco Beltrão: Unioeste, 2005. p. 217-234.

\_\_\_\_\_. Dois estilos de interpeleção camponesa. In: COSTA, L.F.C.; FLEXOR, G.; SANTOS, R. **Mundo rural brasileiro: ensaios interdisciplinares**. Rio de Janeiro: Mauad, Seropédica, 2008. p 43- 59.

SCHNEIDER, S.; CAZELLA, A.A.; MATTEI, L.F. Histórico, caracterização e dinâmica recente do Pronaf- Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar. In: SCHNEIDER, S.; SILVA, M.K.; MARQUES, P.E.M. (Orgs). **Políticas públicas e participação social no Brasil rural**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004. p. 21-50.

SCHNEIDER, S. Teoria social, agricultura familiar e pluriatividade. **Revista Brasileira de Ciências Sociais** (Impresso), São Paulo, v. 18, n. 151, p. 99-121, 2003.

SCHRODER, M. Políticas públicas e agricultura familiar no Brasil: inovações institucionais a partir do Pronaf. In: Seminário temático, 34º Encontro Anual da ANPOCS. **Anais...**, 2010

SEVERINO, A. J. **Metodologia do trabalho científico**. São Paulo: Cortez, 2002.

SIDRA - Sistema IBGE de Recuperação de Dados. Disponível em: <<http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/tabela/protabl.asp?c=1612&z=t&o=3&i=P>>. Vários acessos em: 2013.

SHANIN, T. **El ultimo Marx**. Madri: Editorial Revolución, 1983.

SINDITABACO - Sindicato da Indústria do tabaco. Dados de produção. Disponível em: <<http://www.sindifumo.com.br>>. Vários acessos em: 2012.

\_\_\_\_\_. **Folder**. Disponível em: <<http://sinditabaco.com.br/wp-content/uploads/2014/01/SINDIfolderppp14C.pdf>>. Acesso em: 16 jul. 2014.

SIQUEIRA, D.E. A participação da pequena produção na agropecuária brasileira: a discussão inacabada. In: Porto, M.S.G. (Org). **Politizando a tecnologia no campo brasileiro: dimensões e olhares**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1997.

SOARES, P.R.R. Dilemas na conceituação da cidade e do urbano no Brasil. In: SAQUET, M.A.; SUZUKI, J.C.; MARAFON, G.J. **Territorialidades e diversidade nos campos e nas cidades latino-americanas e francesas**. São Paulo: Outras Expressões, 2011. p. 67-78.

SOUZA CRUZ. **Relatórios e prêmios**. Disponível em: <[http://www.souzacruz.com.br/sc-relatorio/port/ambiental/quando\\_dar/main.htm](http://www.souzacruz.com.br/sc-relatorio/port/ambiental/quando_dar/main.htm)>. Acesso em: 19 nov. 2012.

SOUZA, T. AS. **O inato e o apreendido: a noção de habitus na sociologia de Pierre Bourdieu**. 2007. 208 f. Dissertação de mestrado (Mestrado em Sociologia). Departamento de Sociologia. Universidade de Brasília, Brasília. Disponível em: <[http://btd.bce.unb.br/tesdesimplificado/tde\\_busca/arquivo.php?codArquivo=2375](http://btd.bce.unb.br/tesdesimplificado/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=2375)>. Acesso em: 17 jul. 2013.

SUZUKI, J.C. Modernização, território e relação campo-cidade: uma outra leitura da modernização da agricultura. In: MEDEIROS, R.M.V.; FALCADE, I. **Tradição versus tecnologia: as novas territorialidades do espaço agrário brasileiro**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009. p. 241- 253.

TCE - Tribunal de Contas do Estado. Lei 2.967/2007, de 01/10/2007, que institui o limite dos distritos municipais em Canguçu e dá outras providências. Disponível em: <[http://portal.tce.rs.gov.br/aplicprod/f?p=50202:4:929110152714976::NO::P4\\_CD\\_LEGISLACAO:100178](http://portal.tce.rs.gov.br/aplicprod/f?p=50202:4:929110152714976::NO::P4_CD_LEGISLACAO:100178)>. Acesso em: 21 nov. 2013.

VEIGA, J.E. **A face rural do desenvolvimento**: Natureza, território e agricultura. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2000.

WANDERLEY, M.N.B. **Agricultura familiar e campesinato**: rupturas e continuidade. Rio de Janeiro: 2004. Aula inaugural. Disponível em: <<http://r1.ufrj.br/esa/art/200310-042-061.pdf>>. Acesso em 15 jul. 2013.

\_\_\_\_\_. Raízes do campesinato brasileiro. In: Tedesco, J.C. **Agricultura Familiar**: Realidades e Perspectivas. Passo Fundo: EDUPF, 1999. p 23-56.

## **Apêndice**

Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Instituto de Geociências - IG

Programa de Pós-Graduação em Geografia - PÓSGEA

### **Roteiro de entrevistas**

- 1- Tu sempre viveste no campo? Como é a vida no campo?
- 2- Quais cultivos agrícolas e criações tens na tua propriedade?
- 3- Como aderiste ao cultivo do fumo?
- 4- A partir do cultivo do fumo, tua vida melhorou? Em que aspectos?
- 5- Como percebes o sistema integrado de produção?
- 6- Pretendes continuar vivendo no campo? Quanto aos seus filhos, pretendes que eles continuem no meio rural?
- 7- Qual a avaliação da infraestrutura rural (escolas, estradas, postos de saúde...)?
- 8- Costumas ir com frequência à cidade? Qual o motivo principal da viagem?
- 9- O atual modelo de agricultura, com aplicação de agrotóxicos em larga escala te parece adequado? Em que aspectos?